

ISSN 0103-3786



TRANS *in* FORMAÇÃO

1991, Volume 3, Números 1/2/3
Janeiro/Dezembro



TRANS *in* FORMAÇÃO

PÓS-DOUTORADO



TRANS *in* FORMAÇÃO

Departamento de Pós-Graduação
Faculdade de Biblioteconomia
Pontifícia Universidade Católica
Campinas



TRANS *in* FORMAÇÃO

VOLUME 3 - NÚMEROS 1/2/3
JANEIRO/DEZEMBRO - 1991

ISSN 0103-3786



TRANSFORMAÇÃO

departamento
pós-graduação
biblioteconomia

QP PUCAMP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS*Grão-Chanceler*

Dom Gilberto Pereira Lopes

Reitor

Eduardo José Pereira Coelho

Vice-Reitoria Acadêmica

Vera Sílvia Marão Beraquet

Vice-Reitor Administrativo

Gilberto Luiz Moraes Selber

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

Diretora

Edilze Bonavita Martins Mendes

Vice-Diretora

Raquel Maria de Almeida Prado

DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenadora

Else Benetti Marques Válio



- PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL -

CONSELHO EDITORIAL

Geraldina Porto Witter (Presidente)
Solange Puntel Mostafa
Maria de Cléofas Faggion Alencar
Elizabeth Marcia Martucci
Cecília Carmen Cunha Pontes
Else Benetti Marques Válio

CORPO EDITORIAL

Cecília Carmen Cunha Pontes (PUCCAMP)
Else Benetti Marques Válio (PUCCAMP)
Elizabeth Marcia Martucci (EBDESC)
Fernando C. Prestes Mota (FGV)
Geraldina Porto Witter (USP - PUCCAMP)
Hagar Espanha Gomes (UFF)
João Francisco Régis de Moraes (UNICAMP)
José Luiz Sigrist (UNICAMP)
José Marques de Melo (ECA/USP)
Leila Zerlotti Mercadante (UNICAMP)
Maria de Cléofas Faggion Alencar (PUCCAMP)
Samuel Pfromm Neto (IP/USP - PUCCAMP)
Solange Puntel Mostafa (PUCCAMP)

CONSULTORIA "AD HOC" PARA ESTE NÚMERO

Dinah Aguiar Población

Revisão de Língua: Else Benetti Marques Válio

Capa: Telma Cristina Witter

Copyright by TRANSINFORMAÇÃO

A citação de partes de matéria publicada nesta revista (até 200 palavras) é livre, desde que seja citada a fonte.

ENDEREÇO

TRANSINFORMAÇÃO

Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia - PUCCAMP
Rua Waldemar César da Silveira, 105 - Swift
Telefone (0192) 32-3163 - Fax. (0192) 2-5500
13045-270 - CAMPINAS - SP - Brasil



PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL
Vol. 3, Nº 1/2/3, janeiro/dezembro de 1991

ÍNDICE

EDITORIAL 0

TEMAS EM DEBATE: PÓS DOUTORADO

Pós-doutorado: uma trajetória de leitura, 1991, Londres 00

Solange Puntel Mostafa

Pós-doutorado: relato de uma experiência 00

Marilda Emmanuel Novaes Lipp

ARTIGOS

Perfil do vestibulando da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos 00

Elisabeth Márcia Martucci e Rosemeire Marino Nastri

Satisfação no trabalho: perspectiva de bibliotecários de uma universidade estadual	00
Célia Maria de Camargo Campos, Cibeli Martins Domingues, Eunice Mancebo Rodrigues Fernandes e Nirlei Maria Oliveira.	
Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica	00
Iraneuda Maria Cardinali Ferraz.	
O formato das citações no texto: um estudo de aprendizagem através da leitura efetivada por docentes universitários	00
Geraldina Porto Witter	

RESENHAS

Iniciação à Redação de Tese	00
Carla Witter	
Semiótica e Texto	00
Geraldina Porto Witter	



PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL
Vol. 3 Nº 1,2,3, january/december, 1991

CONTENTS

Editorial 00

CONTEST SCHOOL LIBRARY

Pos doctorate: one reading trajectory 00
Solange Puntel Mostafa

Pos doctorate: the report of one experience 00
Marilda Emmanuel Novaes Lipp

ARTICLES

Profile of college entrance students of the Escola de Biblio-
teconomia e Documentação de São Carlos 00
Elisabeth Márcia Martucci e Rosemeire Marino Nastri

Job satisfaction: perceptives of librarians state university	00
Célia Maria Camargo Campos, Cibeli Martins Domingues, Eunice Mancebo Rodrigues e Nirlei Maria Oliveira	
Library catalog use: a historical view	00
Iraneuda Maria Cardinalli Ferraz	
The format of references and incidental learning during reading: a study with university faculty members.	00
Geraldina Porto Witter	

REVIEWS

Thesis discourse initiation	00
Carla Witter	
Semiotic and text	00
Geraldina Porto Witter	

RESEARCH COMMUNICATION

Dissertation's in Library Science presented at the Course in Library Science of the PUCCAMP, until december 1991	00
---	----

EDITORIAL

A educação permanente do cientista é condição básica para a manutenção da produção científica em alto nível, compatível com as necessidades e garantindo um crescimento cumulativo do saber.

Esta educação pode ocorrer de maneira formal ou informal. No primeiro caso situam-se cursos regulares de alto nível ministrados para clientelas com título de Doutor. No segundo caso há uma ampla variedade e meios disponíveis tais como: leitura, especialmente se o pesquisador estabelece um programa sistemático para controle; integração nos colégios invisíveis; participação em congressos e eventos similares; participação em grupos de pesquisa, destacando-se os transdisciplinares; correio eletrônico; acesso a base de dados (bibliográficos e de pesquisa) entre outros.

Para que esta atualização permanente ocorra, os países e as instituições de pesquisa e de ensino superior estão envidando esforços para facilitar a sua concretização. Um dos meios disponíveis no Brasil são as bolsas de **Pós-Doutorado** fornecidas pelo CNPq a pesquisadores brasileiros interessados em aprimorar-se no exterior ou mesmo no Brasil. Elas podem ter duração variada e objetivos diversos. Podem compreender a permanência por tempo específico junto a um grupo de pesquisa, a realização de pesquisa, visitas planejadas a centros diversos, acompanhamento de cursos regulares de pós-graduação, entre outras atividades.

No presente número de **Trans-in-formação** a sessão de Temas focaliza duas vivências recentes de Pós-Graduação uma na área de Psicologia (LIPP) e outra de Biblioteconomia e Ciência da Informação (MOSTAFA), a primeira vivenciada nos Estados Unidos

da América do Norte (USA) e a segunda na Inglaterra. São vivências que podem auxiliar outros pesquisadores a planejar seus próprios pós-doutorados, que auxiliam na desmistificação, que subsidiam uma análise do programa de pós-doutorado.

Trans-in-formação agradecendo a colaboração das autoras espera ter contribuído para uma reflexão em torno do Pós-Doutorado.

Geraldina Porto Witter

COMUNICAÇÕES DE PESQUISA

NORMAS EDITORIAIS

AUTORES

SOLANGE PUNTEL MOSTAFA - bibliotecária, Doutora em Filosofia da Educação, titular do Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia da PUCAMP.

MARILDA EMMANUEL NOVAES LIPP - psicóloga, PhD pela George Washington University, titular do Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da PUCAMP.

ELISABETH MARCIA MARTUCCI - bibliotecária, Mestre em Biblioteconomia pela PUCAMP, Diretora da EBDSC.

ROSEMEIRE MARINO NASTRI - bibliotecária, Mestre em Biblioteconomia pela PUCAMP, Vice-Diretora da EBDSC.

CÉLIA MARIA CAMARGO CAMPOS - bibliotecária, mestranda da PUCAMP, bibliotecária da UNICAMP.

CIBELI MARTINS DOMINGUES - bibliotecária, mestranda da PUCAMP, bibliotecária da UNICAMP.

EUNICE MANCEBO RODRIGUES FERNANDES - bibliotecária, mestranda da PUCAMP - bolsista do CNPq.

IRANEUDA MARIA CARDINALLI FERRAZ - bibliotecária, Mestre em Biblioteconomia pela PUCAMP.

GERALDINA PORTO WITTER - doutorado em ciência, livre docente em Psicologia escolar, titular do Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia da PUCAMP.

CARLA WITTER - mestre em Psicologia Escolar, doutoranda no IPUSP e docente da Universidade São Judas Tadeu.

TEMAS EM DEBATE: PÓS-DOCTORADO

ERRATA

ÍNDICE

EDITORIAL 09

TEMAS EM DEBATE: PÓS-DOUTORADO

Pós-Doutorado: uma trajetória de leitura, 1991, Londres 15

Solange Puntel Mostafa

Pós-Doutorado: relato de uma experiência 42

Marilda Emmanuel Novaes Lipp

ARTIGOS

Perfil do vestibulando da Escola de Biblioteconomia e documentação de São Carlos 53

Elisabeth Márcia Mantucci e Rosimeire Marino Nastri

Satisfação no trabalho: perspectiva de bibliotecários de uma universidade estadual 76

Célia Maria de Camargo Campos, Cibeli Martins

Domingues, Eunice Mancebo Rodrigues Fernandes e

Nirlei Maria Oliveira.

Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica 90

Iraneuda Maria Cardinali Ferraz

O formato das citações no texto: um estudo de aprendizagem através da leitura efetivada por docentes universitários 115

Geraldina Porto Witter

RESENHAS

Iniciação à Redação de Tese 133

Carla Witter

Semiótica e Texto 136

Geraldina Porto Witter

CONTENTS

EDITORIAL 09

CONTEST SCHOOL LIBRARY

Pos Doctorate: one reading trajectory 15

Solange Puntel Mostafa

Pos Doctorate: the report of one experience 42

Marilda Emmanuel Novaes Lipp

ARTICLES

Profile of college entrance students of the Escola de Biblioteconomia e documentação de São Carlos 53

Elisabeth Márcia Mantucci e Rosimeire Marino Nastri

Job satisfaction: perspectives of librarians state university 76

Célia Maria de Camargo Campos, Cibeli Martins

Domingues, Eunice Mancebo Rodrigues Fernandes e

Nirlei Maria Oliveira.

Library catalog use: a historical view 90

Iraneuda Maria Cardinali Ferraz

The format of references and incidental learning during reading: a study with university faculty members 115

Geraldina Porto Witter

REVIEWS

Thesis discourse initiation 133

Carla Witter

Semiotic and text 136

Geraldina Porto Witter

PÓS-DOCTORADO: uma trajetória de leitura, 1991, Londres

Solange Puntel Mostafa
PUCCAMP

RESUMO:

MOSTAFA, Solange Puntel. Pós-Doutorado: uma trajetória de leitura, 1991, Londres.

Trans-in-formação, 3(1,2,3): -, 1991.

A metáfora da Sociedade de Informações com uma sociedade de balcões elucida uma das principais características do momento atual da produção social, onde a circulação e a produção de mercadorias se aproximam. Desenvolve a análise da mercadoria de um ponto de vista materialista para ser possível tocar na questão do valor da informação, segundo a teoria do valor-trabalho, distanciando-se assim das análises pós-industrialistas que, segundo a autora, idealizam a Informação e a Sociedade de Informações. Trata-se de recuperar a materialidade do conhecimento, entendido que o conhecimento ou as Informações são sempre sobre mercadorias, pouco importando a questão da palpabilidade das informações ou das mercadorias que as informações geram.

Unitermos: Mercadoria, balcões, trabalho, valor da informação, economia política da informação.

Cosmopolitismo seja talvez a palavra-chave para identificar hoje algumas cidades européias ou americanas (inclusive sul-americanas). O ocidente tomou conta do mundo. Hoje, sabe-se que o capitalismo é tido por um "processo civilizatório" como é a expressão de alguns sociólogos. A ocidentalização é hoje um fato só questionável por carismas do porte de um Komeini, Kádafi ou

Hussein. Digo questionável porque irreversível. O referencial teórico para a compreensão das autoridades carismáticas é Max Weber. Eu fico com o ocidente. Identifiquei-o como Sociedade de Balcões no final da minha estada na Inglaterra. E para tal, procedi à releitura d'**O Capital**, onde já no prefácio, Marx entendia ser a sua tarefa a de analisar os dois processos básicos da sociedade capitalista: a produção e a circulação de mercadorias. Esclarecia também o autor que o palco de fundo para tal análise era a Inglaterra, por terem ali se desenvolvido, com mais vigor do que na Alemanha, as tais relações capitalistas da produção social.

A minha pergunta de fundo era a seguinte: como é possível que uma sociedade que fez a Revolução industrial, exportando-a para o mundo, hoje, se diz improdutiva e pós-industrial? Avanço ou retrocesso? A proliferação dos museus na Inglaterra que alguns arriscam ser da ordem de um museu a cada 15 dias faz crer que, de fato, as fábricas, hoje, viraram museus. Mas, então quem produz? E, afinal, a Inglaterra produz o quê? Os apologistas da Sociedade de Informações não tem dúvidas: produz informações! Por isso, orgulhosos, MOORE & STEELE escreveram **Information Intensive Britain**, texto de dois bibliotecários. Os ingleses da área de informações não estão nem um pouco preocupados em desvendar as matrizes neo-liberais da Sociedade de Informações. Ao contrário, o mais comum são as apologias pós-industrialistas. Um ou outro questionamento, se houver, vem de autores de áreas paralelas, sociólogos ou comunicadores, a exemplo de LYON e SCHILLER.

Assim tentei, com o texto que se segue, repor, e logo, a questão. Primeiro, identificando-a com Sociedade de balcões e depois, precisando-a como Sociedade do Trabalho.

I. SOCIEDADE DE INFORMAÇÕES: sociedade de balcões

A metáfora da sociedade de informações como sendo uma sociedade de balcões ajuda a desmistificar o trabalho com informação, bem como as ideologias informacionais.

Vivemos hoje numa fase da produção capitalista dita pós-moderna. Nessa fase primeiro a gente mostra e depois faz. Há uma anterioridade da venda em relação à fabricação, à confecção da coisa. Inclusive da coisa informação. Hoje, primeiro vende-se. Depois fabrica-se. Ora, se primeiro a gente mostra e depois faz, mostra o quê? Mostra informação. Daí a ilusão de percepção a que querem nos conduzir os pós-industrialistas ou pós-modernos: eles querem nos esconder a mercadoria e fazer da mercadoria-informação, a mais valiosa de todas.

A Sociedade da Informação esconde o que está por trás do balcão, pois valoriza o processo de venda numa dimensão tal que é como se o produto não existisse. Se existe, ninguém viu. O gato comeu. O fogo apagou. A Sociedade da Informação valoriza só o consumo da produção social, consumo fictício porque apenas informacional. Informação é poder. Informação é dever. Informação é a melhor coisa que existe nessa vida. Chamo de Sociedade da Transação. Sociedade de balcões. Sociedade de vendas. Sociedade que ao esconder o produto, prefere falar em informação. Sempre só em informação. E a coisa do balcão fecha o cenário de uma grande enganação: a imagem do mundo está valendo mais do que o mundo mesmo. Diz-se que a pós-modernidade é a idade da imagem do mundo. A modernidade era só o mundo mesmo. A pós-modernidade lida com o imaginário do mundo. Nas artes, na literatura, na filosofia, nas ciências, na economia, em tudo há sinais de pós-modernidade. O moderno era só o verde-amarelo. A pós-modernidade é colorida e tridimensional.

É como se não houvesse mais produtos, nem indústrias (pós-industrial, pós-petróleo, pós-capitalista, pós-civilização, pós-mercadoria, pós-protestante, pós-sociedade); a única coisa que realmente importa é a informação. Portanto, no balcão da Sociedade da Informação vendem-se, não por acaso, também e coincidentemente, informações. A lojinha do Museu Britânico, o postal mineiro do Aleijadinho, a fotografia dos nossos corpos, o vídeo, o cinema, tudo o que é representação do mundo vale mais do que o mundo mesmo. As peças do museu são só pretexto para as artes gráficas nos apresentarem fotos, mentiras e videoclip na lojinha do

museu da Sociedade da Informação. No mundo real cada um de nós é de um tamanho e tem um peso. Mas na foto, no filme ou no vídeo a gente sai colorido e dependendo do ângulo alguns engordam, outros emagrecem. É o milagre dessa sociedade mística, fictícia e cheia de imaginação (lê-se informação).

À mesma imaterialidade da mercadoria (do produto, das coisas, do mundo, da realidade) corresponde à imaterialidade do capital, que, nesse fim de século, tornou-se também fictício: um telefonema põe e dispõe dívidas internas e externas entre as nações. A essa imaterialidade do capital, diz-se capital financeiro ou especulativo. Capital de mentirinhas, de especulações, de informações. Num mundo que valoriza tanto a informação, fica difícil para nós acreditarmos que existem mercadorias e, mais difícil, ainda acreditarmos na materialidade do conhecimento, isto é, que as informações são informações sobre mercadorias. Difícil acreditar que nos balcões da Sociedade de Informações há produtos para serem consumidos e produtos que, valha-nos Deus, são reais mesmo; foram produzidos sim com matéria-prima e suor humano. Depois rebocados e pintados. Para poder serem vendidos nos balcões eletrônicos da Sociedade de Informações (não sem antes ensinar Marketing e Software nas Universidades).

A Sociedade de Informações valoriza a imagem do mundo e sua tridimensionalidade (o artista da tela já sai do filme e senta com a gente na platéia, imaginem...); a fotografia, o cinema, a tv ou as bases de dados são as imagens de nós mesmos. Nossas representações. O fato é que ainda não dá para vivermos sem corpo, sem matéria. Habitamos a Terra. Temos corpo. Fazemos regime de vez em quando. E vez por outra dói. Moral da estória: Sociedade de Informações ou da enganção?

A pós-modernidade não conseguiu destruir ainda a mercadoria, essa categoria apenas moderna. Com tanta pós, a mercadoria não só antecede a pós-modernidade como a perpassa, soberana.

Os pós-industrialistas, no entanto, altivos e pós-graduados envergonham-se da moderna-mercadoria. Ninguém fala dela. Em cima do balcão fica só o super-mercado, isto é, o impalpável: as

notas, o crédito, as transações, o marketing, os dados e as bases dos dados. Numa palavra: a informação. A mercadoria mesmo desaparece debaixo do balcão. Sem ela, no entanto, o balcão não existiria. Pois o maior e mais óbvio pressuposto da Sociedade de Informações é a mercadoria.

Mas a mercadoria era também pressuposto industrial. Indústria que se preza, produz o quê? Produz mercadorias. Em grande quantidade e de todas as cores. Pequena e feita à mão é coisa medieval, coisa de artesanato. Indústria faz de montão. Temos portanto 200 anos industriais produzindo mercadorias, desde xícara para tomar café, fralda de nenê e bexiga de aniversário até mercadorias menos efêmeras tipo sofá, geladeira, carro e fogão. Bibliotecários diriam as mercadorias-livro; donos de supermercado diriam as mercadorias-macro e analistas diriam as mercadorias-micro.

Marx inicia o livro mais famoso do mundo assim: "A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em 'imensa acumulação de mercadorias', e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria". (MARX, 1857: 42-3).

Ora, se a mercadoria é a forma elementar da riqueza das nações, como pode a Sociedade de Informações pretender ser uma sociedade sem mercadorias e apenas com informações sobre as mercadorias? Não há aqui uma sobrevalorização do balcão?

A Sociedade de Informações é um grande balcão e qualquer que seja a mercadoria ali vendida, seja sapato, disco, gilete ou fita cassete, se trata de aproximar o cliente da mercadoria através do balcão. Claro que o balcão tem que ser "databaseado" porque baseia-se nos dados do cliente e nos dados da ...mercadoria, também chamada de estoque. Isso no plano das vendas. No plano da produção de mercadorias, há respeitabilidades a serem reverenciadas, por exemplo, a chamada informação científica e tecnológica, supostamente uma informação mais nobre do que as do balcão de informações acima. É tal o misticismo dessa ICT que a gente nem acredita que ela se presta à produção de papel higiênico e sabonete. Não que essas mercadorias não nos sejam úteis. Utilidade, já vimos,

é a primeira das propriedades da mercadoria. Mas é a relevância da informação sobre a mercadoria, como se pudéssemos viver só com a informação da coisa, o que mais irrita os últimos materialistas do século.

A Sociedade de informações tem os pés cansados.

Esses pés cansados muito já plantaram, muito já colheram; o sétimo dia é para rezar e descansar. Sociedade do lazer. Nada de trabalho pesado. Daqui a pouco é proibido trabalhar na sociedade de informações, tão leve ela está ficando. Mais um pouco e ela voa...

Dizem uns (BELL, 1973 e NAISBITT, 1991) que essa sociedade veio para substituir o Trabalho e o Capital. Os autores dessa sociedade não poupam críticas a Marx acusando-o de imprecisão e falta de previsão quanto ao crescimento da importância da Informação como algo que carrega valor. Os trabalhadores de informação substituem os trabalhadores produtivos ou diretamente envolvidos na produção de tais mercadorias. Pelo menos essa é a leitura que muitos fazem ao observarem que há mais trabalhadores na área de serviços do que na produção.

A Sociedade de Informações é uma sociedade contraditória. Ao mesmo tempo que ela nega a existência da mercadoria também valoriza a informação como mercadoria. A propriamente dita desaparece para dar a luz à informação sobre ela.

Informações no balcão. Insisto no balcão porque "uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor de uso mas produzi-lo para outros, dar origem a valor de uso social. E mais: "O camponês medieval produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, o trigo do dízimo para a cura. Mas, embora fosse produzido para terceiros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo eram mercadorias. O produto, para ser mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor de uso **por meio da troca**. Finalmente nenhuma coisa pode ser valor se não é objeto útil. Se não é útil, tampouco o será o trabalho nela contido, o qual conta não como trabalho e, por isso, não cria nenhum valor" (MARX, idem p.47-8).

Esconder a mercadoria já faz parte dessa cultura informacional.

Fala-se muito em bens e serviços. Também em produtos. A Mercadoria mesmo só aparece para qualificar uma coisa: a Informação, agora sim, tida como a mais valiosa de todas as mercadorias. Matéria prima do processo produtivo, matéria prima da mercadoria "itself". Ora, ora. Gregos, latinos e medievos invadindo a Sociedade de Informações. Chamo isso de inversão aristotélica. Chamo isso de Idealismo absoluto, puro. Como metáfora vá lá. Informação, matéria prima da mercadoria. Mas eis que metáfora também atrapalha pelo que ela tem de simbólico, de metafórico. A gente acaba acreditando que o mundo não existe mesmo não. É que mais importante que o mundo são as informações sobre ele. A mesma inversão fizeram os gregos. Depois a Igreja Católica com a sobrevalorização da alma sobre o corpo. Vem, agora, a Sociedade de Informações, como Platão nos alerta da importância do conhecimento teórico, da importância da ciência, das universidades, da pós-graduação, do saber, enfim. Ora, mas quem duvida disso? Sabemos já que a ciência é importante. Sabemos já que diversão, religião, balé é arte também. Mas, por favor, sem negar o mundo. Sem negar a mercadoria e sem colocar a informação como a mais nobre dentre todas, porque, convenhamos, são todas iguais. Aliás, cínicas de nascença.

A Mercadoria, essa cínica de nascença

"Cínica de nascença, está sempre pronta a trocar corpo e alma com qualquer outra mercadoria, mesmo que esta seja mais repulsiva do que Maritornes" (MARX, idem p.95).

A mercadoria roda a bolsa até chegar a ser capital. Ela não sossega enquanto não se tornar capital pois ela já nasce com essa pré-destinação. Para isso ela se esforça; para lá ela tende. A mercadoria tende para o balcão, para o mercado. Irrestivelmente. Do contrário não seria mercadoria. Mas "não é com os pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria ... as

mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso, de objetos materiais... é a sua forma natural, prosaica" (idem p.54). Tão logo elas deixem esse estado natural, as mercadorias realizam proezas fantásticas no troca-troca do balcão das sociedades onde habitam. A mesa do Marx dança (idem p.79). Desaparecem as pessoas e o mundo vira essa "imensa acumulação de mercadorias". As mercadorias adquirem vida própria, submetendo os homens às suas ordens.

As mercadorias existem, portanto, e existem para serem trocadas. Do contrário não seriam mercadorias. Toda troca é uma relação de igualdade. Uma coisa **vale** ou **equivale** a outra, possibilitando a troca. Na troca, trocamos coisas diferentes qualitativamente (diferentes valores-de-uso). Ninguém vai trocar um chapéu por ele mesmo. No mínimo por outro de tamanho diferente. Trocamos o tênis por um de número maior. Quando não por coisa complementamente diferente. Quando trocamos mercadorias uma pelas outras, dizemos que elas se **equivalem**, isto é, valem a mesma coisa. Se equivalem no fato de serem produtos do mesmo trabalho humano. Em algumas feiras, hoje em dia, mesmo de centros desenvolvidos como Nova York, Londres ou São Paulo, ainda conseguimos trocar nossas coisas diretamente por outras coisas, sem a intervenção do dinheiro. Sentimo-nos bem ao fazê-lo, porque a troca de valores de uso por outros valores de uso sem a interferência do dinheiro, faz aparecer as pessoas. Ainda que sem a sociabilidade da produção desses valores já que nenhum de nós os fabricou. Mas a coisa de "toma lá dá cá", baseado só nas necessidades traz de volta a nossa própria humanidade.

Em sistemas desenvolvidos de troca, fora das feiras e nos mercados propriamente ditos, as mercadorias não podem funcionar como equivalentes para si mesmas. Escolhe-se uma para funcionar como equivalentes geral. O dinheiro cumpre essa função, sendo ele também uma mercadoria. Mas o dinheiro só pode cumprir essa função depois de se legitimar socialmente como aquela mercadoria a desempenhar tal papel. A partir do momento que o dinheiro entra como mediador da troca das mercadorias, as mercadorias revelam o seu cinismo enrustido. A troca dividi-se em duas partes: a transformação

da mercadoria em dinheiro (venda) e do dinheiro em mercadoria (compra). Isso tudo é uma obviedade tal que, como diz Marx, aos profanos, pode parecer minuciosidades microscópicas sem importância, mas são as mesmas das ciências físicas e químicas. O **dinheiro vira capital** a partir do momento em que a **força de trabalho** converte-se em mercadorias para ...produzir mais mercadorias. Claro está que as mercadorias são produções humanas, são produzidas pelos homens. Trabalho, portanto, é **sine-qua-non** na produção de mercadorias, pois elas não vem ao mundo por geração espontânea. O trabalho, através da sua força-de-trabalho, cede a mercadorias o seu valor de uso, o seu valor de troca e o seu próprio valor porque a mercadoria é ao um só tempo valor de uso, valor de troca e valor propriamente.

"Vira e revira-se à vontade uma mercadoria: a coisa valor se mantém imperceptível aos sentidos" (MARX, idem p. 55). É por isso que a mercadoria é cínica de nascença; ela não adquire esse cinismo na adolescência quando flerta com as outras mercadorias no balcão da Sociedade de Informações. A mercadoria já nasce dizendo "sou mas quem não é". Ela vem ao mundo valendo mais do que o valor que a força de trabalho lhe imprimiu. Perde o trabalho. Ganha a mercadoria, pois ela é trabalho não-pago e, por isso, dizemos, trabalho concentrado. Seja ela material ou imaterial, a mercadoria representa sempre e necessariamente trabalho não pago, isto é, trabalho assalariado.

Os últimos cinquenta anos desenvolveram a circulação de uma tal forma (créditos, marketing, propaganda, sistema financeiro) que produção e circulação das mercadorias já são processos bastantes interligados. É espantosa a velocidade das informações entre os dois processos e no interior de cada um deles. A Sociedade de Informações se reduz, na maioria dos seus aspectos, ao desenvolvimento da circulação de mercadorias (contabilidade, controle de estoques, mercadejamento) e ao desenvolvimento também da produção (ciência, pesquisa e desenvolvimento caem para o lado da produção das mercadorias). Pode, portanto, ser considerada uma sociedade cuja característica principal seja a aproximação entre os seus dois processos principais: produção e consumo.

Bruxaria na sociedade de informações: o f e i t i c h e d a s propriedades informacionais

Entendamo-nos numa coisa: a Informação é uma mercadoria como outra qualquer. Nem mais. Nem menos. É tão cínica quanto. A informação não é a mercadoria mais valiosa de todas porque, do ponto de vista social, as mercadorias são todas iguais, pouco importando o seu valor de uso.

Na economia da Sociedade de Informações, a questão do valor aparece como uma grande novidade: a informação é uma mercadoria dotada de valor adicional. A informação ganha valor à medida que caminha na esteira rolante da produção social.

Ora, se Informação é mercadoria, portanto valor, ela não pode sair por aí distribuindo valor às demais mercadorias porque a única mercadoria que confere valor ao produto chama-se força-de-trabalho. Força-de-trabalho que eu saiba, são as gentes que a possui. Esse ponto é vital (de vida) porque há também certa contradição nos autores que falam sobre a informação. Ora ela nos é apresentada como uma coisa. Ora como gente. E ela não é nem isso nem aquilo. Informação é processo e processo social. Há um milhão de autores da nova Sociedade de Informação querendo deduzir o valor da informação pelo valor-de-uso, isto é, pelo seu valor qualitativo, apesar de que Marx explicou, há 150 anos atrás, que o valor de uso não é objeto de análise para a Economia Política. Apesar de que o uso é pressuposto do valor de troca. O mistério da mercadoria não está no seu valor de uso. Está no seu valor de troca. E só na medida em que o valor de troca carrega o valor propriamente. Valor é trabalho.

São milhões de autores a nos contar acerca da impalpabilidade, intangibilidade e imensurabilidade da informação. Ora, pouco importa se é duro ou mole.

Se trabalho é coisa de gente, em relação de produção capitalista, trabalho é coisa de gente explorada. As mercadorias só se enxergam pelo seu valor-de-troca, isto é, o seu preço. Os homens também as enxergam pelo preço porque o preço, afinal, nos diz quanto da nossa mercadoria dinheiro será necessária para trocarmos com tênis, bolacha, matrícula escolar e curso de atualização. Mas o

preço não é ainda o valor. O preço é valor-de-troca. Variável, portanto, no jogo da oferta e procura. Não é na circulação de mercadorias que é produzido o seu valor. Mesmo com toda a barganha, os descontos, as liquidações e os preços de ocasião. A transformação do dinheiro em capital "sucede na esfera da circulação e não sucede nela... Por intermédio da circulação, por depender da compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, por esta servir apenas para se chegar à produção da mais valia, que ocorre na esfera da produção" (idem, p.219).

O preço das mercadorias esconde as relações sociais dos vários homens que participam da sua fabricação. No preço do tênis que compro no "Shopping" estão os trabalhadores não citados: o seringueiro da sola do tênis, o plantador de algodão, tecelão e operários da fábrica bem como embaladores, lojistas e balconistas, cada um desses profissionais se relacionam entre si e comigo que comprei o tênis: "Qual o poder mágico que possui a mercadoria para conseguir esconder tantos homens?" (SEGNINI, 1984:34).

O fetiche da mercadoria provém dessa mesma forma, diz Marx. O fato dela ser mercadoria a ter essas formas todas (valor de uso, valor de troca e valor) vai confundindo, na consciência dos homens, valor de uso com valor de troca, confundindo também valor de troca com valor (duração ou tempo de dispêndio da força de trabalho) e, o pior, vai tornando as coisas valiosas por suas próprias características, como se o valor fosse uma qualidade objetiva da mercadoria. E não das gentes. O fantasma das propriedades aparece para quase todas as mercadorias.

Da informação se diz muitas coisas, inclusive que ela não se sujeita às leis da Termodinâmica (CLEVELAND, 1985). Quebra? Há tantos atributos quantos são os autores. Para a Teoria Matemática, Informação é ordem, elemento de organização. Para os pós-industrialistas, ela é matéria-prima do processo produtivo. Outros a têm compreensiva, peculiar e penetrante mas também substituível, transportável, expandível e partilhável (idem). Restrospectiva, seletiva, dispersa, atual ou obsoleta, derivada, concentrada, dispersa, resumida, relevante, redundante ou por pacotes. São essas várias possibilidades do Ser que faz crer aos modernos sobre a distintividade do Ser em

relação aos demais seres. Quanto vale? Vale quanto pesa? Vale en(quanto) dura? A versatilidade da mercadoria aumenta só o seu valor de uso. Bombril também tem mil utilidades! O uso na Ciência da Informação chega a ser anedótico. A Ciência da Informação põe o uso no microscópio da ciência e aí descobre mais usos; são as famosas tipologias: uso, demanda, necessidade e desejo (LINE, M.B. 1974 e ROBERTS, N. 1975).

Há tentativas bem encaminhadas em relação à teoria do valor da informação, mas todas vem de autores de fora da Ciência da Informação. Valor é coisa social e parece que ciência não se dá a certas sociabilidades. SCHILLER (1988) é melhor que MULGAN (1991) e ambos infinitamente melhores do que os que não conseguem sair do valor de uso, predicando-o, inclusive, de valor ancilar (BATES, 1988).

Estamos em condição de dizer agora: o valor da informação não deriva dos seus atributos supostamente inerentes, mas, unicamente da sua transformação em mercadoria e, como tal, igualzinha às demais, para cuja produção são necessários salários e mercados, como bem lembra SCHILLER (idem p.41). Claro que toda a peculiaridade de uma sociedade predominantemente balconista.

II. SOCIEDADE DE INFORMAÇÕES: Sociedade do trabalho

Várias questões necessitam desdobramento. A mais integrante é considerarmos, de saída, a informação como trabalho. Seja ICT seja CTI. Não importa se informação científica, comercial ou industrial porque, ao final, é tudo serviço, isto é, trabalho. Discuti acima, didaticamente, a seguinte sequência: Informação é mercadoria. Mercadoria é valor de uso, valor de troca e valor propriamente dito. Valor é trabalho. Trabalho é coisa de gente. É aí que a porca torce o rabo porque se informação é mercadoria e mercadoria é trabalho, estou a um passo de dizer que informação é trabalho. Portanto, a Sociedade de Informações é uma sociedade do trabalho. Com isso quero atacar o idealismo filosófico quer da Sociedade de Informações, tal como ela vem sendo cantada pelos pós-industrialistas, quer da própria Ciência da Informação. Tal como ela vem sendo cantada pelos pós-industrialistas, bem como da ciência enquanto tal.

A Sociedade pós-moderna caracteriza-se pela informatização no processo de produção da vida social, seja na área industrial, seja na de serviço, seja na agricultura. A informatização objetiva aumentar a produtividade e, com isso, a riqueza das nações. A Sociedade de Informações, por produzir melhor, é mais rica do que a Sociedade Industrial. E o mais interessante: a automatização leva, no limite, ao desaparecimento do trabalho físico. Para que lavar, passar e cozinhar? A cozinha automatizada dispensa a empregada porque junto com o trabalho físico desaparecem também os trabalhadores manuais. Sobra o quê? Sobra o trabalho intelectual que coordena o micro-ondas, a lavadora de louças e o frizer: a coisa de apertar e desapertar botões. Dependendo da complexidade dos botões, alguns são apertados por engenheiros especializados, outros por técnicos adestrados, outros por donos e donas de casa. Botão de usina nuclear, aperta o engenheiro; botão de robô-que-faz-carros aperta o japonês; botão de rosa, Humberto Eco e assim por diante. O mundo no leve tocar de dedos. É esta insustentável leveza do ser que caracteriza a Sociedade de Informações: a leveza e a brancura. Não há mais fumaça nem o apito da fábrica de tecidos a ferir nossos ouvidos. Nem se anda mais em locomotivas ou se pensa no carvão que as loco(movia).

Se a Revolução Industrial representou a força física do homem sendo substituída pela máquina, IGLESIAS (1981), DECCA (1982), SCHAFF (1990), sendo a máquina um prolongamento do corpo, MARX (1857), a Revolução que vivemos agora é a revolução da cabeça, a parte superior do corpo. Informação se dá na cabeça. A pós-modernidade ou o pós-industrialismo lida com a ampliação da mente através dos estudos do funcionamento da mente humana a fim de se criar a inteligência artificial. É por isso que o cenário pós-moderno é essencialmente cibernético-informático e informacional. "Nele, expandem-se cada vez mais estudos e as pesquisas sobre a linguagem, com o objetivo de conhecer a mecânica da sua produção e de estabelecer compatibilidade entre linguagem e máquina informática" (LYOTARD, p.vii).

A sociedade de Informações é, portanto, uma sociedade inteligente. Sociedade de pensantes. Sociedade pós-graduada. Dita

científica. Endosso tudo isso porque esse movimento é real. O que falta dizer é que nem por isso a Sociedade de Informações deixa de ser uma sociedade produtora de mercadorias (ponto a que me referi extensamente na análise dos referidos balcões). E impõe-se agora dizer, que nem por isso a Sociedade de Informações dispensa o Trabalho, razão pela qual digo, no subtítulo desse artigo, que a Sociedade de Informações é uma sociedade do trabalho. Se no tópico dos balcões tentei repor a mercadoria no cenário pós-industrial, nesse, reponho o trabalho produtor de mercadorias. Não seria necessário repor o óbvio não fosse a insistência dos futurólogos em negá-lo. NAISBITT (1991) chega a propor prêmio Nobel para quem substituir a teoria do valor-trabalho de Marx pela teoria da informação. Claramente trata-se de uma substituição: a informação desloca o trabalho na linha do botão, da mente, do toque dos dedos; seja para fabricar carros seja para esquentar comida: a mente move a mão tipo entortar garfo com o olhar. Até o materialismo vulgar do século XVIII é melhor que essa absurda idealização por que passa a pós-modernidade. O idealismo absoluto de Hegel aqui cai de colher: o real é o racional e o racional é o real.

Se na pós-modernidade, ciência é um certo modo de reunir Informações e já estou considerando que Informação é trabalho, é fácil aceitar com PINTO (1979, p.217) a concepção da pesquisa científica como trabalho, uma vez que todo trabalhador é um cientista. Dos clássicos falta mencionar BRAVERMAN (1979, p.52) quando cita Engels na passagem da mão: a mão não é apenas o órgão do trabalho, é também produto do trabalho. Primeiro o trabalho; de acordo com ele é então com ele, a fala". A fala é informação. Informação é trabalho intelectual; é a parte subjetiva do trabalho. O trabalho é um só, com características objetivas e subjetivas. No trabalho de GRAMSCI (1982, p.6,7) até o gorila amestrado pensa. Isto quer dizer que até no trabalho físico mais degradante existe um mínimo de atividade intelectual criadora. O trabalho como atividade criadora (seja manual seja intelectual) é toda a obra de VASQUEZ (1977) e PINTO (1979). Dos futurólogos, SCHAFF (1991) é quem inspira mais respeito ainda que excessivamente otimista. Reflexões mesmo sobre o trabalho faz GIANOTTI (1975); BRAVERMAN (1979) analisa a degradação do trabalho no século XX. Marx (1857) é sem

dúvida alguma o grande teórico da Revolução Industrial, inspirador de todos quantos citei acima sobre o trabalho. Constrói, inclusive, toda a sua teoria baseado no trabalho essa "condição necessária do intercâmbio **material** entre o homem e a natureza... condição natural eterna da vida humana a todas as formas sociais".

O Trabalho é um só

Trabalho intelectual ou manual?

A sobrevivência da informação nesse final de século deixa a gente com a pulga atrás da orelha. Por que só agora na entrada do século XXI vieram os homens tomar conhecimento dessa coisa, dando-lhe nome e elegendo-a deusa do Olimpo? Fonte de todas as fontes, matéria prima do processo produtivo, mercadoria por excelência da pós-modernidade, onde estavas Tu óh Deusa, em tempos passados, se a própria Biblioteca vem, desde o Olimpo acompanhando os homens... guardavas-te por acaso em algum arquivo secreto que livro nenhum era capaz de desvendar-lhe o valor? Brincaste assim sorrateira pelos séculos afora que até 1950 tudo o que se fez foi sem ciência, sem conhecimento e sem informação?

A condição humana de poder pensar causa aos humanos as maiores confusões pois alguns pensantes pensam que pensar é a essência da vida. Daí a expressão de combate "de pensar morreu um boi". Mas cuidado. Pensar com as mãos, de forma articulada foi moda só nos séculos passados. O nosso século quer abreviar as dores do parto. "Está definitivamente excluído os grandes relatos" (LYOTARD, idem p.111). Profundidade análitica cansa os homens do século XX. Há que abreviar o relato, abreviando, assim, o Trabalho. A ponto de eliminá-lo.

"Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza" (MARX, 1890, p.202). Marx prossegue: "Defronta-se (o homem) com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça

e mão, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza... Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza" (idem).

São passagens bonitas essas sobre o trabalho. Porque em primeiro lugar a questão material da existência fica ali bem evidenciada. Existência material, fundamentalmente. De cuja qual a informação é parte. A informação, a mente, a espiritualidade, a síntese teórica da ciência, a intelectualidade, o pensar vem como **resultado** da interação **material** do homem com a natureza. Ciência é resultado. Teoria vem depois. O ponto de partida é importante. Importantíssimo. Aí estão as bases do materialismo histórico. Até nosso corpo é resultado dessa interação histórica que não cessa... O pôr em movimento corpo, braços e pernas, cabeça e mãos modifica a natureza, modificando também nossa própria natureza. "Não se trata de formas instintivas, animais de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho" (idem). Trata-se já de um homem desenvolvido, um homem que trabalha segundo finalidades, projetos, "planejamento estratégico". Essa característica do trabalho humano de ser a um só tempo pensado e executado distingue-o de qualquer outra atividade. É trabalho, essa atividade intelectual criadora. Trabalho, essa atividade espiritual materializada. Trabalho, a um só tempo teórico-prático.

São três os elementos do processo de trabalho: "1º a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2º a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto do trabalho; 3º os meios do trabalho, o instrumento do trabalho" (MARX, idem p.202). O instrumental do trabalho é importantíssimo porque através dele temos acesso ao modo de vida das sociedades. Facas, carruiolas e outros artefatos são tão importantes para determinar as épocas passadas quanto os ossos dos animais. A determinação da idade das culturas pelo instrumento de trabalho é a um só tempo o desvelamento das condições técnicas e, mais importante, das condições sociais em que se realiza o trabalho. "O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios se faz" (idem, p.202). Ora, só com informação não dá para fazer. Informação

é parte do processo de trabalho. Por isso os pós-industrialistas a classificam hoje como "fator de produção". Fator de trabalho. Informação é fator, isto é, meio ou instrumento de trabalho para todos os trabalhadores, sejam manuais ou intelectuais; é somente para o particularíssimo caso dos trabalhadores de informação que a informação pode ser considerada objeto de trabalho, a matéria a que se aplica o trabalho.

Sociedade inteligente ou sociedade burra?

Se o instrumento de trabalho é algo tão importante que até é capaz de revelar sistemas sociais e suas relações internas, ele não é nunca apenas um instrumento técnico; o instrumento de trabalho é o instrumento de construção das relações sociais. O trabalho é a própria sociabilidade. Os seus instrumentos são sempre e necessariamente instrumentos técnico-sociais. Indico PINTO (1977) e VASQUEZ (1977) para a análise da sociabilidade dos instrumentos de trabalho. Até porque o discurso pós-moderno só se legitima por citações, mais do que por explicações. Citações bibliográficas, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas. A frase é do próprio Marx n' **A Ideologia Alemã** (p.38-9). As citações entram aí como colaboração do pós-moderno... Divisão do pós-moderno. Divisão do trabalho é nosso próximo assunto.

A separação do trabalho entre a sua parte intelectual e a sua parte material/manual é uma separação que vai se dando ao longo dos últimos séculos à medida que vai se consolidando também a propriedade dos instrumentos do trabalho. É por isso que no texto das ideologias Marx sai com essa frase tão importante sobre a identidade da propriedade privada com a divisão do trabalho. Ora, a propriedade é primeiro sobre os instrumentos ou meios do trabalho e depois, como consequência, propriedade sobre os frutos ou resultados do trabalho. O importante nessa análise é que as características dos instrumentos de trabalho não são nunca "inerentes" a eles mesmos. São características sociais. Os instrumentos são trabalho realizado e, por isso, capital. Uma vez incorporado o trabalho nos instrumentos de produção, chamamo-lo trabalho morto em oposição ao trabalho vivo

que toma parte diretamente na produção. O ideal que busca o capitalismo é a dominação do trabalho morto sobre o trabalho vivo, isto é, o domínio da máquina sobre o homem. Dissemos no início que a Revolução Industrial, ao inventar as máquinas, transferiu a força física do homem para o mecanismo. A Revolução Eletrônica transfere para o automatismo a força intelectual. Pois ela aperfeiçoa a maquinaria, automatizando-a. Ao mesmo tempo que a sociedade de informações é por isso considerada uma sociedade inteligente, contraditoriamente, ela é também uma sociedade burra, pois, desaloja a atividade pensante, inteligente e criativa dos homens do processo produtivo. Ao aperfeiçoar a maquinaria, automatizando-a, a Sociedade de Informações aprofunda a divisão do trabalho, desqualificando os trabalhadores e desempregando-os. Por isso é que BRAVERMAN subintitula o seu livro "a degradação do trabalho no século XX" e RATTNER (1985, p.99) escreve "a máquina desemprega o homem".

Numa sociedade onde impera o trabalho intelectual, a desqualificação passa a se reproduzir dentro do próprio trabalho intelectual, onde a grande maioria dos trabalhadores de escritório, incluindo os de informação, são também submetidos à permanente desqualificação.

O objetivo da maquinaria (seja mecânica seja eletrônica) não é, como lembra Marx, aliviar o esforço físico dos homens mas é aumentar a produtividade e com isso gerar mais-valia que então se transforma em capital. O que as duas revoluções têm em comum é exatamente o fato de substituírem mão de obra por capital. "O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador (MARX, 1890, p.492)... na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina... (p.483)... o trabalhador é posto fora do mercado como papel-moeda retirada da circulação (p.494)... o instrumento liquida o trabalhador (p.494)... A máquina não é apenas o concorrente todo-poderoso do trabalhador, sempre pronta a tornar supérfluo o assalariado. O capital alerta e, tendenciosamente, proclama-a o poder inimigo do trabalhador..." (p.499).

As tecnologias, portanto, são dirigidas e direcionadas para acumulação de capitais. Estão comprometidas com o capital. É claro

que o aperfeiçoamento da maquinaria tem de representar a degradação do trabalho em relações capitalistas da produção social. Degradação que no caso significa desqualificação. Distância entre trabalho intelectual e trabalho manual. A habilidade do especialista individual desaparece diante da ciência incorporada na maquinaria (Marx, p.484). BRAVERMAN exemplifica a desqualificação com a indústria da construção, a produção de mobília, a indústria de carne enlatada, a indústria de roupas e a composição tipográfica (p.180-2) mas a desqualificação do mecânico especializado de usinagem é de doer: "... se leva quatro anos para dar a um mecânico seu preparo básico; um operador do tipo exigido pela máquina numericamente controlada pode ser preparado em quatro meses. A experiência prova isso" (p.175). Essa desqualificação da grande maioria de trabalhadores significa qualificação de uma minoria, aquela minoria que vai operar os botões da Sociedade de Informações. Por isso, escreve Marx, "...desenvolve-se plenamente o trabalho de supervisão dividindo-se os trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores de trabalho" (p.485).

Área de serviços: trabalho duro ou lazer?

As leituras sobre o crescimento do setor de serviços quando comparadas com os setores agrícolas e industriais são leituras até certo ponto problemáticas. É visível a urgência dos pós-industrialistas em verem consolidada a Sociedade de Informações na praça dos serviços. Que os serviços já atingem mais de 50% do P I B em nações desenvolvidas e mesmo no Brasil é incontestável. Chamar a sociedade toda uma sociedade de informações já é exagero justificacionista para acelerar a absorção da maquinaria eletrônica nas relações de produção. A definição de serviços é problemática porque muito ampla: vai desde serviços domésticos (limpeza, conservação, pequenas instalações e reparos, consertos em geral) até menos domésticos como serviços imobiliários, de entrega, de transporte, serviços de seguro, saúde, bancários, serviços de lazer (turismo, hotéis de lazer, vôos charters, etc.). Serviços de consultoria jurídica ou de automação, sem falar nas bibliotecas e sistemas de informação.

Os serviços têm certas peculiaridades difíceis de serem negadas: são mais intangíveis do que tangíveis; são simultaneamente produzidos e consumidos e de difícil padronização. Não podem ser protegidos por patente. A queixa mais comum é que é difícil estabelecer o preço dos serviços.

Os serviços que são informação-intensivos como os serviços de banco, comunicações, processamento de dados, propaganda, turismo, ou mais especificamente de informação como as bases de dados comerciais, financeiras ou de informação bibliográfica têm tido participação cada vez maior no comércio internacional e no nível de emprego das nações desenvolvidas. Uma nova disciplina nos meios acadêmicos desenvolvidos está surgindo nesses últimos dez anos chamada Gerência de Recursos Informacionais cujo objetivo é o de considerar a Informação como uma fonte de riqueza, tanto quanto o Capital e o Trabalho. Não só. A informação está sendo vista como a mercadoria mais valiosa de todos os tempos. O lado imprescindível da acumulação de capitais. O assunto está de alguma forma desenvolvido no tópico da política econômica da informação em MOSCO & WASCO (1988) e tem ligação direta com o valor da informação. A teoria do valor é central na Economia Política. Para os trabalhadores de informação interessa para sabermos em que medida a sociedade de informações cria a riqueza das nações. Mais particularmente entendermos a estrutura de trabalho do pessoal de informação em termos de qualificação, salário, status, degradação ou elitização. Já que informação gera riqueza, porque a maioria dos trabalhadores dessa sociedade são pobres? Há sentido em separar os trabalhadores por ocupação ou por setor da economia? A afirmação de BRAVERMAN torna-se pergunta para nós; como se dá a qualificação/degradação do trabalho no século XXI dentro de uma estrutura de trabalho e capital monopolista? SCHAFF (1985) e RATNER (1985) têm respostas diferentes em seus excelentes textos. A discussão contraposta de ambos enseja outro artigo.

Para mim fica problemática a maneira como os pós-industrialistas forçam a venda da Sociedade Pós-Industrial: uma sociedade sem indústrias, sem mercadorias e sem valor (portanto sem exploração do trabalho). Ou têm-se marchas graduais e

excludentes (cujo desfile secular começa na agricultura, passa pela indústria velha de guerra até desembocar na praça dos serviços); marchas retas, lineares e sem volta; ou têm-se avalanches na forma de ondas (TOFLER, 1980): a onda vem com tanta força que destrói tudo, inunda as plantações e depreda todas as fábricas. Sobram só os serviços para gerar a riqueza das nações. Informação, "vento que balança as ondas do mar... diga por favor, aonde se escondeu o meu amor".

Uma coisa ainda precisamos resolver: de onde vem, afinal, a riqueza das nações?

Apesar de não ser fácil responder isso (a Economia Política tenta há pelo menos 300 anos), é bom, pelo menos pensarmos no assunto com apenas um propósito: em que medida a Sociedade de Informações participa da criação de riqueza?

Todos conhecem a fórmula do Capital que a gente chama de D linha, isto é, D'. Capital não é dinheiro, mas é dinheiro "em linha" na Sociedade de Informações. A época de Marx também já era em linha e são famosas as equações de Marx a respeito. Quando usamos o Dinheiro apenas para mediar nossas compras, o D de Dinheiro aparece **no meio** de duas Mercadorias: M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria). Essa é a fórmula da simples troca de mercadorias. Por que simples? Simplesmente porque levamos nossa mercadoria ao mercado; lá a vendemos; lá mesmo usamos o dinheiro da venda para comprar outra. M-D-M é a fórmula que descreve a venda e a compra de mercadorias, num processo simples de troca. O dinheiro, nessa situação, não domina o processo de circulação; ele aparece e desaparece no processo. O processo começa com a mercadoria, passa pelo Dinheiro e termina em outra Mercadoria (naturalmente que de natureza diferente da que tínhamos pois ninguém vai trocar um tênis por ele mesmo). Há muito sentido, portanto, trocarmos nossas mercadorias por outras de que necessitamos mais. E isso foi assim por muito tempo. Se com nosso dinheiro compramos mercadorias e voltamos a vendê-las, o processo de troca transforma-se em D-M/M-D que, simplificando dá D-M-D. Ora, trocar D por D não tem sentido qualitativamente. Só tem sentido quantitativamente. Da mesma maneira que ninguém troca um tênis por ele mesmo,

também não se troca um nota de 100 por ela mesma. A questão da Economia Política como um todo é como aparece o D linha. Equivale a dizer: De onde vem, afinal, a riqueza das nações? D linha é capital, é dinheiro valorado, é dinheiro que cria mais dinheiro.

O objetivo da circulação M-D-M é o consumo de valores de uso diferentes. Já a circulação D-M-D tem no dinheiro o começo e o fim do processo; como o dinheiro não tem cor, a circulação D-M-D só tem sentido se D voltar em linha.

A mercadoria, na sua função social, além de ser valor de uso, é valor e, como tal, equivalente a todas as outras mercadorias. São todas iguais, socialmente. Tanto mais quando aparece o dinheiro que é uma mercadoria particular, cujo valor de uso consiste em ser precisamente valor de troca.

Marx diz, ao iniciar **O Capital**, que iniciaria pela análise da mercadoria, por ele considerada, a célula da riqueza das nações. O Capital mesmo só vai aparecer na análise de Marx, no quinto capítulo. Por uma questão de ordem. Ordem lógica e histórica. Porque, para Marx, a simples troca de mercadorias (M-D-M) não configura uma sociedade capitalista mas apenas mercantil; a produção de mercadorias só se generaliza e domina a produção social quando o próprio trabalho torna-se também uma mercadoria (isso é importante para análise dos trabalhadores de informação; a expressão "Mercado de Trabalho" é, por isso, cheia de sentido).

A mercadoria, isto é, o valor é pressuposto do capital. Mas é só o capital que **generaliza** a produção mercantil, fazendo-a abarcar todas as esferas da produção social. A produção de mercadorias vai aparecendo, historicamente, em "pontos isolados" até que, na sociedade onde rege a produção capitalista, a riqueza das nações se explica por uma enorme acumulação de mercadorias (essa é a frase com que Marx inicia **O Capital**). Se a mercadoria e o dinheiro são pressupostos do Capital, são também consequência pois se a mercadoria não existisse já, o trabalho não poderia tornar-se mercadoria. Mas só quando o trabalho se torna mercadoria é que os produtos podem, na sua generalidade, ser mercadorias.

A forma como o Capital influencia a produção de mercadorias passa para Marx por fases históricas distintas, na cooperação, na manufatura e finalmente na grande indústria. Tem sentido agora dois advérbios empregados por Marx na sua primeira frase n'O Capital: a riqueza das nações **onde** rege a produção capitalista está na análise da mercadoria e a mercadoria **isoladamente** considerada é a cédula dessa riqueza. A mercadoria isoladamente considerada é valor de uso e valor de troca. A mercadoria relacionadamente considerada na produção capitalista é valor. Na sociedade mercantil simples (primórdios do capitalismo), a troca de mercadorias facilitada pelo dinheiro é uma troca de iguais. É a imagem ideal de igualdade. Sociedade de iguais. Todos os trabalhadores são igualmente proprietários. Iguais também são as mercadorias trocadas. Portanto é igual o trabalho contido nas mercadorias trocadas.

A passagem da economia mercantil para a economia capitalista transforma a força de trabalho em mercadorias. A sociedade de informações apenas alarga essa mercantilização da força de trabalho; o capital, para se expandir, abarca novos ramos da produção social; a área de serviços se expande. Mas não a ponto de virar lazer. Serviços são serviços e como tal trabalho. A área de serviços é também área de trabalho. É também mercado de trabalho, onde se compra e se vende a mercadoria-força-de-trabalho. A sociedade de informações é uma sociedade mais do que nunca produtora de valor, isto é, produtora de mercadorias. Din...dom... Avon chama Daniel Bell. Onde, então, a sociedade pós-industrial ou pós-mercadoria? Bell ou qualquer dos seus epígonos ainda não disseram mas está por pouco: a Sociedade de Informações é uma sociedade pós-graduada (de pós-graduação mesmo). O idealismo filosófico resiste por esses séculos afora (MOSTAFA, 1985, p.81-118).

O surgimento do anti-valor, da anti-mercadoria, que parecia estar despontando pelo padrão de financiamento público da economia capitalista através do Estado Providência dos últimos cinquenta anos (OLIVEIRA, 1988), caminha por esses anos noventa, outra vez, livre e neo-liberalmente atrás do valor. Dá-lhe valor. Dá-lhe mercadoria. Material ou imaterial. É tudo igual. Todas concorrem para o capital.

Pois para o capital, não importa nem o setor de trabalho (se agrícola, industrial, de serviços ou informacional) e nem a particularidade de cada trabalho dentro de cada setor (se trabalho do marceneiro, padeiro, bailarino, editor, bibliotecário, vendedor, juiz, prostituta ou executivo). Para o capital o que vale é o trabalho abstrato, esse que amplia o Capital. Se Capital ou Trabalho são os dois pólos contraditórios da sociedade capitalista, são também a sua identidade: o capital, seja qual for a sua forma, como dinheiro ou mercadorias ou meios de produção, o capital é trabalho. E o trabalho é capital (a parte animada do capital). "Se você vai para a cozinha e, com farinha, leite, ovos, fermento e manteiga faz um pão e o consome, o seu trabalho produziu um valor de uso para você e seus amigos. Porém, quando o padeiro produz a mercadoria pão para transformá-la em valor de troca e vender a sua freguesia, a força-de-trabalho despendida pelos empregados de sua padaria tem outras características: não é mais trabalho útil e concreto de homens que fazem este ou aquele pão que é levado em conta. Mas é o trabalho homogêneo de todos os empregados, juntos, tomados de uma forma abstrata e geral e revelada sob a forma da mercadoria pão, que será considerada. O pão, como mercadoria, também sofre uma transformação: de valor de uso nutritivo (leite, ovos, etc.) adquire um valor de troca, onde o que vai ser levado em consideração é a sua possibilidade de proporcionar lucros"! (SEGNINI, 1984, p.16-7).

Um serviço, como observou Marx, é nada mais do que o efeito útil de um valor de uso, seja ele mercadoria ou trabalho. Quando os efeitos úteis do trabalho não tomam a forma de objetos, é porque aquele trabalho está sendo oferecido diretamente ao consumidor. Os próprios efeitos úteis do trabalho transformam-se em mercadorias.

Para o capitalista o que importa não é, portanto, uma determinada forma de trabalho mas unicamente sua forma social. "...o capitalismo é indiferente à determinada forma de trabalho; não lhe interessa, em última instância, se emprega trabalhadores para produzir automóveis, lavá-los, repintá-los, abastecê-los de gasolina e óleo, dirigi-lo como contrabando, estacioná-los ou convertê-los em sucata. O que lhe interessa é a diferença entre o preço que ele paga

por um agregado de trabalho e outras mercadorias, e o preço que recebe pelas mercadorias - sejam bens ou serviços - produzidos ou prestados... a distinção entre mercadorias sob a forma de serviços só é importante para o economista ou o estatístico, não para o capitalista" (BRAVERMAN, idem p.305).

No fundo é o balcão (ou a mesa) que aproxima o cliente do serviço prestado. No exemplo de BRAVERMAN (idem, p.304) a diferença do trabalho em restaurante e do trabalho na produção industrial de alimentos é a presença do balcão ou da mesa.

Se assim é, de onde vem a riqueza das nações?

Cada século responde que vem de um um lugar, dependendo da proeminência do setor naquela época. Os mercantilistas do século 15 ou 16 achavam que a riqueza viesse dos metais preciosos à moda do Tio Patinhas; os fisiocratas do século XVII e XVIII achavam que a riqueza vinha da terra, baseados na tese de que a terra dá em dobro o que nela se plantar. Donde a proeminência da agricultura; os industrialistas defendem o valor na indústria, nos manufaturados. Já os pós-industrialistas enaltecem a área de serviços para deduzir, de lá, a riqueza das nações.

Dois questões estão sempre presentes na fala dos pós-industrialistas: 1) a glorificação dos balcões (dos serviços) como a característica da produção em nossa época. Balcão eletrônico, claro. 2) Glorificação feita, invariavelmente, na forma de "marcha os setores". A marcha começa na agricultura, onde desfila por séculos afora; passa pela indústria velha de guerra até chegar na praça dos serviços onde tudo é valor. O passo é progressivo (de progresso), reto e irreversível. Chegando no serviço, o que ficou para trás é velho, antigo e desnecessário. Um setor desloca o outro lembrando o princípio Arquimedes (a ironia é de LYON, 1988, p.50). Ora, tudo isso é percurso apressado demais. Não é verdade que os setores estejam tão separados, apesar de haver predominância de uns sobre os outros; a tendência que vemos mais e mais é a erradicação da distinção entre as formas do trabalho, as quais, no cômputo geral, entram como trabalho geral ou abstrato. No balcão, as formas de trabalho desaparecem totalmente sob a forma valor. No balanço das ondas, como no balanço das empresas, o que importa é o valor.

Keywords: Information society. Value of information. Political economy of information. Commodities.

SUMMARY

MOSTAFA, S.P. Pos doctorate: one reading trajectory, 1991, London. *Transinformação*, 3 (1,2,3) - 1991.

Political economy of information is analysed within marxist theory of value. Against the ideology of post-industrial society, the author concludes that the value of information is not derived from its inherent attributes as a resource but uniquely from its transformation into a commodity. Categories such as use, demand, want or desire are not useful to derive the value of information.

Keywords: information society, social transformation, information use.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATES, B.J. (1988) Information as an economic good: sources of individual and social value. In: MOSCO & WASCO, *The political economy of information*. Madison, University of Wisconsin Press, cap.4: p.77-94.
- BELL, D. (1974) *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix.
- BRAVERMAN, H. (1974) *Labour and monopoly capital: degradation of work in the twentieth century*. N.Y.: Monthly Review Press.
- CLEVELAND, H. (1985) Apud SCHILLER, D. (1988) How to think about information. In: MOSCO & WASCO. *The political economy of information*. Madison, University of Wisconsin Press.
- DECCA, E. de. (1982) *O nascimento das fábricas*. São Paulo, Brasiliense. (Col. Tudo é História, 51)
- GIANOTTI (1966) *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

- GRAMSCI, A. (1982) **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IGLESIAS, F. (1981). **A revolução industrial**. São Paulo, Brasiliense (Col. Tudo é História, nº 32).
- LINE, M. (1974) Draft definition: information and library needs, wants and uses. **ASLIB Proceedings**, v.26(2)
- LYON, D. (1988) **The information society: uses and illusions**. Cambridge: Polity Press.
- LYOTARD, J.F. (1979) **O pós-moderno**. Rio de Janeiro, José Olympio.
- MARX, K. (1857) **O capital**. São Paulo, Difel, 1982, v.1, Livro 1.
- _____. (1974) **La ideologia alemana**. Barcelona, Grigallo.
- MOSCO & WASCO (1988) **The political economy of information**. Madison: University of Wisconsin Press.
- MULGAN (1990) **Communicative values**. cap.8: 165-83.
- NAISBITT, J. (1991) Entrevista na revista VEJA, dez. 1991, páginas amarelas.
- PINTO, A.V. (1979) **Ciência e existência**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- RATTNER, H. (1985) **Informática e sociedade**. São Paulo, Brasiliense, p.99-122.
- ROBERTS, N. (1975) Draft definitions: information and library needs, wants, demands and uses: a comment. **ASLIB Proceedings**, 27(7).
- SCHAFF, A. (1991) **A sociedade informática**. São Paulo, Brasiliense.
- SEGNINI, L. (1984) **O que é mercadoria**. São Paulo, Brasiliense. (Col. O que é).
- SCHILLER, D. (1988) How to think about information. In: MOSCO & WASCO. **The political economy of information**. Madison: University of Wisconsin Press.
- TOFFLER, A. (1980). **A terceira onda**. Rio de Janeiro, Record.
- VASQUEZ, A.S. (1977) **Filosofia da praxis**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PÓS-DOCTORADO: relato de uma experiência

Marilda Emmanuel Novaes Lipp
PUCCAMP

RESUMO

LIPP, Marilda E.N. Pós-Doutorado: relato de uma experiência.

Trans-in-formação, 3(1,2,3) - , 1991.

O pós-doutorado no exterior está sendo incentivado como uma forma rápida de se promover o desenvolvimento de "criadores" de conhecimentos científicos avançados no Brasil, mas o que esta experiência representa para o pós-doutorando? O presente trabalho é um relato da experiência em um centro de pesquisa de ponta nos EUA.

Unitermos: pós-doutorado, experiência em ciência, pesquisa pioneira, treinamento além mar.

Oito horas diárias de investigação científica - sem interrupções, sem aulas a ministrar, sem orientação de teses a fazer, sem palestras a proferir e sem atividades administrativas. Seis assistentes de pesquisa formados em psicologia, seis computadores modernos e todo um equipamento sofisticado de laboratório humano à disposição. E mais... reuniões diárias sobre as pesquisas em andamento, troca de opiniões e decisões em grupo sobre os rumos da coleta e análise dos dados. Tudo num clima de respeito e cooperação!

O sonho de qualquer cientista? Sem dúvida. Impossível de se alcançar? Difícil sim, impossível não. Isto pode ser obtido em um Pós- Doutorado.

Desde meus anos de graduação na American University, um sonho se desenvolveu: o de poder trabalhar no National Institute of Health. Era de lá que surgiam alguns dos melhores artigos publicados, era de lá que partiam as descobertas pioneiras em tantos campos de trabalho, era lá que abrigava alguns dos maiores nomes da ciência, mas todos sabiam que mesmo para os americanos, NIH era um dos lugares mais difíceis de se conseguir entrar. E como é um órgão do governo americano, estrangeiros, com raríssimas exceções, nem são considerados, portanto, NIH permaneceu até recentemente um sonho não realizado.

Ao terminar o PhD em Psicologia passei a dar aulas na George Washington University e a trabalhar em uma unidade de cuidado intensivo para problemas comportamentais em uma instituição mental e em 1981, 16 anos após a saída do país, devido a problemas políticos, regressei ao Brasil para me tornar docente de Pós-Graduação em Psicologia da PUCAMP. NIH continuou a estar presente na literatura e em congressos.

Finalmente em 1991, após 10 anos de docência no Brasil, me pareceu importante uma reciclagem, um aprimoramento maior na minha área de pesquisa, que é a da interação da medicina comportamental com a psicologia clínica.

Sinto que é neste momento - aquele em que o pesquisador decide que gostaria de se aprimorar em sua área, através de estudos mais avançados - que o processo da realização de um pós-doutorado se inicia. Este processo vai desde "decidir" até a escrita de relatórios e artigos, passando por toda uma série de passos, como procurar um local de comprovada relevância científica e que o aceitem, conseguir um financiamento e organizar a sua vida pessoal e profissional de modo a não prejudicá-la. São tantas as considerações a serem feitas e tantas as medidas a serem tomadas que naturalmente existe uma confusão inicial sobre como desenvolver a idéia.

A busca inicial de informações junto a FAPESP e CNPq mostrou uma acessibilidade bastante grande em ambas as instituições, porém a solicitação do auxílio somente, é claro, poderia ser considerada após o aceite de uma instituição adequada. A próxima medida foi o contato com colegas que já haviam feito o pós-doutorado no Exterior

a fim de verificar do que se constituía, se valia a pena e que tipo de expectativas poderiam ser desenvolvidas. As experiências foram as mais diversas, indo desde o cumprimento de um programa formal até o trabalhar em um projeto já desenvolvido por um cientista de renome. Os locais também variavam bastante, sendo que a França e os EUA pareceram ser os mais procurados. A tônica comum nestes relatos foi a dificuldade de se viver no Exterior com a quantia mensal fornecida pelo auxílio ou bolsa, uma vez que as instituições estrangeiras que oferecem a oportunidade de treino de pós-doutorado em geral não remuneram o pós-doutorando. Apesar disto, nenhum dos colegas com os quais conversei lamentou ter tomado a decisão de fazer o pós-doutorado. O próximo passo foi, naturalmente, localizar a instituição que estivesse conduzindo uma pesquisa na área de interesse e que tivesse a disponibilidade para aceitar um pesquisador estrangeiro em seu meio.

Entrando em contacto com antigos amigos, quatro pessoas se tornaram de extrema importância na busca por um lugar certo, Dr. John Boren, meu antigo professor da American University, que lecionou na PUCCAMP por um semestre, e que hoje ocupa um alto cargo administrativo na National Institute of Drug Abuse; Dr. Stephen Weiss, Diretor do Setor de Medicina Comportamental do National Institute of Health; Dr. Robert Rose, Diretor da Fundação McCarthy; Dr. Joseph Brady, Chefe do Setor de Ciências Comportamentais da Johns Hopkins University e Dr. Bernard Engel, Chefe do Laboratório de Medicina Comportamental do National Institute of Aging. Destes contactos, todos de grande importância para mim pelo incentivo oferecido, surgiram duas ofertas concretas, que, como já esperava, não incluíam remuneração alguma, ambas para trabalhar em pesquisas relacionadas com a contribuição do fator "stress" para a ontogênese da hipertensão arterial essencial. Uma seria com a Dra. Jaylan Tarkan, na John Hopkins University e a outra com o Dr. David Anderson, no Gerontology Research Center, que é parte do National Institute of Health. A primeira oferta seria para trabalhar com símios e, a segunda, com seres humanos. Curiosamente, e por coincidência, estes dois cientistas estão trabalhando precisamente nos mesmos conceitos, variando somente a população, que é área da interação do "stress" com fatores genéticos na etiologia e desenvolvimento da

hipertensão. Como sou psicóloga clínica e uma das disciplinas que leciono é "stress e doenças psicossomáticas" o trabalho do Dr. Anderson me pareceu mais pertinente. Além disto, o Gerontology Research Center é parte do National Institute of Health - meu sonho de anos de repente se concretizou: o de trabalhar no NIH! Assim, para o Gerontology Research Center parti, levando comigo um filho adolescente.

Devido a maior flexibilidade da FAPESP em termos de datas de avaliação do pedido acabei tomando a decisão de aceitar o auxílio por ela outorgado. O mesmo se constituiu de US\$ 1.600 (incluindo uma ajuda de custo para o meu filho acompanhante) mensais, passagem de ida e volta, auxílio saúde e US\$ 1.000 como auxílio de mudança. Embora o auxílio ofereça bastantes limitações, não houve nunca um dia sequer de atraso na remessa da verba mensal. Mas para se ter uma idéia geral do que se vai enfrentar se somente se dispor deste auxílio - no meu caso, a universidade onde ensino, tendo as dificuldades financeiras peculiares às entidades particulares, não remunera os docentes que se afastam para fazer pós-doutorado - basta pensar que lá minhas assistentes de pesquisa que haviam terminado a graduação recentemente, recebiam US\$ 2.500 por mês.

Descobri, então, que os cientistas com os quais fui trabalhar não se envolviam facilmente com pessoas novas no setor. Com exceção de um convite de almoço e uma volta para conhecer a cidade, nada foi oferecido quanto a instalações, transporte, assistência médica, escola ou o demais que poderia ser visto como "pessoal". Tudo isto precisou ser conseguido por iniciativa própria. Felizmente os serviços comunitários são muito bem organizados e o Centro de Cientistas Visitantes do NIH nos forneceu as informações necessárias - de modo impessoal sim, porém completas e de maneira eficiente. Em poucos dias estávamos instalados em Columbia, Maryland, e meu filho estava matriculado na última série do segundo grau. Como ele possui dupla cidadania, ser americano, facilitou a sua aceitação no colégio público local, após ter sido aprovado em um teste de inglês. A próxima tarefa, e uma bastante difícil do ponto de vista de um "bolsista" foi a de adquirir um carro, uma vez que ninguém pode

morar um ano nos EUA sem condução própria. Alguns dias se passaram até que tudo "pessoal" fosse organizado e, imediatamente, com muita expectativa e vontade de absorver tudo e aprender o que fosse possível, apresentei-me no Laboratório de Medicina Comportamental do Dr. David Anderson, um homem extremamente inteligente e capaz, tímido e sem muita habilidade inter-pessoal. Dr. Anderson mostrou-me onde tudo se localizava, inclusive o restaurante, informando-me que, em geral, trabalhava-se de 9 às 17 horas, com 15 minutos de almoço. Minha sala media 3 x 3 metros quadrados e não tinha nada de estético, porém continha um computador IBM moderno, uma impressora laser, um arquivo e tudo o que eu precisava. Não era um gabinete, era uma sala de laboratório. Fui informada de uma reunião logo a seguir com o restante da equipe. Aí conheci as demais pessoas com as quais estaria trabalhando. Todas queriam saber o que eu fazia no Brasil, que pesquisas realizava, o que havia publicado e que plano tinha para o futuro. Ao explicar meu trabalho, basicamente com objetivos clínicos e que envolvem tipicamente intervenções psicoterapêuticas com pacientes hipertensos, fui surpreendida com a solicitação de que elaborasse, o mais rápido possível, um projeto que combinasse a minha pesquisa clínica-experimental com a sofisticadíssima metodologia de trabalho do laboratório. O laboratório até então estava realizando pesquisas nos aspectos fisiológicos da medicina comportamental. Esta incumbência, provavelmente, poderia ser relatada como uma das experiências mais difíceis que enfrentei na minha vida profissional. Aquela equipe, aqueles cientistas eram de primeira categoria, seu trabalho era de uma sofisticação muito grande e eu havia pretendido, não criar meu próprio projeto, porém, trabalhar junto a um deles a fim de aprender toda uma nova gama de métodos. Eles afirmaram, no entanto, que os dados das pesquisas brasileiras, sobre os aspectos psicológicos do paciente hipertenso, eram de grande interesse e que prefeririam um projeto que integrasse as duas metodologias e estudasse a correlação entre um dos aspectos psicológicos que eu estudava no Brasil com os aspectos fisiológicos por eles investigados. E, assim, dei início a minha tarefa.

A primeira dificuldade encontrada foi o uso do computador e do equipamento moderno com o qual não tinha tido contacto

anterior. Aprender a usar o computador ao mesmo tempo que se tenta escrever um projeto difícil em uma língua estrangeira é no mínimo estressante. Em nenhum momento verifiquei boa vontade de qualquer pessoa do laboratório em fornecer explicações sobre o uso do computador. Quanto ao equipamento necessário para a pesquisa, informações eram dadas sempre que solicitadas. A impressão que me ficou foi a de que ninguém poderia imaginar que eu não soubesse fazer uso completo de todo o "software" que para eles era já elementar.

Duas semanas depois, quando entreguei o projeto, o mesmo foi discutido detalhadamente em reunião científica de rotina no setor e, a seguir, várias reuniões foram dedicadas à discussão do projeto que foi aprovado com a inclusão de inúmeras sugestões da equipe. Desta forma, o projeto que era relativamente pequeno, tornou-se grande e abrangente, uma vez que cada um dos pesquisadores desejou acrescentar algo. O projeto original se referia a um estudo da reatividade cardíaca e respiratória durante momentos de "stress", causado por interações sociais que exigissem assertividade da parte dos pacientes em situações de "role play", criadas no laboratório. Cobria ainda o estudo dos efeitos de um treino de relaxamento em pacientes hipertensos e se baseava no dado de pesquisa, que revelou a dificuldade que pessoas hipertensas têm de mostrar afetividade, de defenderem seus direitos, enfim, de serem assertivas, no geral. Uma das explicações que tem sido oferecidas para justificar estes dados é a de que essas pessoas talvez percebam algum desconforto, gerado por uma reatividade cardíaca exagerada em momentos em que são assertivas. Este desconforto as levaria, então, a serem inassertivas. O treino de relaxamento em momentos de assertividade seria, neste caso, eficaz na redução da reatividade cardiovascular e respiratória? A metodologia proposta, usando uma linha de base retardada, com dois grupos de pacientes hipertensos, era bastante sofisticada, pois permitia a comparação de dois grupos experimentais, recebendo o mesmo tratamento em momentos diversos durante um período de 6 semanas no total.

Uma das pesquisadoras sugeriu que seria interessante também fazer a monitorização da pressão arterial dos pacientes 24

horas por dia, acrescentando um diário onde eles escreveriam a atividade na qual estavam engajados na hora em que a pressão era tirada. Outro pesquisador insistiu em que, neste caso, seria também relevante verificar a frequência respiratória dos pacientes ao mesmo tempo, incluindo o período de sono.

Adicionalmente chegou-se à conclusão de que seria útil monitorizar o nível de dióxido de carbono no sangue dos pacientes durante as sessões de "role play" no laboratório. Um outro pesquisador mencionou que seria bom acrescentar um outro grupo de pessoas normotensas a fim de que se comparassem os efeitos do "stress" social nelas com relação às hipertensas.

Ao final, o projeto se tornou muito mais sofisticado e complexo e tanto interesse despertou que em breve foi fundado o laboratório de "stress" social, do qual passei a ser encarregada, ficando toda a pesquisa nesta área sob minha responsabilidade. As reuniões semanais para discussão dos mínimos detalhes do projeto continuaram a ser realizadas. Nada ficou sem ser discutido, avaliado e repensado em grupo. Estas reuniões contavam com 3 pesquisadores "seniors" e 6 assistentes de pesquisa e minhas opiniões passaram a ser cada vez mais ouvidas e respeitadas. Acrescente-se aqui que embora a situação criasse "stress", pois nem sempre é agradável ouvir tantas opiniões sobre um projeto nosso, ela se constituiu de uma experiência inesquecível, uma vez que era fascinante ver o trabalho daquelas mentes - tão bem treinadas - em funcionamento de modo crítico, analítico e construtivo. O projeto final com as mudanças e sugestões foi, finalmente, enviado à Comissão de ética do Gerontology Research Center, que é constituída de 6 membros de várias áreas de atuação. A aprovação é um processo longo e demorado, mas como a minha pressa era justificada pois o tempo era muito limitado, uma reunião especial foi conseguida pelo chefe do laboratório de Medicina Comportamental.

Enquanto avaliavam a proposta, passei a entrar em contacto com médicos da comunidade a fim de conseguir que eles participassem dos trabalhos enviando pacientes para o projeto. Esta foi uma das etapas mais difíceis: embora afirmassem estar muito interessados nos trabalhos, logo de início detectamos que eles não tinham tempo

para participarem das reuniões onde iríamos explicar o projeto e, posteriormente, que eles esqueciam de enviar os pacientes. A colaboração deles foi obtida mais tarde quando passamos a lhes oferecer um relatório escrito, contendo o "print-out" da monitorização da pressão dos pacientes por 3 períodos separados de 24 horas, sem custo para os participantes. Nesta altura dos fatos eu já estava preocupada se o tempo que tinha disponível para ficar no Exterior seria suficiente. Em breve, no entanto, descobri que o desenvolvimento dos eventos dependia de minha pressa e que muito pouco foi feito para acelerar o processo, pois após a aprovação do projeto pela comissão do GRC, foi necessário enviá-lo à Comissão de Ética do Hospital de onde os médicos nos indicariam os pacientes. Enquanto o projeto estava sendo considerado por esta comissão constituída de médicos e administradores, dediquei-me a duas tarefas: a de aprender a usar os equipamentos de laboratório para monitorização da pressão arterial, frequência cardíaca, respiratória, de detecção do nível de dióxio de carbono no sangue dos pacientes e a de elaboração das cenas capazes de gerar "stress" em interações sociais. Foi necessário elaborar 3 conjuntos de 8 cenas cada um cobrindo os conceitos que Wolpe e Rathus sugerem fazer parte do que se designa de "assertividade". Foi um processo criativo e, até divertido, embora difícil, uma vez que minha prática é mais a de escrever artigos científicos e não vinhetas, principalmente em uma língua estrangeira e dentro de um contexto cultural diferente do nosso.

Após a aprovação do projeto pelas comissões de ética e das cenas pela equipe do laboratório, iniciei o recrutamento dos participantes e o treino dos assistentes como observadores e colaboradores durante a sessão de "role play". Os observadores teriam que assistir a todas as fitas de vídeo das sessões de "role play" e cronometrar o tempo de contacto visual, duração da fala, latência da resposta, entonação da voz, bem como avaliarem o conteúdo verbal das interações em termos de assertividade. Os colaboradores nas sessões de "role play" teriam que interagir com os pacientes, de acordo com o "script" a fim de produzirem "stress" social.

Neste meio de tempo trabalhei também na elaboração do diário que os participantes levavam para casa e onde marcavam a

atividade em que estivessem engajados no momento em que o equipamento portátil registrava a pressão arterial. Participava também de palestras semanais e conferências dadas regularmente no GRC.

Finalmente, a coleta de dados se iniciou. Sessenta e oito pacientes passaram pelas sessões de "role play" e monitorização ambulatorial. Eles recebiam US\$ 40 por sessão de laboratório e recebiam também um "print out" de sua pressão tirada de meia em meia hora no ambiente natural e de 10 e 10 segundos no laboratório. Metade deles, os normotensos, tiveram somente uma sessão de "role play" e monitorização, enquanto que os hipertensos participaram de 3 sessões separadas por duas semanas de treino de relaxamento feito por mim. A quantidade de trabalho foi muito grande e, devido à premência de tempo que eu tinha, o ritmo foi extremamente acelerado. Alguns assistentes de pesquisa reclamaram disto alegando que o setor não estava acostumado a conduzir trabalhos tão extensos em tão pouco tempo, porém o Chefe do Laboratório apoiou o que se fazia e os trabalhos continuaram a ser desenvolvidos com a maior rapidez possível.

Conforme os dados eram coletados, eram analisados nas reuniões semanais, onde se discutiam como processá-los, que análise estatística usar e que medidas usar como índices de reatividade cardiovascular. A etapa mais estimulante do pós-doutorado foi neste momento, quando os dados obtidos de cada um dos 68 pacientes eram analisados em detalhes e discutidos pelos pesquisadores conjuntamente. A troca de idéias, a rapidez mental e a habilidade daqueles cientistas de detectarem possíveis relações entre várias medidas psicofisiológicas que estavam sendo usadas era impressionante. Durante estas reuniões fomos percebendo várias descobertas de grande interesse para nós, tais como: o procedimento que eu desenvolvera para criar stress era capaz de evocar reatividade cardiovascular, tanto em pessoas normotensas como nas hipertensas, variando somente a magnitude da resposta, já que os hipertensos reagiam com maiores aumentos tanto na pressão diastólica como na sistólica. E mais, a reatividade vascular ocorria na ausência de estimulação cardíaca, evidenciada pelo fato de que não se registrava aumento da frequência cardíaca. Seria tal reação determinada por

um aumento do volume cardíaco ou seria determinada por uma construção periférica. Um novo campo de pesquisa se abriu nesta área, e investigações estão agora sendo realizadas para responder a esta questão. Uma das verdadeiras bênçãos da atividade científica é que a investigação sistemática muitas vezes produz descobertas não esperadas de igual, ou até de maior interesse do que aquelas propostas no projeto inicial. No presente caso, a análise dos dados revelou que o nível de dióxido de carbono no sangue dos sujeitos hipertensos era maior do que dos normotensos do grupo controle. Esta descoberta tem profunda importância, tanto para a medicina comportamental como para a área da fisiologia cardiovascular, uma vez que pode fornecer explicação quanto a ontogênese da hipertensão arterial essencial. Novos projetos foram imediatamente propostos e estão sendo realizados pelo Dr. David Anderson que visam comprovar as descobertas de ponta oriundas deste trabalho.

Como toda pesquisa envolvendo seres humanos, vários contratemplos surgiram, tais como atrasos no decorrer do seu desenvolvimento, faltas, mal uso do equipamento em casa, fios que se soltavam durante o sono e equipamentos que às vezes não funcionavam adequadamente em um momento ou outro. Pretendia ter, pelo menos, terminado a análise dos dados antes de regressar ao Brasil, uma vez que lá podia contar com uma equipe bem treinada, porém, devido às peculiaridades do processo como um todo somente na semana anterior a minha volta ao Brasil foi que consegui testar o último participante. Além disto, devido ao interesse dos outros pesquisadores no projeto, o mesmo se tornara muito abrangente, com milhares de dados a serem analisados. Conseqüentemente, não foi possível terminar a análise de todos os ângulos da pesquisa e nem a escrita de artigos enquanto estava ainda afastada das funções de docência, o que, sem dúvida, teria sido consideravelmente mais fácil. Parte dos dados, porém foram analisados e uma apresentação para o congresso da Behavioral Medicine Society foi preparada. Outros artigos estão, no momento, sendo elaborados, com grande esforço já que uma vez de volta ao Brasil e a rotina de trabalho se tornou difícil dar continuidade a análise dos dados, a qual agora está sendo realizada nas horas vagas, concomitantemente a todas as outras tarefas que necessitam de atenção. Considero que foi um erro

fundamental ter regressado ao Brasil antes do final do trabalho de escrita dos artigos e divulgação dos dados obtidos.

Porém, embora mais vagarosamente, eles serão escritos e publicados em breve. No NIH o dia inteiro era dedicado somente à pesquisa e, até mesmo, durante o período de 15 minutos de almoço, constantemente se falava em ciência. Nossa realidade é diferente e o pesquisador que regressa de uma experiência como a descrita, necessariamente, necessita ter flexibilidade para se adaptar às exigências do seu mundo permanente.

No todo, o pós-doutorado foi para mim uma experiência inesquecível, aprendi muito durante este ano e três meses que passei no NIH, mas acima de tudo, foi muito estimulante ver como cientistas de primeira grandeza organizam e planejam sua investigação científica. Verifiquei também que, ao contrário do que fazemos aqui no Brasil, onde participamos de inúmeros congressos e apresentamos dezenas de trabalhos durante o ano, os pesquisadores do NIH não se desgastam com múltiplas apresentações, concentram-se apenas em algumas poucas e marcantes apresentações ao ano em congressos mais relevantes. No mais eles produzem dados e escrevem artigos. Necessariamente, o nível de suas produções é dos mais altos, e é a qualidade de sua produção que conta, e não mais, como já foi há alguns anos atrás, o número delas.

SUMMARY

LIPP, Marilda E.N. Pos doctorate: the report of one experience.

Trans-in-formação, 3(1,2,3) - , 1991.

Pos doctorate experiences overseas are receiving incentive as a rapid means of developing "Makers" of advanced scientific knowledge in Brazil, however, what does such experience mean for the pos doctorate researcher? The present article describes a pos doctorate experience in a advances research center in the USA.

Key words: pos doctorate; experience in science; pioneer research; overseas training.

PERFIL DO VESTIBULANDO DA ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO SÃO CARLOS

Elizabeth Márcia Martucci
EBDSC
Rosemeire Marino Nastri
EBDESC

RESUMO

MARTUCCI, E.M. & NASTGRI, R.M. Perfil do vestibulando da escola de biblioteconomia e documentação de São Carlos.

Trans-in-formação, 3(1,2,3): -, 1991.

Caracterização dos vestibulandos de 1991 e comparação dos perfis levantados em 1989, 1990 e 1991, como instrumento para o conhecimento da clientela que busca o curso da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos, objetivando embasar o planejamento de ações futuras.

Palavras-chave: Vestibular; educação superior, planejamento educacional.

INTRODUÇÃO

A caracterização socio-econômica dos vestibulandos constitui-se em excelente instrumento para o conhecimento da clientela que busca o curso de graduação em Biblioteconomia, embasando o planejamento de ações futuras: quer a nível de

divulgação da profissão, da Escola, do concurso vestibular, quer a nível do ensino propriamente dito, cujas estratégias devem estar equilibradas em relação às situações diagnosticadas.

A presente pesquisa enquadra-se neste aspecto particular da realidade da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (EBDSC), levantando o perfil do vestibulando de 1991 e verificando a existência de características gerais, através da comparação de estudos realizados em anos anteriores.

O **objetivo geral** desta pesquisa foi caracterizar os vestibulando da EBDSC.

Como objetivos específicos, estabeleceu-se:

- caracterizar os vestibulandos de 1991, quanto a sexo, estado civil, idade, proveniência, exercício de atividade remunerada, dados educacionais de 1º e 2º graus, motivação para o curso e nível de dificuldade no pagamento das mensalidades escolares.

- comparar os dados levantados com os vestibulandos de 1989, 1990 e 1991.

MÉTODO

Caracterização dos vestibulandos de 1991

A população-alvo constitui-se nos 46 inscritos no concurso vestibular de 1991, da EBDSC.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário, com questões abertas e fechadas, divididas em 5 blocos: dados pessoais, exercício de atividade remunerada familiar, dados educacionais e motivação para o curso.

A coleta de dados foi realizada com todos os inscritos no concurso vestibular, no ato da inscrição.

Comparação dos estudos realizados em 1989, 90 e 91

Nesta fase da pesquisa foram comparados os dados dos perfis dos vestibulandos de 1989, 1990 e 1991. Os dados referentes a 1989 e 1990 já haviam sido levantados com os vestibulandos nos respectivos anos, também através de questionário.

Os questionários utilizados apresentaram uma estrutura diferente do que foi aplicado em 1991, mas de forma a permitir a comparação dos principais dados.

A coleta de dados também foi feita com todos os inscritos (1989-31 inscritos e 1990-35 inscritos).

RESULTADOS

Sexo, estado civil e idade

A caracterização dos vestibulandos de 1991 quanto a sexo, estado civil, apresentada na Tabela 1, demonstra que 95,65% dos candidatos são do sexo feminino e apenas 4,35% do sexo masculino, o que confirma a alta procura do curso pelas mulheres. Em estudo recente (NASTRI, 1988), onde foram estudadas 24 turmas da EBDSC, verificou-se uma incidência de 96,59% de alunos do sexo feminino.

Deve-se ressaltar "que a profissão começou a atrair as mulheres por volta de 1887 e em poucos anos estas passaram de minoria para maioria absoluta. Quando Dewey conseguiu estabelecer com vinte alunos sua School of Library Economy na Columbia University, dezessete destes alunos eram mulheres (KREMER, 1983).

A amplitude de idade do grupo vai de 17 a 51 anos, com idade média de 23 anos. Identificou-se, também, que a faixa etária predominante é a de 20 a 24 anos.

Quanto ao estado civil, a maioria da população constituiu-se de solteiros, com 82,61% de incidência. Os casados representam

15,22% do grupo e os desquitados 2,17% dos quais 75% possuem filhos.

Desta forma, os candidatos ao curso, em sua grande maioria, parecem apresentar certa disponibilidade para o curso, pois em princípios não têm compromissos familiares, ou seja, responsabilidades domésticas ou com filhos.

Tabela 1 - Caracterização quanto ao sexo, estado civil e idade

CARACTERÍSTICAS		F	%
SEXO	FEMININO	44	95,65
	MASCULINO	2	4,35
ESTADO CIVIL	SOLTEIROS	38	82,61
	CASADOS	7	15,22
	DESQUITADOS	1	2,17
IDADE	AMPLITUDE	17-51	---
	MÉDIA	23	---

Proveniência demográfica

O levantamento da proveniência demográfica pretendeu identificar a região de atendimento em termos de formação de recursos humanos. Desta forma, verificou-se que os sujeitos provieram de 10 municípios de duas unidades federativas: São Paulo (95,65%) e Minas Gerais (4,35%).

O município com maior incidência foi São Carlos com 27,74% da população alvo. No estado já citado anteriormente foi possível verificar a incidência de alunos da cidade de São Carlos em grande parte da história da Escola (1959-1985), e verificou-se que em todos os anos a maioria dos formados era de São Carlos.

Vale ressaltar, também, que os alunos do Estado de São Paulo provieram de 5 regiões de governo, ou seja: Rio Claro (Analândia e Rio Claro), Araraquara (Araraquara e Itápolis), Limeira (Pirassununga e Leme), São Carlos (São Carlos e Ribeiro Bonito) e Bauru (Pederneiras). Essa diversificação de municípios é um dado positivo para a Escola, na medida em que indica a sua penetração nas diversas regiões, cumprindo assim um dos seus objetivos de fundação: a interiorização da biblioteconomia (FESC-EBDSC, 1967).

Tabela 2 - Caracterização quanto à proveniência demográfica

UF	CIDADE	F	%
SP	São Carlos	33	71,74
SP	Leme	2	4,35
SP	Pirassununga	2	4,35
SP	Rio Claro	2	4,35
SP	Analândia	1	2,17
SP	Araraquara	1	2,17
SP	Itápolis	1	2,17
SP	Perdeneiras	1	2,17
SP	Ribeirão Preto	1	2,17
MG	Machado	2	4,35
	TOTAL	46	100,00

Exercício de atividade remunerada

O exercício de atividade remunerada, pelos estudantes, tem sido cada vez mais necessários, devido às dificuldades financeiras atuais, vividas por toda a sociedade brasileira.

No caso da EBDSC, esta situação não é diferente. Os dados levantados indicam que 63,04% dos sujeitos exercem atividades remuneradas, significativamente no comércio (24,14%), na educação (20,69%) e em bibliotecas (20,69%), conforme demonstram as Tabelas 3 e 4.

Merece destaque a porcentagem dos vestibulandos ligados diretamente à área e à educação (41,38%), o que demonstra um certo interesse específico pela Biblioteconomia.

Tabela 3 - Caracterização quanto ao exercício de atividade remunerada

EXERCÍCIO	F	%
Nunca Exerceu	7	15,22
Exerceu	10	21,74
Exerce	29	63,04
TOTAL	46	100,00

Tabela 4 - Caracterização da atividade remunerada quanto ao ramo do exercício

RAMO	F	%
Comércio	7	24,14
Biblioteca	6	20,69
Educação	6	20,69
Indústria	4	13,79
Outros*	6	20,69
TOTAL	29	100,00

*Autônomo, militar, saúde, serviço público, sindicato, rede bancária.

Outras informações levantadas caracterizam mais detalhadamente a questão do exercício de atividade remunerada do grupo. Pelas tabelas 5, 6 e 7 pode-se verificar que a grande maioria presta jornada semanal de 40 horas (82,76%), no horário comercial manhã/tarde (86,21%) em funções variadas, ressaltando as secretárias (31,03%), e os escrivães (17,24%).

Note-se aqui, por esses dados, que fica muito difícil para os alunos conciliar o estudo com o trabalho, já que a maioria deles tem os 3 períodos tomados. Fica prejudicado, assim, o desenvolvimento de qualquer atividade extra-curricular para complementar o curso.

Tabela 5 - Caracterização da atividade remunerada quanto à jornada semanal de trabalho

JORNADA SEMANAL	F	%
44 horas	1	3,45
40 horas	24	82,76
30 horas	2	6,90
Outra (variável)	1	3,45
Em branco	1	3,45
TOTAL	29	100,00

Tabela 6 - Caracterização da atividade remunerada quanto ao horário de trabalho

HORÁRIO	F	%
Manhã	1	3,45
Manhã/tarde	25	86,21
Manhã/Noite	1	3,45
Tarde	1	3,45
Tarde/noite	1	3,45
TOTAL	29	100,00

Tabela 7 - Caracterização da atividade remunerada quanto à cargo e função

CARGO/FUNÇÃO	F	%
Secretária	9	31,03
Escriturário	5	17,24
Auxiliar de Biblioteca	2	6,90
Auxiliar de Escritório	2	6,90
Chefe de Seção	2	6,90
Outros*	8	27,59
Em branco	1	3,45
TOTAL	29	100,00

* Auxiliar administrativo, auxiliar de cadastro, auxiliar de secretaria, assistente de contabilidade, manicure, militar, professor I, vendedora

Quanto à faixa salarial, a Tabela 8 demonstra a distribuição do grupo nas diversas faixas. Verificou-se maior incidência nas faixas de 3 a 5 salários mínimos (37,93%) e de 1 a 3 salários mínimos (31,03%).

Cabe ressaltar, que 20,69% dos grupos possuem melhor remuneração em sua atividade de trabalho, na faixa de 5 a 8 salários mínimos.

Considerou-se aqui o salário mínimo oficial referente a dezembro de 1990, que equivalia à CR\$ 8.836,82 (oito mil oitocentos e trinta e seis cruzeiros e oitenta e dois centavos).

Tabela 8 - Caracterização da atividade remunerada quanto à faixa salarial

FAIXA SALARIAL*	F	%
1 Salário Mínimo	1	3,45
1 a 3 Salários Mínimos	9	31,03
3 a 5 Salários Mínimos	11	37,93
5 a 9 Salários Mínimos	6	20,69
Em branco	2	6,90
TOTAL	29	100,00

* Salário mínimo equivalente à Cr\$ 8.836,82 (valor oficial referente à dezembro 1990).

Formação educacional

Em relação à formação educacional, procurou-se levantar dados a respeito do 1º e 2º graus. No que tange ao 1º grau, buscou-se somente informações relativas ao tipo de curso (regular ou supletivo) e ano de conclusão. Quanto ao 2º grau, procurou-se um maior detalhamento, levantando-se dados sobre o tipo de curso (regular, magistério, supletivo ou profissionalizante), ano de conclusão, tipo de escola (pública ou privada) e período de realização (diurno ou noturno).

As tabelas 9 e 10 caracterizam a formação do 1º grau. Verificou-se que a maioria realizou o 1º grau normal ou regular (80,43%) e apenas 6,52% recorreu aos cursos supletivos. Quanto ao ano de conclusão, o intervalo de 1985 a 1983 é incidente, com 41,30%, indicando que não houve continuidade imediata de estudos regulares de 2º grau destes sujeitos, parecendo existir um intervalo de tempo entre a conclusão de 1º grau e o início do 2º grau.

Tabela 9 - Caracterização quanto ao tipo de formação de 1º grau

TIPO	F	%
Regular	37	80,43
Supletivo	3	6,52
Em branco	6	13,04
TOTAL	46	100,00

Tabela 10 - Caracterização quanto ao ano de conclusão do 1º grau

ANO	F	%
1988-1986	8	17,39
1985-1983	19	41,30
1982-1980	4	8,69
1979-1977	4	8,69
1976-1974	1	2,17
1973-1971	2	4,35
Em branco	8	17,39
TOTAL	46	100,00

Da mesma forma, a Tabela 11 demonstra que 43,48% do grupo concluíram o 2º grau entre 1987 e 1989, indicando o não ingresso imediato no ensino superior, o que ocorreu com 28,26% do grupo, que concluiu esse nível de ensino em 1990.

O tipo de formação de 2º grau é mais diversificada, o que demonstra a Tabela 12. Verificou-se que 32,61% realizaram o curso ou colegial, 26,09% o magistério e 17,39% o curso profissionalizante. Ressalta-se que somente 17,39% precisaram recorrer aos cursos supletivos de 2º grau.

Através das Tabelas 13 e 14 verificou-se que a formação de 2º grau foi realizada por 52,17% dos sujeitos em escolas públicas e por 34,78% em escolas privadas, sobressaindo-se o horário noturno com 50% das indicações contra 30,43% do diurno.

Essa caracterização permite à Escola estabelecer, junto aos professores do 1º período, métodos de ensino mais adequados aos alunos para permitir uma melhor adaptação ao ensino superior, bem como um melhor aproveitamento das aulas.

Tabela 11 - Caracterização quanto ao ano de conclusão do 2º grau

ANO	F	%
1990	13	28,26
1989-1987	20	43,48
1986-1984	2	4,35
1983-1981	6	13,04
= > 1980	4	8,69
TOTAL	46	100,00

Tabela 12 - Caracterização quanto ao tipo de formação do 2º grau

TIPO	F	%
Regular	15	32,61
Magistério	12	26,09
Profissionalizante	8	17,39
Supletivo	8	17,39
Em branco	3	6,52
TOTAL	46	100,00

Tabela 13 - Caracterização quanto ao tipo de escola de formação do 2º grau

TIPO	F	%
Pública	24	52,17
Privada	16	34,78
Em branco	6	13,04
TOTAL	46	100,00

Tabela 14 - Caracterização quanto ao horário de realização da formação de 2º grau

HORÁRIO	F	%
Noturno	23	50,0
Diurno	14	30,43
Em branco	9	19,56
TOTAL	46	100,00

Instrumentos de divulgação do curso

Atualmente, uma grande preocupação da Escola diz respeito à divulgação do curso e da profissão e para tanto vem adotando estratégias diferentes, de forma a atingir este objetivo. Neste estudo, foram consideradas duas categorias de instrumentos de divulgação:

formais-> cartazes, folhetos, inserções em rádios, anúncios em jornais, revistas e rede de televisão regional.

informais-> através da família, amigos, professores, alunos e bibliotecários.

Assim, procurou-se levantar como os vestibulandos tomaram conhecimento do curso.

A Tabela 15 mostra, como principal instrumento de divulgação do curso, os profissionais bibliotecários (indicados por 36,54% da população). Também são significativas as indicações da família (19,23%) e dos alunos (15,38%).

Estes instrumentos informacionais de divulgação somam 71,15% das indicações, enquanto que os meios formais totalizam 25%.

Quanto aos meios planejados e realizados pela administração da Escola para divulgação da profissão e do vestibular (folhetos, cartazes, jornal e rádio), dois apenas mostraram a significativa indicação de 13,46% da população pesquisada (folhetos e cartazes), objetos de priorização na campanha de marketing realizada no ano.

Esta indicação reflete um resultado positivo das estratégias adotadas: material impresso e procedimentos de distribuição.

Merece destaque a indicação do "Guia do Estudante" como fonte de motivação e divulgação do curso.

Deve-se mencionar aqui, também, que a proveniência demográfica dos alunos é um reflexo da campanha de marketing realizada.

Tabela 15 - Caracterização quanto aos instrumentos de divulgação do curso

MOTIVO	F	%
Bibliotecários	19	36,54
Família	10	19,23
Alunos	8	15,38
Folhetos/Cartazes	7	13,46
Jornal	3	5,77
Rádio	2	5,77
Outros*	2	3,85
TOTAL	52	100,00

*Guia do Estudante, vontade própria.

Motivação de busca do curso

Procuraram-se levantar, neste trabalho, as razões que influenciaram a escolha do curso, buscando com isso saber as expectativas do alunado.

De um total máximo de 3 pontos, pode-se verificar que as razões que mais influenciaram os vestibulandos foram: aumentar a cultura geral, com a média de 2,67; adquirir conhecimentos específicos da área, com 2,54; oportunidades de mercado de trabalho, com 2,38 e gosto por leitura e pesquisa, com 2,33.

Os motivos que menos influenciaram foram: reprovação no vestibular de universidades públicas, com a média de 0,33%; impossibilidade de fazer cursinho com 0,44%; impossibilidade de residir em outra cidade, com 0,62% e ausência de alternativa melhor onde mora, com 0,71%.

Os outros motivos tiveram uma indicação média, que variou de 1,02% a 2,04%.

A situação aqui encontrada parece indicar uma opção consciente da maioria dos alunos, ao vir buscar o curso de biblioteconomia. Os dados estão apresentados na Tabela 16.

Tabela 16 - Médias obtidas pelas razões que influenciara a escolha do curso

RAZÕES	MÉDIA
Adquirir conhecimentos específicos da área	2,54
Aumentar a cultura geral	2,67
Ausência de alternativa melhor onde mora	0,71
Conseguir promoção no emprego	1,02
Gosto por leitura e pesquisa	2,33
Horário do curso	1,18
Impossibilidade de fazer cursinho	0,44
Impossibilidade de residir em outra cidade	0,62
Incentivo da família e/ou amigos	1,75
Mais facilidade de ingresso no curso	1,04
Oportunidades de mercado de trabalho	2,38
Possibilidade de conseguir maior renda nesta carreira	2,04
Reprovação no vestibular de universidades públicas	0,33
Tempo parcial do curso	1,18
Utilidade no trabalho	1,53

Motivos de opção pelo turno de funcionamento do curso

O Curso de Biblioteconomia, desde a sua fundação, oferecia 80 vagas, sendo 40 no período matutino e 40 no vespertino. Posteriormente, as vagas foram remanejadas, ficando 40 no período matutino e 40 no noturno.

Essa mudança se deu devido à crescente necessidade e procura do curso noturno, mas acabou acarretando, desde o início (1989), uma maior procura por esse turno.

Pelas tabelas 17 e 18 pode-se verificar que 78,26% do grupo optou pelo turno noturno e apenas 17,39% pelo turno diurno, devido ao horário de trabalho da atividade remunerada, motivo indicado por 56,52% dos sujeitos.

Tabela 17 - Caracterização quanto à opção do turno de funcionamento do curso

TURNO	F	%
Noturno	36	78,26
Diurno	8	17,39
Em branco	2	4,35
TOTAL	46	100,00

Tabela 18 - Caracterização quanto aos motivos de opção pelo turno de funcionamento do curso

MOTIVOS	F	%
Horário de trabalho	26	56,52
Melhor desempenho	9	19,56
Problemas particulares	4	8,69
Meio de transporte	3	6,52
Outro	1	2,17
Em branco	3	1,52
TOTAL	46	100,00

Nível de dificuldade no pagamento das mensalidades escolares

A EBDSC, apesar de ser uma entidade ligada à Prefeitura Municipal de São Carlos, tem a sua receita proveniente do pagamento de mensalidades pelos alunos e de dotação orçamentária da referida Prefeitura.

Como têm sido verificadas, constantemente, dificuldades para o pagamento das mensalidades e como a Fundação Mantenedora da Escola mantém uma política de bolsas de estudo e de bolsas-trabalho, foi conveniente detectar antecipadamente possíveis dificuldades.

Assim, a Tabela 19 indica que 39,13% dos sujeitos não possuem qualquer dificuldade para proceder o pagamento das mensalidades escolares e que 36,96% têm alguma dificuldade.

Merece atenção o fato de que 4,35% não possuem condições financeiras adequadas, pois indicaram que o pagamento será efetivado com muita dificuldade.

Tabela 19 - Caracterização quanto ao nível de dificuldade de pagamento das mensalidades

NÍVEL	F	%
Sem dificuldade	18	39,13
Com alguma dificuldade	17	36,96
Com regular dificuldade	8	17,39
Com muita dificuldade	2	4,35
Em branco	1	2,17
TOTAL	46	100,00

Análise comparativa dos perfis dos vestibulandos de 1989, 1990 e 1991.

Nesta fase do trabalho foram comparados os principais dados levantados com os vestibulandos de 3 anos, ou seja, 1989, 90 e 91, buscando-se, assim, verificar a existência de características comuns, que possam nortear os planejamentos administrativos e pedagógicos da Escola.

Sexo e idade

Quanto ao sexo, a predominância das mulheres no curso é registrada nos 3 anos (90,32%, 100% e 95,65%), com média de 95,32%. O sexo masculino aparece no período com média de 4,68%.

Em relação à idade, verificou-se no período a média de 23 anos, com amplitude entre 17 e 51 anos. Quanto à faixa etária predominante, varia nos anos de 1990 e 1991. No primeiro é mais concentrada na faixa entre 17 e 19 anos (37,10%) e no segundo é predominante entre 20 e 24 anos (34,78%).

Verificou-se assim que o curso é buscado essencialmente pelas mulheres jovens. Os dados são apresentados no Quadro I.

Quadro I - Características de sexo e idade

		ANO			
CARACTERÍSTICAS		1989	1990	1991	MÉDIA
Sexo	Feminino	90,32%	100%	95,65%	95,32%
	Masculino	9,68%	0%	4,35%	4,68%
	Média	24	22	23	23
Idade	Amplitude	17-44	17-46	17-51	17-51
	Faixa Etária	----	17-19 (37,10%)	20-24 (34,78%)	----

Proveniência demográfica

A proveniência demográfica dos vestibulandos do curso de Biblioteconomia, observada nestes 3 últimos anos, registrou um aumento na incidência de municípios.

Em 1989, provieram alunos de 4 municípios diferentes, em 1990 de 6 municípios e em 1991 registrou-se a proveniência de 10 municípios.

Assim, constata-se um aumento na diversidade de municípios, indicando uma crescente penetração da Escola no Estado. Em estudo com os egressos do curso, já citado neste trabalho (NASTRI, 1988), verificou-se que a Escola já atendeu pessoas oriundas de 98 cidades diferentes, das quais 89 do Estado de São Paulo, pertencentes a 30 regiões de governo.

Em relação aos alunos de São Carlos, percebeu-se uma queda entre os anos de 1989 e 1990, sendo respectivamente, 87,10% e 68,60%. Já em 1991 o índice voltou a crescer - 71,74%.

A média referente aos 3 anos, de alunos provenientes de São Carlos, ficou em 75,81% e a média de alunos de outras cidades, em 24,18%.

Desta forma, a Escola atende essencialmente a população são-carlense, mas reflete uma projeção, principalmente nas regiões mais próximas.

O Quadro II mostra os valores aqui descritos.

Quadro II - Proveniência demográfica

MUNICÍPIOS		1989	1990	1991	MÉDIA
Número de Municípios		4	6	10	6,67
Porcetagem de Proveniência	São Carlos	87,10%	68,60%	71,74%	75,81%
	Outras Cidades	12,90%	31,40%	28,25%	24,18%

Exercícios de atividade remunerada

Nos três anos pesquisados, verificou-se que a grande maioria dos vestibulandos exerce atividade remunerada. No período, no ano de 1991 registrou a taxa mais baixa (63,04%) e a média ficou em 70,51%.

Quanto à jornada semanal de trabalho, a maior incidência foi registrada no período integral, ou seja, de 40 horas/semanais. Esses dados se referem à 1990 e 1991, sendo respectivamente 57,70% e 82,75%. A medida nos dois anos ficou em 70,22%.

Em relação à remuneração mensal, verificou-se que no ano de 1990, a maioria dos vestibulandos que exerciam atividade remunerada (38,50%), ganhava de 1 a 3 salários mínimos e no ano de 1991, a maioria, ou seja, 37,93% recebiam de 3 a 5 salários mínimos.

Verificou-se a média dos valores encontrados, registrou-se uma maior incidência na faixa de 1 a 3 salários mínimos (34,76%), ficando em 24,71% a média para o intervalo entre 3 a 5 salários mínimos.

Assim, a clientela do curso de Biblioteconomia, nestes últimos 3 anos, em sua grande maioria exerce atividade remunerada, essencialmente com jornada de 40 h/semanais, recebendo entre 1 a 5 salários mínimos.

O Quadro III traz esses dados.

Quadro III - Exercício de atividade remunerada

CARACTERÍSTICAS	ANO	1989	1990	1991	MÉDIA
Exercício de atividade remunerada	Exerce	74,19%	74,30%	63,04%	70,51
	Não Exerce	25,81%	25,70%	36,96%	29,49%
Jornada de Trabalho	40h./semanais	---	57,70%	82,75%	70,22%
Remuneração mensal (mínimo)	1 a 3	---	38,50%	31,03%	34,76%
	3 a 5	---	11,50%	37,93	24,71%

Formação educacional de 2º grau

Quanto à caracterização da formação educacional de 2º grau, identificou-se maior incidência na realização do curso regular, nos 3 anos pesquisados, obtendo-se uma média de 51,3%.

Vale destacar o aumento progressivo de vestibulandos com formação em magistério, ou seja, em 1989- 16,13%, em 1990- 25,80% e em 1991- 26,09%. A média nos três anos ficou em 22,67%.

Quanto ao supletivo, registram-se valores significantes, ficando a média em 15,22%. Já em relação aos cursos profissionalizantes, verificou-se uma média de 7,70%.

Os dados aparecem descritos no Quadro IV.

Em relação à diferença do ano de conclusão do 2º grau e o ingresso no ensino superior constatou-se que a maioria, no período estudado (41,17%), ingressou no ensino superior com um intervalo de 1 a 3 anos. Apenas 26,84% ingressaram no ano imediatamente subsequente à conclusão do 2º grau.

Quadro IV - Formação educacional de 2º grau

2º GRAU	1989	1990	1991	MÉDIA
Regular	61,29%	60,00%	32,61%	51,3
Supletivo	22,58%	5,70%	17,39%	15,22%
Magistério	16,13%	25,80%	26,09%	22,67%
Profissionalizante	0	5,70%	17,39%	7,70%

Concluindo, grande parte do alunado vem ao curso com formação regular, mas com um intervalo de tempo entre a conclusão do 2º grau e o ingresso no ensino superior, conforme mostra o Quadro V.

Quadro V - Diferença entre o ano de conclusão do 2º grau e o ano de ingresso curso superior

DIFERENÇA	1989	1990	1991	MÉDIA
Imediato	32,26%	20%	28,26%	26,84%
1 a 3 anos	25,72%	54,30%	43,48%	41,17%
4 a 7 anos	25,81%	7,15%	4,35%	12,44%
8 a 11 anos	6,44%	12,85%	13,04%	10,78%
< 12 anos	6,45%	5,70%	2,12%	4,77%

Instrumentos de divulgação do curso

No que se referem aos instrumentos de divulgação do curso, registrou-se nos três anos a predominância dos veículos informais, ou seja em 1989- 64,51%, em 1990- 55,00% e em 1991- 71,15%, com uma média de 63,55%.

Os veículos formais tiveram uma média, no período, de 24,21%.

Deve-se aqui ressaltar o importante papel que os veículos informais têm tido na divulgação do curso, o que deve ser considerado nas futuras campanhas da Escola. O Quadro VI demonstra esses dados.

Quadro VI - Instrumento de divulgação do curso

INSTRUMENTOS	1989	1990	1991	MÉDIA
Formais	16,13%	31,50%	25%	24,21%
Informais	64,51%	55%	71,15%	63,55%

Motivação de busca do curso

Quanto à motivação de busca do curso, verificou-se nos três anos, incidência nos seguintes motivos: interesse específico pelo curso; gosto por livros, biblioteca, leitura e pesquisa; oportunidades do mercado de trabalho; aumento de cultra geral.

Nos anos de 1989 e 1990, a questão relativa à motivação perguntou o motivo da procura do curso, o que indicou os resultados em % de indicação. Já, no ano de 1991, a questão foi modificada, oferecendo aos informantes várias opções de resposta, que deveriam ser codificadas de acordo com o grau de influência exercida na escolha do curso, o que indicou os resultados em média de indicação.

O Quadro VII apresenta as principais razões citadas nos três anos, indicando para 1989 as porcentagens de indicação e, para o ano de 1990, as médias de indicação.

Os dados refletem, como já foi referido anteriormente, em certo interesse específico pelo curso, de grande parte do grupo.

Quadro VII - Razões de busca do curso

ANO	RAZÕES INCIDENTE	%	MÉDIA DE INDICAÇÃO
1989	Interesse específico	52,63	----
	Gosto por bibliotecas, livros, leitura	7,89	----
	Oportunidades do mercado de trabalho	7,89	----
1990	Interesse específico	26,30	----
	Gosto por livros, literatura, pesquisa	13,10	----
	Busca de uma profissão melhor	13,10	----
1991	Aumentar a cultura geral	----	2,67
	Adquirir conhecimentos específicos	----	2,54
	Oportunidades do mercado de trabalho	----	2,38
	Gosto por leitura e pesquisa	----	2,33

Opção pelo turno de funcionamento do curso

A opção pelo turno de funcionamento do curso é predominantemente pelo noturno, nos três anos, com média de 74,98%.

Quanto aos motivos de opção, a predominância verificada foi em relação ao horário de trabalho dos vestibulandos, com 70,23% em média.

Como já foi citado anteriormente, a preferência, cada vez mais, é pelo turno noturno, o que está causando o desaparecimento do curso no período matutino.

O Quadro VIII indica esses dados.

Quadro VIII - Características quanto à opção e motivos de opção pelo turno do curso

CARACTERÍSTICAS		ANO			
		1989	1990	1991	MÉDIA
Turno	Noturno	83,87%	62,80%	78,26%	74,98%
	Diurno	16,13%	37,20%	17,39%	23,57%
Motivos	Horário de trabalho	88,46%	65,71%	56,52%	70,23%
	Melhor desempenho	0	5,71%	19,57%	8,42%
	Motivos particulares	0	20,00%	8,70%	9,57%
	Meio de transporte	0	8,57%	6,52%	5,03%
	Outros	11,54%	0	2,17%	4,57%

CONCLUSÃO

A realização desta pesquisa possibilitou a verificação de dados que em muito contribuirão na administração da EBDSC.

Assim, verificou-se que, em relação ao perfil dos vestibulandos de 1991, a clientela da EBDSC é essencialmente do sexo feminino, com idade média de 23 anos e, na sua maioria, solteiras.

Essa clientela é proveniente de 10 municípios, principalmente de São Carlos.

A maioria do grupo exerce atividade remunerada de 40 horas semanais, significativamente no comércio, na educação e em bibliotecas, recebendo entre 1 e 5 salários mínimos.

Quanto à formação educacional, a maioria cursou 1º grau regular, não dando continuidade imediata ao 2º grau. Da mesma forma, a maioria dos candidatos realizou curso colegial, em escolas públicas, no horário noturno.

Os instrumentos informais de divulgação do curso (bibliotecários, família e alunos) foram os que mais atingiram os vestibulandos, que indicaram como motivos de influência na escolha do curso, aspectos que evidenciam uma opção consciente. A preferência ficou também em relação ao turno noturno.

No que tange às dificuldades de pagamento de mensalidades, verificou-se que uma parte do grupo não tem nenhuma dificuldade e outra parte alegou ter alguma dificuldade.

Da mesma forma, a análise comparativa dos perfis dos vestibulandos, dos últimos 3 anos, mostrou a mesma situação, o que é um dado importante, na medida em que resulta em uma constante.

Assim, em relação aos 3 anos, verificou-se a predominância das mulheres, com idade média de 23 anos, provenientes principalmente de São Carlos. Vale registrar o aumento progressivo na diversidade de municípios de onde provieram os alunos, o que indica uma crescente penetração da Escola.

É uma constante, também, o exercício de atividade remunerada pelos vestibulandos, que na maioria tem jornada de 40 horas semanais. A maioria do grupo recebe entre 1 e 5 salários mínimos.

Quanto à formação educacional de 2º grau, a situação também é constante, verificando-se maior incidência na realização do 2º grau regular. Merece destaque o aumento progressivo de vestibulandos provenientes do magistério. Essa população, em sua maioria, ingressa no curso superior com intervalo de 1 a 3 anos, em relação ao término do 2º grau.

Confirmou-se, também, a incidência da divulgação informal do curso, bem como a opção consciente de escolha do curso, por grande parte do grupo.

Em relação à escolha do turno noturno, verificou-se que é predominante, principalmente devido ao horário de trabalho, o que evidencia o possível desaparecimento do turno diurno.

Essas informações levantadas permitem um maior direcionamento quanto às estratégias de divulgação do curso, quanto às condições dos alunos, tanto em relação à disponibilidade para o curso, quanto ao nível de formação trazida pelo grupo. Também são importantes em relação à política de bolsas e de estágios a ser adotada pela Escola.

SUMMARY

MARTUCCI, E.M. & NASTRI, R.M. Profile of college entrance students of the escola de biblioteconomia e documentação de São Carlos.

Trans-in-formação, 3(1,2,3): -, 1991.

Characterization of the candidate students who took the exams to enter the course of the Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (EBDSC) in 1991 and comparison of the profiles gotten in 1989, 1990 and 1991. The present research purposes to learn the clientele that aims at the library sciences course at EBDSC, intending to plan future action.

Key words: Higher education, educational planning; college entrance.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SÃO CARLOS. Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos. **Atividades e realizações**. São Carlos, 1967.

KREMER, J.M. A formação dos bibliotecários nos Estados Unidos. **Palavra Chave**, São Paulo, v.3, p.17, out., 1983. Apud. GIACOMETTI, Maria Marta. Bibliotecária: uma profissão feminina. **Boletim ABDF Nova Série**, Brasília, v.10, nº 1, p.15-6, jan./mar., 1987.

NASTRI, Rosemeire Marino. **Formação e atuação dos egressos da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos: um estudo de avaliação (1959-1985)**. Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1988.

SATISFAÇÃO NO TRABALHO: perspectiva de bibliotecários de uma Universidade Estadual

Célia Maria Camargo Campos
UNICAMP

Cibeli Martins Domingues
UNICAMP

Eunice Mancebo Rodrigues
Bolsista CNPq

Nirlei Maria Oliveira
Bolsista do CNPq

RESUMO

CAMPOS, C.M.C.; DOMINGUES, C.M.; RODRIGUES, E.M. & OLIVEIRA, N.M. Satisfação no trabalho:

Para verificar aspectos relativos à satisfação com o trabalho, foi aplicado a 20 bibliotecários de Universidade Estadual a **Escala multidimensional de Satisfação no Trabalho**, de sete pontos. Várias dimensões do trabalho tiveram avaliação média. Avaliação negativa marcante ocorreu para baixa remuneração e possibilidades de promoção. Houve indicações parciais de satisfação com os aspectos físicos e humanos do ambiente de trabalho. A qualidade de condições para o trabalho tenderam a ter avaliação positiva.

Palavras-chave: satisfação no trabalho; bibliotecários; biblioteca universitária.

INTRODUÇÃO

A satisfação que as pessoas sentem em suas ocupações ou funções é, em grande parte, consequência da medida em que

vários aspectos de suas situações de trabalho tendem a ser relevantes para os seus sistemas de valores, no que concerne a suas funções.

“A satisfação das pessoas com seu trabalho é uma das mais importantes variáveis relacionadas com o comportamento organizacional e a qualidade de vida” (SHOUKSMITH et al. 1990, p.335).

A satisfação no trabalho é, obviamente, uma matéria restritamente de ordem individual. Os indivíduos procuram trabalhos com aspectos que são relacionados com os seus próprios sistemas de valores; uns dão maior valor à segurança, alguns à renda, outros ao tipo de trabalho. Embora os indivíduos variem em seus quadros de valores, há, às vezes, uma leve uniformidade nos valores dos indivíduos de grupos específicos.

O conhecimento dos sistemas de valores dos empregados pode ser de grande auxílio à administração, no tocante à elaboração de programas de pessoal e garantir melhor produtividade.

Como lembram JESUP & JESUP (1977) o ser humano atua como processador de informação. Desta forma, defronta-se com situações variadas em seu trabalho e tem de ajustar o seu comportamento a elas. Como ser social, é influenciado pelos grupos de pessoas com que trabalha e pela organização em que atua profissionalmente. Como pessoa em desenvolvimento, o seu auto conceito é, em parte, reflexo do que pensa de si mesmo como trabalhador. Como indivíduo, leva para o trabalho suas capacidades e motivos. Entretanto, vale lembrar que o ser humano possui também capacidade para mudar sua situação de trabalho, buscar harmonizá-la dentro do possível com sua capacidade e objetivos.

No campo da biblioteconomia há poucos estudos sobre o nível de satisfação do bibliotecário com seu trabalho. Num levantamento realizado por WITTINGLOW & MITCHESON (1984) Apud ABATH (1987) entre, aproximadamente, seis mil artigos sobre a satisfação no trabalho, seis tratavam de satisfação de bibliotecários, tendo usado cada um destes estudos medidas diferentes as quais forneceram respostas para vários aspectos do problema.

A satisfação no trabalho está relacionada com o comportamento e a produtividade, com índices de absenteísmo e de renovação de pessoal.

Falta uma definição clara e geralmente aceita de satisfação no trabalho, e o conceito em muitos casos é análogo ao *"tantas vezes usado mais essencialmente e indefinido conceito de moral"* (HINRICHS, 1968 apud DAVIES & SCHACKETON, 1977, p.25).

Autores diversos enfatizaram certo número de fatores específicos relacionados com aspectos da situação de trabalho, como: salário, qualidade de supervisão, oportunidades de promoção, status e conteúdo do serviço.

HERZBERG (1968), usando a técnica do incidente crítico, verificou que satisfação e insatisfação não constituem dois extremos opostos do mesmo contínuo, mas são dimensões separadas, influenciadas por diferentes fatores na situação de trabalho.

Fatores extrínsecos ou higiênicos, como salários, condições de trabalho e qualidade de supervisão afetam a insatisfação e os fatores intrínsecos ou motivadores, relacionados com o conteúdo do serviço, influenciam a satisfação.

Face às influências múltiplas, como lembram LINCH & VERDIN (1983), não é de estranhar que satisfação no trabalho varie de biblioteca para biblioteca e mesmo de grupo para grupo da mesma instituição.

A designação de tarefas, organização e constante reciclagem de trabalho seriam fatores válidos para se entender porque alguns bibliotecários de departamentos específicos são mais realizados com seu trabalho do que outros colegas de outros setores da biblioteca.

Recentemente tem-se procurado estudar a relação entre satisfação no trabalho e qualidade do serviço da biblioteca que são determinados por fatores ligados à satisfação das pessoas que trabalham no lugar. Há carência de pesquisa em bibliotecas especializadas.

O trabalho em bibliotecas e em serviços de informação envolve um grande número de variáveis; desde o bem estar no

ambiente, sistema organizacional de promoção, motivação, autonomia, salário, auto-realização, relações humanas.

A biblioteca universitária, objeto do presente estudo, atende à comunidade acadêmica em que está instalada, obedece à política traçada pela Diretoria da Instituição de Ensino. Apresenta-se à sociedade como o retrato, o espelho do interesse da sua comunidade, tanto na organização estrutural, acervo e mesmo nos recursos humanos. Isto significa dizer que, além de pessoal técnico qualificado, também é preciso pessoal de apoio, com política de promoção, levando-se em conta a motivação e portanto a satisfação no seu ambiente de trabalho.

No Estado de São Paulo as Universidades Estaduais têm suas bibliotecas estruturadas em sistemas, isto é, obedecendo a um plano comum, com objetivos definidos, interdependência entre si, com a coordenação de uma unidade aceita como cabeça do sistema.

A satisfação profissional do indivíduo é assegurada, quando há responsabilidade de planejar e administrar conjuntamente empregado versus empregador.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar os aspectos relacionados com a satisfação no trabalho, tais como: salário, oportunidades de ascensão, relacionamento entre pessoas e entre chefias, como também a ambiência, e estabelecer o perfil de satisfação de bibliotecários, verificando aspectos da satisfação com o trabalho em si; caracterizando satisfação em relação às condições físicas e percepção quanto à influência das condições no trabalho em relação a atitudes para com o mesmo e como elas afetam a atuação profissional.

MÉTODO

Estudou-se uma amostra de bibliotecários de uma Universidade Estadual do Estado de São Paulo, num total de 20 bibliotecários distribuídos entre a Biblioteca Central e as Seccionais, que formam o Sistema de Bibliotecas. A amostra ficou constituída por 23,5% da população, sendo que o universo constituído de 85, sendo 39 pertencendo à Biblioteca Central e 46 às Bibliotecas Seccionais.

Todos os sujeitos eram do sexo feminino, a média de idade era de 36,3 anos e a média de tempo de trabalho na profissão era de 11,5 anos no momento da coleta.

Os dados básicos foram obtidos através da "Escala Multidimensional de Satisfação no Trabalho" de autoria de SHOUKSMITH, PAJO & JEPSEN (1990), traduzida por WITTER.

O instrumento foi dividido em partes de acordo com assuntos agrupados: salário, oportunidades de trabalho, colaboradores, relacionamento interpessoal, com superior imediato, e condições físicas do trabalho.

O instrumento aplicado compreende uma escala de sete pontos, variando do conceito de discordo fortemente (1) a concordo fortemente (7) contendo duas partes. A primeira foi dividida em cinco grandes tópicos variando de quatro a oito subitens. A segunda foi dividida em cinco perguntas com cinco opções de respostas cada uma, tendo somente uma alternativa de escolha.

Todos os questionários entregues foram devolvidos nos prazos estipulados de dois dias não havendo dificuldades no preenchimento das respostas, uma vez que a orientação para o preenchimento estava clara e objetiva.

RESULTADO

Os resultados das questões isoladas (2ª parte do questionário) foram enfocados primeiro por tratarem de aspectos mais particulares.

Tabela 1 - Satisfação em relação às condições físicas

ITEM	ALTERNATIVAS	F	%
1	Extremamente satisfeito	1	5
2	Bem satisfeito	5	25
3	Moderadamente satisfeito	9	45
4	Um pouco satisfeito	-	-
5	Insatisfeito	5	25
TOTAL		20	100%

A TABELA 1 apresenta dados relativos à percepção dos sujeitos quanto às condições físicas do trabalho, embora houvesse a possibilidade de indicarem alternativas “um pouco satisfeito” ninguém a escolheu.

Os dados obtidos mostram que a maior concentração foi em “moderadamente satisfeito” com 45%, vindo a seguir “bem satisfeito” com 25% e “insatisfeito” com 25%.

Para análise dos dados recorreu-se ao teste de homogeneidade X tendo-se por n.g.l. = 3 X = 7,82. No presente caso foi obtido 32,00, portanto maior que o valor crítico, permitindo concluir que a distribuição significativamente não é homogênea, ou seja, houve uma tendência para centralizar as respostas em “moderadamente satisfeito”

Tabela 2 - Influência do meio em relação ao trabalho

ITEM	ALTERNATIVAS	F	%
1	Uma influência muito desagradável	-	-
2	Uma influência ligeiramente desfavorável	6	30
3	Uma influência neutra	6	30
4	Uma influência favorável	8	40
5	Uma influência muito favorável	-	-
TOTAL		20	100%

A TABELA 2 apresenta dados relativos à opinião dos sujeitos quanto à influência do meio em relação ao trabalho. As alternativas “uma influência muito desfavorável” e “uma influência muito favorável” não foram escolhidas pelos sujeitos. A maior concentração ocorreu para a alternativa “uma influência favorável”, com 40%, vindo a seguir das alternativas dois e três - “uma influência ligeiramente desfavorável e uma influência neutra” com 30% cada.

Para a análise dos dados recorreu-se ao teste de homogeneidade X , tendo-se por n.g.l. = 2 e X = 5,99. No presente caso, obteve-se 3,33 portanto menor que o valor crítico permitindo concluir pela não rejeição H_0 , ou seja, nenhuma das possibilidades de respostas efetivas foi prevalente.

Tabela 3 - Influência das condições físicas no trabalho

ITEM	ALTERNATIVAS	F	%
1	Muito desagradável	1	5
2	Desagradável	2	10
3	Nem desagradável nem agradável	8	40
4	Agradável	7	35
5	Muito agradável	2	10
TOTAL		20	100%

Os dados apresentados na TABELA 3 são relativos à influência das condições físicas no trabalho, sendo a alternativa três "nem agradável nem desagradável" a de maior concentração (40%), seguida da alternativa quatro "agradável" (35%), vindo a seguir, com 10%, as alternativas um e cinco "muito agradável", por último ficou o item "muito agradável" com 5%.

Para a análise dos dados recorreu-se ao mesmo teste estatístico tendo-se por $n.g.l = 4$ $X = 9,49$, obtendo-se um total de 52,50, portanto, maior que o valor crítico o que possibilita a conclusão de que houve uma distribuição significativa centralizada na resposta em "nem agradável nem desagradável".

Tabela 4 - Condições físicas do ambiente

ITEM	ALTERNATIVAS	F	%
1	Muito pobres	-	-
2	Relativamente pobres	2	10
3	Nem pobres nem boas	6	30
4	Razoavelmente boas	9	45
5	Muito boas	3	15
TOTAL		20	100%

A TABELA 4 apresenta os dados com relação às condições físicas do ambiente de trabalho. Embora houvesse a possibilidade de assinalar a alternativa "muito pobres" esta não foi escolhida, sendo a maior concentração na alternativa quatro "razoavelmente boas" com 45%, vindo a seguir a alternativa três "nem pobres nem boas" com 30%, depois a alternativa "muito boas" com 15% sendo em último lugar a alternativa dois "relativamente pobres".

Para a análise dos dados recorreu-se ao teste da homogeneidade, já mencionado, tendo-se por $n.g.l. = 3$, $X = 7,82$

obtendo-se um total de 29,00. Portanto maior do que o valor crítico. Conclui-se que a distribuição não é homogênea, ou seja, houve tendência para centralizar as respostas na alternativa "razoavelmente boas".

Tabela 5 - Influência das condições físicas em relação ao serviço

ITEM	ALTERNATIVAS	F	%
1	Elas ajudam muito	7	37
2	Ajudam pouco	3	16
3	Fazem muito pouca diferença	2	11
4	Tendem a dificultá-lo	5	27
5	Torna-o muito difícil	2	11
TOTAL		20	100%

A TABELA 5 apresenta dados relativos à influência das condições físicas do trabalho em relação ao serviço, sendo a maior concentração na alternativa "elas ajudam muito" com 37%, vindo a seguir a alternativa quatro "tendem a dificultá-lo" com 27%. A alternativa dois "ajudam pouco" recebeu 16% e a alternativa três e cinco "fazem muito pouca diferença" e "torna-o muito difícil" 11% das respostas.

Na análise dos dados, tendo-se por $n.g.l = 4$ e $X = 9,49$ obteve-se um total de 32,6 logo maior que o valor crítico, o que permite concluir que a distribuição não é homogênea, ou seja, existe uma tendência para centralizar as respostas na alternativa um "elas ajudam muito".

Na primeira parte (Figura 1) que enfoca aspectos em termos escalares, variando em sete pontos o conceito de discorda fortemente (1) à concorda fortemente (7) estipulou-se que os pontos que estão entre 3 e 5 são considerados avaliações médias. Observou-se que a grande maioria ficou situada nesta faixa.

Na faixa 1 a 3 foi observado que nenhum discorda fortemente (1) sendo o mais próximo com a média de 1,8 que diz respeito a baixa remuneração.

Com relação aos pontos 5 a 7, foi observado que os itens apresentaram maior tendência ao concordo fortemente (7), destacando-se o item que diz respeito às limitações de promoções, alcançando a média de 6,6.

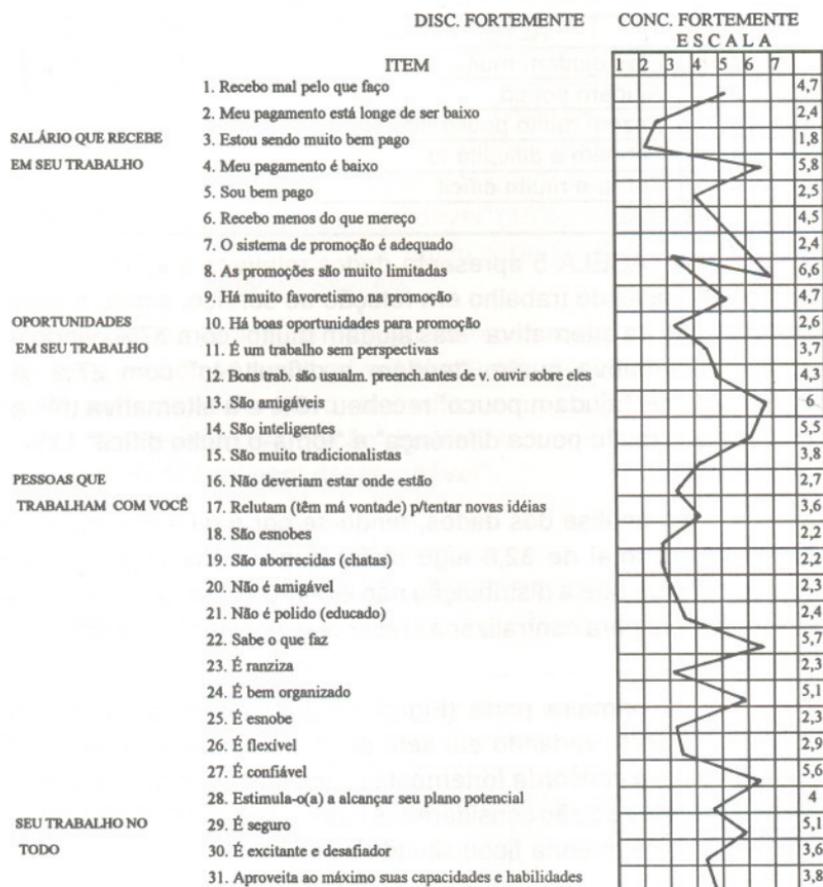


Figura 1 - Perfil de satisfação no Trabalho do Bibliotecário de Universidade Estadual

DISCUSSÃO

A proposta deste estudo foi examinar a satisfação dos bibliotecários em relação a alguns aspectos do trabalho.

Verificou-se em relação à remuneração dos bibliotecários, nível de insatisfação, o que permite sugerir aos administradores uma reestruturação no plano de cargos e salários.

O trabalho intelectual do bibliotecário deve ser incentivado, pois atualmente somente se dá o valor ao trabalho de rotina.

Segundo OLIVEIRA (1983, p.62) as atividades de rotina sujeitam os bibliotecários a regras, normas, códigos e tabelas tomando, portanto, seu trabalho mais propenso a monotonia e rotina, o que pode gerar nos profissionais uma acomodação inclusive quanto ao fator salário.

Os baixos salários do bibliotecário, a pouca importância que a sociedade dá a seus serviços aliada ao fato da profissão ser predominantemente feminina, e de não possuir uma conscientização no desenvolvimento de competição e progressão, necessitam de que o profissional reconheça a força do seu trabalho como uma mercadoria passível de troca.

Para que os profissionais acompanhem o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade, deve-se rever a política de incentivo e promoções no sentido de permitir a reciclagem, para a melhoria da qualidade dos serviços, estimulando o reconhecimento da profissão vinculado a uma ascensão dentro do quadro de carreira, principalmente no que se refere a Universidade Estadual, em que o profissional fim é o professor e que há desníveis de valorização com relação à importância de profissionais como os bibliotecários.

As relações humanas entre os colegas e superiores, no estudo em questão, apresentam dados que permitem inferir a existência de uma certa harmonia no ambiente de trabalho. Cabe ressaltar que a identificação do sujeito no instrumento utilizado, pode ter alterado esta afirmativa, temendo represálias de superiores e desavenças entre colegas. Mas não pode ser descartada a importância da

interação entre colegas e superiores como fator influenciador no desempenho de qualquer atividade.

Para GUZZO et al. (1985) o reconhecimento por parte do superior pode trazer efeitos benéficos no desempenho do indivíduo.

Propõe-se que a instituição promova a interação entre chefias e seus subordinados para um maior conhecimento como conseqüente melhoria da qualidade do relacionamento entre esses profissionais. Recomenda-se uma administração participativa em que os membros da equipe tomem decisões coletivas, compartilhem conhecimentos para melhoria da qualidade, quantidade e método de trabalho.

SIQUEIRA & DELA COLETA (1989) defendem que as relações interpessoais creditam uma importância substancial à amizade, atmosfera de aprovação, avaliação dos colegas de trabalho, aceitação pelo grupo, grupos de trabalho, não-hostilidade competitiva entre os empregados, respeito da administração e dos companheiros, respeito para com o instrutor e "status" no grupo.

Observa-se em relação ao trabalho em si, segundo a pesquisa, que o bibliotecário tem uma atitude de acomodamento profissional, necessitando de um maior enriquecimento dos seus conhecimentos. Para isso precisa um maior desenvolvimento de sua capacidade e competência para a progressão em suas atividades profissionais.

O que se propõe é da instituição se ater à questão, investindo na educação continuada, tomando o profissional atualizado e com maior poder de criticidade.

Conforme autores mencionados por SIQUEIRA & DELA COLETA (1989) ao tratarem do ambiente físico, para uma influência positiva do mesmo é necessário levar em consideração arranjo dos materiais e equipamentos, disposição das máquinas, condições atmosféricas, higiene, iluminação, música, ruído e ventilação.

Num ambiente de trabalho confortável as pessoas se relacionam melhor entre si e tem mais estímulo para o trabalho.

Segundo JOHNSON (1976, apud KOYS & DECOTTIS, 1991) existem climas múltiplos dentro da mesma organização:

psicológico e organizacional. A vida organizacional pode ser vista de maneiras diferentes para os membros em níveis diferentes, locais diferentes ou em unidades diferentes dentro do mesmo local.

Segundo FIGUEIREDO (1991, p.4) "existe um conjunto de fatores ambientais que podem, potencialmente, ter algum tipo de efeito sobre a disposição das pessoas, influenciando diretamente no bom desempenho das atividades. Tentar corrigir ou pelo menos minimizar os efeitos destes fatores no ambiente da biblioteca pode torná-la um local mais convidativo e aumentar a produtividade tanto dos funcionários quanto dos usuários".

De acordo com os dados obtidos, neste trabalho, a maioria dos sujeitos consideram as condições desfrutadas em seu trabalho "nem agradável nem desagradável". Isto significa que o ambiente físico na maior parte das bibliotecas do sistema é bom, mas existem diferenças significantes entre elas nas instalações físicas. Uma boa solução seria que os administradores procurassem nivelar as instalações físicas de todas as bibliotecas, com padrões mínimos para que houvesse maior satisfação dos bibliotecários no seu trabalho e conseqüentemente refletir em benefício dos seus usuários.

A presente pesquisa possibilitou o levantamento e a análise da satisfação do bibliotecário com o seu trabalho e poderá ser continuada objetivando um aprofundamento da questão, fornecendo contribuição aos administradores de bibliotecas e recursos humanos não só no que se refere a um programa de ação que possa trazer maiores benefícios aos bibliotecários, usuários e conseqüentemente à própria Universidade, como também para os que elaboram leis e normas que regem as relações do homem com seu trabalho.

SUMMARY

CAMPOS, C.M.C.; DOMINGUES, C.M.; RODRIGUES, E.M. & OLIVEIRA, N.M. **Job Satisfaction: perpectives of librarianship state university.** *Trans-in-formação*, 3(1,2,3): -, 1991.

To verificate the aspects relatives to job satisfaction it was applied to 20 librarians from a University, one scale of job satisfaction, with seven

points, in order to study aspects concerning their works's conditions. Various of the dimensions of work had been medium avaliated negative avaliation occurred with payment and with aspects related to promotion. In some points like phisic and human aspects of the enviroment at work the avaliation was positive. In a general way the quality of job satisfaction was positive.

key words: Job satisfaction; librarians, university library

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABATH, Rachel J. Biblioteca universitária: uma análise do trabalho bibliotecário. In: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. 5., Porto Alegre, 1987. **Anais...** Porto Alegre: Biblioteca Central da UFRGS, 1987. v.1, p.357-71.
- FIGUEIREDO, Nice M. **Metodologias para promoção do uso da informação:** técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas. São Paulo: Nobel, Associação Paulista de Bibliotecários, 1990. 144p.
- GUZZO, R.A.; JETTE, R.D. & KATZELL, R.A. The effects of psychological-based intervention programs on worker productivity: a meta-analysis. **Personnel Psychology**, 38(2):275-91, 1985. Apud PEARSON, C.A.L. An assessment os extrinsic feedback on participation, role perceptions, motivation, and job satisfaction in a self-managed system for monitoring groups achievement. **Human Relations**, 44(5):517-37, 1991.
- HERZBERG, F. One more time: how do you motivate employers? **Business Review**, jan./fev., 1986.
- HINRICHS, J.A. A replicated study of job satisfaction dimensions. **Personnel Psychology**, 21:479-503, 1968. Apud DAVIES, D.R. & SHACKLETON, V.J. **Psicologia e trabalho**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1977. 156p.
- ILGEN, D.R.; FISHER, C.D. & TAYLOR, M.S. Consequences of individual feedback on behavior in organizations. **J.Applied Psychology**, 64:349-71, 1979. Apud PEARSON, C.A.L. An assessment of extrinsic feedback on participation, role perceptions, motivation, and job satisfaction in a self-managed system for monitoring group achievement. **Human Relations**, 44 (5):517-37, 1991.

- JESUP, Gilbert & JESUP, Helen. **Seleção e avaliação no trabalho.** Organizado por Peter Herriot. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 134p.
- JOHNSON, R.H. A new conceptualization of organizational climate. **Administrative Science Quarterly**, 21:95-103, 1976. Apud KOYS, Daniel J. & DECOTTIS, Thomas A. Inductive measures of psychological climate. **Human Relations**, 44(3):265-85, 1991.
- LINCH, Bervely P. & VERDIN, Jo An. Job satisfaction in libraries: relationships of the work itself, age, sex occupational group tenure, supervisory level, caree commitment, and library departament. Chicago, **Library Quarterly**, 53(4):435-47, 1983.
- OLIVEIRA, Zita Catarina P. de. **O bibliotecário e sua auto-imagem.** São Paulo: Pioneira, Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. 98p. (Manuais de Estudo).
- SHOUKSMITH, G.; PAJO, K., JEPSEN, A. Construction of a multidimensional scale of job satisfaction. Tradução e adaptação de Geraldina Porto Witter. **Psychological Reports**, 67(2):355-64, 1990.
- SIQUEIRA, Mirlene M. Matias & DELA COLETA, José A. Metodologia para investigação da qualidade de vida no trabalho. **Arq.Bras. Psicologia**, 41(3):51-66, 1989.
- WITTINGLOW, G.E. & MITCHESON, B. Job satisfaction among library staff. **J. Library Administration**, 5(4):61-9, Winter, 1984. Apud ABATH, Rachel J. Biblioteca universitária: uma análise do trabalho bibliotecário. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 5., Porto Alegre, 1987. **Anais...** Porto Alegre: Biblioteca Central da UFRGS, 1987. v.1, p.357-71.

USO DO CATÁLOGO DE BIBLIOTECA: uma abordagem histórica

Iraneuda Maria Cardinalli Ferraz
PUCCAMP/COPERSUCAR

RESUMO:

FERRAZ, Iraneuda M.C. Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica.

Trans-in-formação, 3(1,2,3): -, 1991.

A introdução do catálogo na história da humanidade passou a caracterizar a biblioteca não como mero depósito de livros. O catálogo, então, representou, representa e representará o instrumento para localizar um determinado item bibliográfico na biblioteca, com a função de agrupar informações para seus usuários. Os primeiros catálogos surgiram com as primeiras bibliotecas, como simples relações ou inventários das obras existentes em seus acervos. Com o avanço do século XX, a estrutura da catalogação moderna foi formada, sendo de maior interesse para a atualidade.

Unitermos: Uso de catálogo, História da catalogação.

INTRODUÇÃO:

Os catálogos são necessários quando uma coleção cresce para ser lembrada item por item. Numa biblioteca de pequeno porte ou numa biblioteca particular haverá menor necessidade de um catálogo formal: o usuário pode localizar cada livro por autor, título ou assunto. Quando a coleção se torna maior, um arranjo informal, como agrupamento de livros por categorias de assunto, fornece acesso a

eles. Mas quando a coleção se torna muito maior para tal busca, um registro formal é necessário.

Comumente, uma coleção de livros será listada por autor; se o autor é desconhecido, listar-se-á pelo título ou por qualquer outra informação que forneça uma identificação positiva. Tal informação é chamada de entrada. Entende-se por entrada segundo ZAMBEL (21; p.32) "o registro de uma obra no catálogo, o conjunto de cabeçalhos, modificação, página ou páginas que indicam onde se pode encontrar aquela informação no texto". Numa biblioteca, cada entrada no catálogo é a representação de um registro bibliográfico(1) para um ponto no catálogo. Um registro bibliográfico é uma transcrição da informação completa para qualquer item. O objetivo de um registro bibliográfico, segundo WYNAR (20; p.2) é:

1º "fornecer toda a informação necessária para descrever um item físico como intelectualmente a fim de distingui-lo de qualquer outro; e

2º fornecer sua localização na coleção".

Quando tal registro entrou no catálogo, para cada um dos diversos pontos de acesso (autor, título, assunto), estas entradas se tornam um índice para a coleção.

Então, no catálogo, o usuário pode encontrar duas importantes peças de informação: se a biblioteca possui o item desejado e, se tem, onde ele está localizado na coleção.

De maneira geral, o catálogo é uma lista organizada com qualquer ordem permitindo a quem o consulta ter idéia do material a que se refere, sem necessidade de acesso físico a esse material.

Para a composição do catálogo são utilizados os processamentos técnicos, que podem ser definidos como aquelas atividades da biblioteca onde são desempenhadas a organização do material bibliográfico, permitindo o seu acesso.

(1) Consistem em descrever as características de um item e determinar-lhe pontos de acesso, permitindo sua identificação pelo usuário.

A abordagem de que o catálogo como guia destinado a mostrar ao usuário não somente se a biblioteca possui um material específico mas também que materiais relacionados existem e que servirão para suprir a necessidade do usuário, implica em que os materiais de uma biblioteca têm aspectos significativos para merecerem a atenção da pessoa que busca a informação, estabelecendo uma inter-relação entre eles (catálogo/usuário).

Geralmente, o processamento técnico abrange operações de armazenamento e recuperação de informações, entre elas a catalogação.

Aqui, face ao tema, será focado apenas o serviço de catalogação.

A catalogação é o processo de preparar um catálogo ou de preparar registros bibliográficos que se tornam entradas num catálogo.

A fim de se ter acesso a esses materiais de uma biblioteca, um índice ou uma lista de materiais na coleção deve ser mantida. Em bibliotecas, o índice ou lista de materiais disponíveis é chamado de catálogo. Um catálogo é uma lista, arranjada por ordem alfabética, por número ou por assunto, de livros, mapas, moedas, selos ou materiais de quaisquer outros itens que constituam uma coleção. Cutter citado por FIUZA (5; p.48-9) apresenta como objeto (entendido como objetivo) do catálogo um instrumento para "1º) permitir a uma pessoa encontrar um livro onde se conhece: a) o autor; b) o título; c) o assunto; 2º) mostrar o que a biblioteca possui; d) de um determinado autor; e) de um assunto determinado; f) de um determinado tipo de literatura; e 3º) ajudar na escolha de um livro; g) de acordo com sua edição; h) de acordo com seu caráter literário ou tópico".

FASE HISTÓRICA

Sabe-se que na literatura grega há referências a coleções de livros em bibliotecas, através de listagens, mas não se sabe exatamente se estas listagens eram catálogos ou bibliografias de literatura grega. Segundo FIUZA(5) foram os gregos quem muito contribuíram para a catalogação bibliográfica, através de referências de suas obras pelo nome do autor.

Os primeiros catálogos surgiram com as primeiras bibliotecas, que acima de tudo funcionaram como museus de livros por cerca de 2000 anos. Seus catálogos eram, então, simples relações ou inventários das obras existentes em seus acervos.

Um catálogo antigo, aquele de uma coleção de livros doados por George, o Grande, para a Igreja de São Clemente, em

Roma, no século VIII foi escrito em forma de oração. Um outro catálogo métrico de Alcuim, produzido para a Biblioteca Monástica de York, é considerado único escrito em forma de versos. Infelizmente, o catálogo de Alcuim não obteve maior credibilidade porque apresentava livros que não constavam da coleção que devia representar, conforme enfatizaram HUNTER & BACKWELL (9).

A Idade Média apresentou pouco desenvolvimento na área da catalogação, a não ser tentativas de listas inventariais desorganizadas. Os catálogos das bibliotecas universitárias européias continuaram a se constituir de inventários de coleções.

No século XIII, a catalogação se desenvolveu nos mosteiros ingleses, com a tentativa de se fazer um catálogo coletivo de seus acervos; no século XIV apareceu a idéia de símbolos de localização dos livros nas estantes, bem como uma indicação mais completa de edições e a preocupação de se identificarem as obras publicadas ou encadernadas juntas.

Os catálogos antigos evidenciam o esforço de seus compiladores tateando rumo a um sistema. A necessidade de localizar livros não era apreciada até o século XIV quando surgiu a idéia de símbolos para localização dos livros nas estantes, sendo que com o advento da imprensa, no século XV, os acervos das bibliotecas necessitaram de ter uma organização mais cuidadosa, e o uso da ordem alfabética por autor não se tornou comum até o século XVI. Compiladores de catálogos antigos (como alguns catalogadores modernos) não estavam seguros de como proceder nas representações de problemas tais como coleções, trabalhos anônimos, pseudônimos e traduções.

Nos séculos passados, eram os mosteiros, catedrais, e mais tarde as universidades, que tinham grandes coleções de livros e, por esta razão, os catálogos de suas bibliotecas constituíam de inventários das coleções. As entradas catalográficas eram resumos das obras e o assunto principal dos catálogos era fornecer inventários da coleção melhor do que listas ou bibliografias. Entretanto, ocorreram algumas tentativas para sistematização de métodos de catalogação, tais como as normas de catalogação de Conrad Gesner (1548), Florianus Trefleurs (1560), Andrew Maunsell (1595) e John Durie

(1650). Maunsell, um livreiro londrino, apresentou entrada pelo sobrenome, entrada de trabalhos anônimos sob o título ou assunto, ou ambos, e entrada de traduções de autor original, quando conhecido sob tradutor e assunto(9).

Normalmente, os historiadores da Biblioteconomia, entre eles THOMPSON(18) em seu livro **A history of the principles of librarianship**, arrolam princípios onde uns reconhecem que as bibliotecas são o centro de poder estatal e em outros que as bibliotecas tomam-se populares, em todas as épocas.

O primeiro princípio da Biblioteconomia, na visão de THOMPSON(18), diz que as bibliotecas são criadas pela sociedade e explica que Assurbanipal e seus sucessores fizeram da Biblioteca de Alexandria a mais famosa por vários séculos, deslumbrando o mundo e sendo símbolo da cidade de Alexandria. O autor cita ainda que as bibliotecas da Roma antiga resumiam sua civilização e as bibliotecas na Idade Média eram criação da Igreja. Com o advento da democracia, as bibliotecas não serviam só a uma elite e a disseminação da educação requeria o apoio das bibliotecas. Conclui THOMPSON (18; p.205) que a história completa da interrelação entre bibliotecas e sociedade é ilustrada fisicamente no desenvolvimento dos prédios das bibliotecas. "No início, as bibliotecas eram abrigadas em palácios e templos; depois, nos mosteiros e catedrais. Logo após, refletiam o orgulho e aspirações nacionais, tornando-se monumentais e grandiosas. Agora, com o advento da democracia, o prédio da biblioteca está-se tornando uma espécie de palácio do povo".

As bibliotecas sempre foram construídas ao lado de templos, palácios, mosteiros e, nos tempos modernos, ao lado do Congresso Nacional, como a do Congresso Americano.

O segundo princípio da Biblioteconomia, resultado do primeiro, é: "As bibliotecas são conservadas pela sociedade" (18; p.205), onde a história mostra que as bibliotecas são poupadas de desastres externos, normalmente provenientes de lutas sociais, quer sejam política, civis ou religiosas apesar do perecimento causado pelas condições materiais de uso. O autor arrola exemplos de fogo e

destruição de bibliotecas chinesas anteriores à era Cristã; em 48 a.C e outra em 64 a.C., quando os árabes consideraram a produção grega desnecessária à humanidade por ser contrária ao Alcorão.

Há ainda as bibliotecas romanas, que foram desativadas e destruídas pelos invasores da Antiguidade, por volta do século V e também o da destruição da biblioteca de Constantinopla, em 477. Por volta de 1500, o autor cita exemplos de lutas entre cristãos e pagãos, com respectivas queimas de bibliotecas, chegando até o exemplo de Hitler, onde cerca de 20 milhões de livros foram queimados.

Podemos lembrar aqui, também, que fatos similares sucederam-se no Brasil, como por exemplo, no período de 1964-1968, com a opressão cultural, devido à Revolução Militar, expressa na censura. Fatos também recentes apontam males na área, onde o ex-prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, durante sua gestão, proibiu à Biblioteca Mário de Andrade, uma das maiores do País, a aquisição do jornal **Folha de São Paulo** e da Revista **Veja**, porque criticavam.

Há, também, o outro lado, o da conversão das bibliotecas, como na época da Revolução Francesa no século XVIII e da Revolução Russa no século IX, onde os acervos reais tornaram-se públicos (1). O autor conclui que os bibliotecários não são os responsáveis pelos desastres e como a sociedade cria bibliotecas, então elas as conserva.

O terceiro princípio da Biblioteconomia, segundo THOMPSON (18), é que as bibliotecas armazenam e disseminam conhecimento, mostrando que quando Assurbanipal fundou sua biblioteca em Nínive, ele estava consciente de que o conteúdo dos acervos, os trabalhos de tradução e outras análises, a intenção da disseminação estava presente.

O mesmo se deu em Alexandria, onde a biblioteca foi criada para reunir todo o conhecimento existente até então.

Acumular documentos ficou sendo tão importante quanto acumular riquezas ou propriedades.

O princípio de armazenagem e disseminação continuou até nos tempos modernos. A Biblioteca do Museu Britânico, no século XVIII, abriu seu acervo para o mundo, beneficiando posteriormente

nomes famosos como Dickens, Walter Scott, Karl Marx, Bernard Shaw, entre outros.

É bem sabido o fato de que durante os séculos XVII e XIX a política de aquisição de bibliotecas visava exclusivamente à coleção de certos trabalhos. Edições diferentes do mesmo trabalho eram geralmente consideradas duplicatas e descartadas da biblioteca. Ainda no final do século XVIII, Kayser citado por VERONA(19) opinava que, entre as várias edições de um certo trabalho, somente a melhor deveria ser mantida na biblioteca; além disso, recomendava que trabalhos específicos de um mesmo autor deveriam ser descartados se seus trabalhos já existissem na biblioteca.

Os princípios seguintes não são aqui enfocados por não estarem envolvidos com o tema deste artigo. Todavia, vale mencioná-los: 4º) as bibliotecas são centro do poder; 5º) as bibliotecas são para todos; 6º) as bibliotecas precisam crescer; 7º) uma biblioteca nacional deve conter toda a literatura nacional, com alguma representação de outras literaturas internacionais; 8º) cada livro é para ser usado; 9º) o bibliotecário precisa ser uma pessoa educada; 10º) o papel do bibliotecário só poderá ser relevante se estiver totalmente integrado no sistema sócio-político; 12º) o bibliotecário necessita de treinamento e/ou aprendizagem; 13º) é função do bibliotecário preservar o acervo de sua biblioteca.

No décimo quarto princípio da Biblioteconomia, ainda segundo o mesmo escrito: "uma biblioteca deve ser ordenada segundo algum princípio e prover uma lista de conteúdo". Assim, desde a Idade Média até hoje foi cuidado o desenvolvimento dos catálogos, passando de tabletes de argila sistematicamente agrupados de acordo com um plano como nas salas do palácio de Assurbanipal, em Nínive e a Biblioteca de Alexandria que foi dividida em numerosas salas especiais, onde foi preparado um catálogo classificado, em que cada título correspondia exatamente com a etiqueta do rolo de papiro. Os catálogos das bibliotecas medievais foram elaborados a partir do século VIII e os catálogos atuais mostram o desenvolvimento desde o catálogo impresso da Biblioteca de Boleian em 1605 até os sistemas computadorizados.

O décimo quinto princípio da Biblioteconomia é assim enunciado: "já que as bibliotecas são armazéns do conhecimento, deveriam ser arranjadas de acordo com o assunto", torna-se evidente sua validade. Todos os sistemas modernos de classificação, tais como Dewey, CDU, LC, são destinados ao arranjo por assunto. Desde a Antiguidade, o arranjo por assunto é também norma, ainda que de forma menos sofisticada, pois a biblioteca do palácio de Assurbanipal tinha uma sala para cada grupo específico: uma sala para tábuas relacionadas com Histórias e Governo, outra para Lendas e Mitologia e assim por diante. Cada uma das dez salas da biblioteca de Alexandria foi designada para um departamento de ensino. Na Idade Média, os trabalhos da época, por exemplo, eram arranjados de acordo com Gramática, Lógica e Retórica e, mais tarde, Aritmética, Geometria, Música e Astronomia.

O princípio da Biblioteconomia de nº 16 diz que a convivência prática deveria orientar o arranjo em uma biblioteca, onde o autor cita que tanto a biblioteca de Alexandria como a de Assurbanipal eram arranjadas para uma conveniência prática ao invés de qualquer classificação filosófica do conhecimento. Também é válido para esquemas modernos tais como os de Konrad Gesner(18) que foram baseados na numeração medieval dos estudos (o trivium e o quadrivium) e por essa razão numa forma prática seguiu a ordem em que os estudos sucessivos numa universidade eram propostos.

A situação é do princípio idêntico através da classificação da Biblioteca de Bodleian que, quando foi aberta pela primeira vez em 1602, foi dividida dentro de quatro grandes grupos de assuntos ou faculdades: Teologia, Legislação, Medicina e Arte. Mais tarde, no mesmo século, quando Gabriel Naudé publicou seu "Bibliothecae Cordesiane Catalogus", ele descreveu a classificação que usou como a mais prática, desde que seguiu as faculdades de Teologia, Física, Jurisprudência, Matemática, Humanidades e outros nesse arranjo.

Atualmente, o arranjo das bibliotecas tem sido dominado por dois esquemas em específico - a Classificação Decimal de Dewey, que é derivada da Classificação Decimal Universal, e o da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

A característica em comum destes esquemas é que cada um é de utilidade pública. O próprio Dewey descreveu seu sistema como uma série de pombais onde o material poderia ser ajustado e suas nove classes principais como são na realidade nove classificações especiais. O esquema da citada Biblioteca do Congresso é constituído sobre o mesmo modelo - uma série de classificações especiais praticamente unidas. Os esquemas que contam com uma classificação filosófica do conhecimento não têm encontrado uma adoção mais ampla, mas ao invés disso, como aquela de James Brown, têm sido abandonados.

O décimo sétimo princípio da Biblioteconomia, e último, diz que a biblioteca deve ter um catálogo de assunto. Esses princípios anteriores revelam onde a biblioteca é um armazém do conhecimento arranjada por assunto. Novamente é a história das bibliotecas apoiando a proposição. Os catálogos das bibliotecas mais antigas eram catálogos de assunto. Os catálogos medievais eram dos títulos arranjados por assunto.

No período de 1200 a 1300 com o aparecimento da lista "Tabulae Septen Custodiarum super Bibliam" (18) foi introduzido o arranjo alfabético por autor.

Embora o catálogo de autor tenha se fundamentado nos séculos XVIII e XIX, até mesmo um século mais tarde, um Comitê Parlamentar, de 1849 (que foi designado para investigar bibliotecas públicas), concluiu que, na medida em que eles investigavam, pareceu para seu comitê que um catálogo, classificado por assuntos, com uma lista de autores em ordem alfabética, seria o melhor(18).

De fato, o período de 1800 a 1850, na Inglaterra, produziu uma multiplicidade de catálogos classificados, mas os arranjos por assunto eram tão artificiais e a ordem dentre eles não era suficientemente sistemática. Consequentemente, uma reação contrária a tais catálogos seguiu-se na metade do século, uma reação que foi satisfeita pela introdução do catálogo dicionário. O catálogo Índice de Andrea Cretadoro foi uma forma grosseira disto, mas foi Charles Ami Cutter, na América, quem produziu o código padrão de normas para compilação de catálogos dicionários. Neste código, Cutter definiu os primeiros princípios de catalogação em regras que

constituíam-no de forma completa, onde muitas regras continuam a fazer parte dos códigos atuais.

Os catálogos impressos permaneceram até a virada do século, quando os catálogos de fichas tornaram-se mais comuns; e desde a forma de fichas, a maioria das bibliotecas deste século o utilizam para o registro de suas coleções. Gradativamente, os catálogos eletrônicos vêm substituindo os catálogos de fichas, principalmente em países do 1º e 2º mundo.

Nos séculos XVII e XVIII houve uma forte inclinação para agrupar os trabalhos de um autor, e na primeira metade do século XIX uma mudança mais ou menos geral para a preferência ao livro específico, também com respeito à forma do nome de seu autor e sob o título encontrado na folha de rosto, ou em outra parte do livro, em conjunto com símbolo para indicar sua localização nas estantes, permitiam encontrar rapidamente um livro.

Obviamente, a prática acima mencionada e as primeiras instruções de catalogação não foram baseadas em considerações teóricas mais profundas acerca da função do catálogo. Não devemos esquecer que, na época em que as bibliotecas usavam a entrada de autor, ainda não existia qualquer teoria de catalogação. Então, como pode a proposição acima ser explicada? Em conjunto com esta questão certamente tem sua resposta envolvendo aspectos políticos, sociais e científicos.

FASE ATUAL

É o avanço do século XX quando a estrutura da catalogação moderna foi formada, que é de maior interesse para a atualidade. Este período pode ser visto por diferentes pontos de vista: há os bibliotecários que têm contribuído para aperfeiçoar métodos pelos seus exemplos e trabalhos publicados; há a influência controlada pelas grandes instituições, tais como a Biblioteca do Congresso e a Biblioteca do Museu Britânico, hoje incorporada à Biblioteca Britânica; há as organizações que têm reunido bibliotecários e eventos (congressos, simpósios, conferências) que têm permitido

catalogadores se encontrarem para discutirem problemas e mudarem pontos de vista; há os códigos produzidos na tentativa de normalizar a prática da catalogação e há muitos exemplos de projetos de catálogos nessa área.

Em 1831, o Museu Britânico contratou Antonio Panizzi como bibliotecário assistente, a fim de coordenar os trabalhos de revisão do catálogo daquela Instituição. Depois de quatro anos de discussão perante uma comissão encarregada de aprovar o novo código, Panizzi conseguiu a aceitação de sua proposta e apresentou as famosas 91 regras, onde estão contidas a sua ideologia sobre catalogação, sendo que o catálogo deve ser visto como um todo. O livro procurado por uma pessoa não é realmente, na maioria das vezes, o objeto de seu interesse, mas a obra nele contida; esta obra pode ser encontrada em outras edições, traduções e versões publicadas sob diferentes nomes do autor e diferentes títulos e, conseqüentemente, para servir bem ao usuário, o catálogo deve ser planejado para revelar todas as edições, versões, etc. das obras, bem como obras inter-relacionadas que existem na biblioteca.

Os aspectos principais abordados nas 91 regras de catalogação são:

1. um livro deve ser considerado e representado no catálogo não como uma entidade separada, mas como uma edição de determinado autor;

2. todas as obras de um autor e suas edições devem ser entradas sob um nome definido, usualmente o nome original do autor, independentemente dos diferentes nomes que aparecem nas diferentes edições e obras;

3. todas as edições e traduções de uma obra, independentemente de seus títulos individuais, devem ser entradas sob seu título original, numa ordem prescrita (edições cronologicamente, traduções por idioma, etc.) de maneira que o usuário, em busca de um livro específico, encontre-o junto com as outras edições, dando ensejo a uma escolha da edição que melhor serviria a seus objetivos;

4. referências apropriadas devem ser feitas para auxiliar o usuário a encontrar a obra desejada.

As modificações de Charles Coffin Jewett sobre condução de catálogos em 1852, no Relatório Smithsonian, da Smithsonian Institute, onde trabalhava como bibliotecário, referem-se à revisão das regras de Panizzi, adaptando-as para a prática norte-americana. Publicou um código de catalogação para a biblioteca, idealizou um sistema de reprodução de fichas por meio de placas estereotipadas de cobre para dar maior flexibilidade ao catálogo, bem como permitir maior integração entre as bibliotecas. Suas idéias sobre um catálogo coletivo nacional constituíram as bases para os serviços de catalogação cooperativa e centralizada e, posteriormente, foram expostas na Conferência dos Bibliotecários Americanos, em 1853(16).

Mas a contribuição mais importante para o que se tem denominado de teoria da catalogação foram mesmo as normas de Charles A. Cutter publicadas em 1876, considerado o primeiro jogo completo de normas para um catálogo dicionário. Essas normas apresentavam uma inovação fundamental: junto com a reunião de todos os trabalhos por um autor sob um cabeçalho simples, revisões, traduções, resumos de qualquer trabalho dão entrada sob o autor ou sob o título do texto original, respectivamente, e é arquivado imediatamente após ele(19).

Mas Cutter permitia uma variação no caso de traduções que poderiam entrar sob seus títulos, caso o texto original não existisse na biblioteca.

Este trabalho foi concluído em quatro edições antes da morte de Cutter, em 1903. Essas normas foram desenvolvidas, revisadas e mudadas pelas normas de catalogação da Biblioteca do Congresso Americano sobre fichas impressas editadas entre 1903 e meados dos anos 30 sobre separata de fichas impressas, referindo-se ao progresso da indústria tipográfica que permitiu o desenvolvimento desse serviço. Em 1908, a primeira edição das normas da American Library Association foi editada como uma outra revisão de Cutter. Ela foi seguida pela segunda edição preliminar das normas da American Library Association, em 1941; vindo depois as normas da American Library Association para autor e entrada de título, em 1949; as normas da Biblioteca do Congresso para catalogação descritiva de 1949; e as novas normas de catalogação Anglo-Americana, em 1967(10).

Igualmente códigos desenvolvidos em outros países podem ser observados a seguir.

Foi M. Schrettinger, citado por VERONA(19), quem apresentou o primeiro levantamento sistemático e mais detalhado dos principais problemas a respeito da compilação de um catálogo alfabético para entradas de autor e título escritos em alemão. De acordo com sua proposta, para o cabeçalho seria escolhida uma palavra do título, devendo ser este procedimento uma norma de catalogação. Todavia, este procedimento apresentou algumas dificuldades e inconsistências.

Todas as edições de um certo trabalho são agrupadas e os trabalhos são arquivados cronologicamente. Mas em seu manual, Schrettinger é mais consistente, nos sub-arranjos: as traduções seguem uma sequência separada após todos os textos originais; em ambas as sequências, os títulos são arquivados alfabeticamente.

Muitos manuais de bibliotecas alemãs publicados durante a primeira metade ou na metade do século XIX concordam com Schrettinger. Além disso, alguns autores propõem uma mudança na posição geral para os objetivos do catálogo, conforme salientaram ainda mais as normas de C. Dziatzko, a respeito de trabalhos anônimos. No sub-arranjo sob cabeçalhos de autor, Dziatzko reconheceu unidade literária como uma norma, com certas exceções.

O acúmulo de todos os trabalhos por um dado autor foi realizado pelas instruções prussianas, que são normas de catalogação adotadas na Alemanha e em muitos países europeus, com idéias sobre trabalhos de autor corporativo e trabalhos anônimos. Essas instruções são adotadas em todas as normas, embora em alguns códigos alemães discordem em detalhes; por exemplo, certas traduções de cabeçalho de autor são arquivadas de acordo com seus próprios títulos se o texto original não existir na biblioteca.

O código para a Biblioteca Nacional Suíça traz o então chamado cabeçalho próprio, onde a base da informação é dada pelo próprio livro. Além disso, há um cabeçalho planejado para bibliografia retrospectiva.

Mais interessante ainda é o código da Biblioteca Nacional Austríaca adotado somente para livros publicados antes de 1930, onde os trabalhos de um mesmo autor são arquivados de acordo com cabeçalho uniforme, tendo a prática das várias edições e traduções de catalogação de acordo com seus próprios títulos ser um traço característico da mais antiga prática de catalogação austríaca em geral. Ainda hoje, muitas bibliotecas austríacas adotam tal código para livros publicados antes de 1930(19).

Um dos primeiros bibliotecários italianos a mencionar algo sobre compilação de catálogos alfabéticos para entradas de autor e título foi G.B. Audifreddi. No prefácio para seu catálogo, ele descreve seu próprio método: a entrada de todos os trabalhos para um autor, sob um cabeçalho simples, procurando agrupar várias edições e traduções do mesmo trabalho. Segundo VERONA(19) não se sabe nada sobre o desenvolvimento em códigos italianos dos séculos XVIII e XIX além desse. Mas uma centena de anos mais tarde, G. Fumagalli redigiu normas baseadas em Audifreddi.

O primeiro código italiano oficial publicado em 1922 é menos consistente: traduções de Slanovic ou trabalhos orientais anônimos devem entrar sob títulos específicos; no sub-arranjo de traduções de cabeçalhos de autor são arquivados em grupos especiais após todos os textos originais. A nova edição propõe que se use os nomes dos autores que estavam em uso na época quando o trabalho específico foi publicado.

As normas do Vaticano adotam em geral a prática de catalogação americana e mostra a mesma discordância com respeito a traduções de trabalhos anônimos.

Deveremos examinar alguns regulamentos da catalogação francesa. Para isso, levamos em consideração também as instruções delineadas pelo bibliófilo dinamarquês F. Rostgaard, mas escrito em francês e publicado em Paris. Essas instruções foram planejadas para um catálogo classificado e acompanhado por um índice alfabético. Há, todavia, que ser mencionado aqui a consideração de dois traços característicos que aparecem nele: trabalhos anônimos entram sob

autor identificado e traduções são arquivadas, após o texto original, indiferente do fato da ordem cronológica recomendada por Rostgaard ser interrompida.

O código francês de 1791, resultado da Revolução Francesa, trouxe regulamentos para catalogação de livros que se tornaram propriedade do Estado, fez entrada de autor obrigatória, especificou a forma do catálogo, em fichas, e também incluiu nomes para acesso e guia. Este código difere fundamentalmente da proposta de Rostgaard: nada é feito sobre a identificação de autores; é sempre o livro específico que fornece a informação para a entrada. Tal atitude parece ser mais ou menos característica da teoria de catalogação francesa do século XIX. Deste modo, diversos outros manuais de bibliotecas francesas, como de Coustin e Rouveyere, simplesmente reproduziram as recomendações sem quaisquer mudanças. Alguma posição diferente é encontrada no manual de A. Maire, como os trabalhos de um autor são arquivados juntos, e o sub-arranjo sob cabeçalhos de autor, textos originais e traduções são arquivados em dois grupos separados.

Há a diferença entre as opiniões expostas teoricamente no século XIX e as normas de catalogação francesas surgem no século XX, representando a prática das mais importantes bibliotecas parisienses. Mas há uma exceção no código de catalogação mais novo que, juntamente com a prática francesa, menciona também que a norma do Vaticano para traduções de trabalhos anônimos sob seus títulos.

Aproximadamente no século XIX, uma mudança mais ou menos geral tomou lugar e, durante a primeira metade deste século, a preferência foi dada para o livro específico, frequentemente com respeito à forma do nome do seu autor.

Foi no século XIX que se quebrou definitivamente a velha tradição. Este século foi significativo para a história das bibliotecas em geral. Introduziu o grande desenvolvimento das bibliotecas nacionais a determinação definitiva de sua própria função como ser a coleção completa de produção impressa nacional, direitos autorais novos e aperfeiçoados, bem como o início das bibliografias nacionais.

Parece natural que esses fatos não poderiam ocorrer sem manifestar uma influência profunda sobre política de aquisição da biblioteca em geral. Além disso, decidiu-se o papel da unidade bibliográfica. Esta mudança característica influenciou em diversos manuais do século XIX sendo que começou haver pressão para que edições diferentes do mesmo trabalho não fossem consideradas como duplicatas.

Não podemos declarar uma conexão definitiva entre a mudança antes mencionada que ocorreu com a política de aquisição e a mudança semelhante na posição do catálogo para unidade bibliográfica. Entretanto, parece significativo que ambos tenham lugar mais ou menos ao mesmo tempo no decorrer da história da Biblioteconomia.

Junto com o desenvolvimento da teoria da catalogação e o surgimento dos códigos de catalogação na segunda metade do século XIX e início do século XX, uma nova mudança na posição de catálogos ocorreu: a opinião geral começou a virar gradualmente para o reconhecimento da unidade literária, conforme afirma VERONA(19).

A unidade literária, em catalogação, é a entrada de publicação sob um mesmo título uniforme, geralmente o título original do trabalho, enquanto que na unidade bibliográfica, o título usado para objetivo de entrada no catálogo é aquele que aparece na página da publicação.

Entretanto, a posição do catálogo para unidade literária e bibliográfica não era formulada claramente como um problema fundamental do catálogo. Mesmo aqueles códigos que revelavam um entedimento completo da importância deste problema, por exemplo, as instruções prussianas, não definiam suas posições como um princípio dominante. Regulamentos a respeito dessa posição são omitidos sob regras específicas e podem ser detectados somente por um estudo mais intensivo do catálogo.

Grandes empreendimentos no campo da catalogação foram levados a efeito desde as primeiras décadas do século XX. Mas mesmo esta afirmação se aplica somente a um número muito pequeno de códigos. Muitos deles não parecem enfrentar o problema

como um todo e, conseqüentemente, não adotam uma posição estável para ele.

Em revisão feita por HUNTER & BACKWELL(9) foi Jewett, nos Estados Unidos, quem previu o desejo de catálogos cooperativos, mesmo ocorrendo na Inglaterra, através de manifestação feita pelo Comitê Kenyon. Tanto a catalogação cooperativa como a centralizada visavam atender às necessidades de informação de um país ou região, e catálogos desse tipo não se mostraram práticos, especialmente em escala internacional, até o desenvolvimento de métodos automatizados, isto de acordo com o Relatório King, citado pelos mesmos autores.

Face a esse problema de necessidade de uniformização dos catálogos e listas similares de livros, foi realizada em Paris o maior evento catalográfico do século XX - a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, em 1961, sob os auspícios da UNESCO, com subvenção do Council on Library Resources dos Estados Unidos(2). Em cumprimento às resoluções desta Conferência, resultou a Internacional Standard Bibliographic Description (ISBD), que serviu como instrumento de comunicação internacional da informação bibliográfica.

De acordo com MILCETICH (14; p.179) as três características principais da ISBD são: "1º) sua abrangência; 2º) sua ordem fixa de elementos dos dados; 3º) seu uso da pontuação como delimitados ou planejados entre os diferentes elementos bibliográficos. Cada ISBD é planejada para incluir toda a informação descritiva necessária à identificação de uma publicação que possa ser requerida para diferentes atividades bibliográficas".

A Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD) vem sendo utilizada em sistemas de processamento automatizado de dados bibliográficos, como o Machine-Readable Cataloguing (MARC), onde tais métodos de catalogação cooperativa não teriam sido aceitáveis sem um código padrão de normas de catalogação, o que se concretizou com o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR).

A primeira edição do Código de Catalogação Anglo-Americano ocorreu em 1967 e incluiu textos americanos e ingleses,

foi produto de editoração de Seymour Lubetzky e C. Summer Spalding, juntamente com grande número de pessoas que acreditaram naquela edição. A segunda edição, em 1978, apesar das mudanças na apresentação e conteúdo, tem os mesmos princípios e objetivos da primeira edição.

O ponto inicial para a nova edição foi o sucesso de seus textos de 1967 em bibliotecas de diferentes tipos e tamanhos, além do desenvolvimento de processo de catálogos, serviços da biblioteca nacional, não somente nos três países anglo-americanos para onde foi estabelecido o código, mas através do mundo.

O Código de Catalogação Anglo-Americano tem sido adotado em muitos países de língua inglesa e tem tido considerável influência na formação ou revisão de normas de catalogação nacional e de outros países. Por dez anos tem sido assunto para teste crítico de aplicação de prática profissional no mundo(3).

Um acordo entre a American Library Association e a British Library Association, em 1966, deu continuidade de revisão dos contextos de 1967 após a publicação. Problemas importantes foram identificados e entre as partes houve consolidação da proposta de conclusão pela Library of Congress da política de "superimposição" que adotou o Código de Catalogação Anglo-Americano e também o estabelecimento de políticas de trabalho da Library of Congress, da National of Canada e outras bibliotecas. Um outro fator que contribuiu foi a necessidade de um programa: o International Standard Bibliographic Description (ISBD) sob os auspícios da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). Este programa começou com uma normalização para monografias - o ISBD (M) - que foi incorporado nos dois textos do código de Catalogação Anglo-Americano de 1974, por meio de revisões publicadas separadamente do Capítulo 6.

Por estas razões, e por iniciativa da American Library Association (ALA) e da British Library, teve lugar no prédio da ALA em Chicago, em março de 1974, um encontro tripartidário, constituído de um delegado de cada um dos três países anglo-americanos,

representando em cada caso tanto a associação como a biblioteca, para redigir um novo projeto para uma segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano(8).

Em janeiro de 1977, um rascunho de texto da Parte I foi distribuído aos comitês nacionais para revisão, o mesmo acontecendo com a Parte II, em abril de 1977, e num encontro final, em Washington, em agosto de 1977, todas as propostas e comentários das revisões, visando a aprovação do texto todo para autorização de publicação.

Um período de dez anos se passou entre a publicação da segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano e sua revisão foi marcada pela adoção dessas regras gerais em muitos países de língua inglesa. Nesse período, houve uma aceitação crescente e têm sido feitas traduções ou elas estão em processos, nos idiomas árabe, chinês, francês, italiano, japonês, norueguês, português, espanhol, turco, etc.

As normas de catalogação não podem ser estáticas; elas devem permitir mudanças necessárias, além de corrigir erros, modificar palavras, corrigir normas inadequadas e acrescentar normas e exemplos para novos casos. A segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano não é uma nova edição, pois não apresenta mudança nos conceitos e princípios básicos, onde SHINEBOURNE (17; p.231) a critica por considerar que "no código ideal, regras específicas deveriam claramente levar aos princípios sobre os quais se baseiam". Entende-se com isso que um código de catalogação poderia ser considerado bem sucedido se qualquer catalogador, em qualquer lugar, pudesse pegar um documento e elaborar uma descrição que fosse a mesma de qualquer outro catalogador, em qualquer lugar, trabalhando com o mesmo conjunto de princípios e conceitos.

As mudanças tecnológicas recentes têm-se refletido nas revisões das normas do Código de Catalogação Anglo-Americano e, para manter os catalogadores informados, quatro revisões foram publicadas: em 1982, 1983, 1985 e 1988, devido aos registros das coleções de bibliotecas estarem em microcomputadores, vídeos-discos, etc.

No Brasil, segundo FALDINI(3), a tradução do Código de Catalogação Anglo-Americano em sua segunda edição foi realizada pelo Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação em Processos Técnicos da Associação Paulista de Bibliotecários. Além disso, a citada autora elaborou um manual de exemplos de várias regras, de grande utilidade para os profissionais. Na tradução, procurou-se manter, quase que integralmente, os exemplos da edição anglo-americana, para não infringir as diretrizes estipuladas num contrato rígido, apresentado, às vezes, num mesmo caso, soluções com regras diferentes, para mostrar a maleabilidade do Código.

O manual está dividido em 13 capítulos que são exatamente os capítulos em que se divide a Parte I do AACR-2, onde cada um corresponde à descrição de um tipo específico de material bibliográfico, com uma pequena introdução, apresentando os pontos principais do material descrito.

Os capítulos da Parte I do AACR-2 são: cap.1 - materiais bibliográficos variados; cap. 2 - livros modernos e antigos; cap. 3 - mapas; cap.4 - manuscritos; cap. 5 - partituras impressas; cap. 6 - gravações de som (discos e fitas); cap. 7 - filmes cinematográficos e gravações de vídeo; cap. 8 - materiais iconográficos (diapositivos, fotografias, radiografias, cartazes, originais e reproduções de arte); cap. 9 - arquivos de dados legíveis por máquinas; cap. 10 - objetos fabricados pela mão do homem (artefatos tridimensionais) e de objetos encontrados na natureza (realia); cap. 11 - microformas; cap. 12 - publicações seriadas; cap. 13 - analíticas.

Nesse manual há um índice numérico, que remete do número da regra para o número de exemplo citado, e um índice alfabético de assunto, que remete do assunto para o número do exemplo.

No Brasil, várias tentativas foram feitas para a criação de um código brasileiro de catalogação, porém, infrutíferas. No entanto, esforços foram feitos, como cita BARBOSA (1; p.57-63), "embora concentrado-se em normas para cabeçalhos de entrada para nomes pessoais brasileiros e entidades coletivas brasileiras".

A primeira delas, que se tem registro, foi em 1934, quando RIBEIRO(15) publicou um trabalho intitulado Regras bibliográficas:

um ensaio de consolidação, onde, por suas palavras, não se tratava propriamente de um código, mas de uma tentativa de estabelecerem regras para entradas de nomes pessoais.

No Brasil, a uniformização das entradas só será possível quando pudermos contar com um sistema centralizado para o estabelecimento dos cabeçalhos, como ocorre em vários países e com êxito.

Comentários sobre desenvolvimento, objetivos e problemas para realização de estudos de uso de catálogos têm sido elaborados pelos bibliotecários brasileiros, entre eles os trabalhos de FIGUEIREDO(4), FIUZA(6), MEY(13) abordando levantamento da literatura existente, onde a função do catálogo é predominante.

A literatura nacional apresenta poucos textos sobre o uso do catálogo em bibliotecas, e muitos desses estudos se dirigem ao catálogo de autor e à catalogação descritiva, geralmente em bibliotecas escolares, públicas e universitárias, levantando suposições sobre as funções do catálogo. Entre estes estudos, encontram-se os de FIUZA(6) e os de FIGUEIREDO(4) que comentam sobre o desenvolvimento, objetivos e levantamento da literatura existente, salientando-se revisões sobre o assunto.

O fato de hoje em dia ter a informação um papel relevante em nosso meio, seja na sua administração ou no seu acesso direto aos documentos, requer um tratamento para a apresentação dessa informação procurada pelo usuário.

Cabe ao bibliotecário, que é o agente de cada usuário, preparar e controlar o acesso a essas informações de modo ordenado e aperfeiçoado dos serviços de processamento técnico.

Um dos serviços de processamento técnico e definido por ZAMBEL (21; p.13) denomina-se catalogação, que é o "registro e a descrição de uma obra para a composição de catálogos e bibliografias".

A catalogação, que é o ato de elaborar catálogos, é uma prática biblioteconômica que significa registrar e descrever um item e suas características através de códigos específicos, adotados internacionalmente.

Para tal, à fonte de informação sobre o que existe de determinado autor, sobre determinado assunto e se há determinada obra, é utilizado o termo catálogo. É, então, um elo de ligação, um canal de comunicação entre uma informação e o usuário; é uma forma de se explorar o conteúdo dos acervos de uma biblioteca.

Conforme LANCASTER (12; p.19) "o catálogo é a mais importante chave para a coleção da biblioteca e sua função maior é saber se a biblioteca possui um item bibliográfico específico cujo autor e/ou título são conhecidos (itens conhecidos) e se assim for, onde está localizado". O catálogo também revela as coleções existentes em áreas específicas de assunto e indica onde elas se localizam. Finalmente, o catálogo fornece informações bibliográficas sobre as obras que arrola.

Apesar de ter sua origem como simples inventário de relação de conteúdo de determinada coleção e arranjo físico do acervo, na organização bibliográfica de coleções, hoje o catálogo exerce um papel fundamental como meio de recuperação da informação.

A recuperação de dados ou localização de determinados itens é, sem dúvida, a função mais importante do catálogo de biblioteca, restringindo-se ao material bibliográfico disponível em determinada coleção para a qual foi preparado.

Segundo KRIKELAS(11), Randall preconiza que para o aperfeiçoamento do catálogo era necessário um estudo inteligente dos próprios usuários; sua vivência, sua experiência ou conhecimento, suas necessidades. Ele afirmou que nenhum aperfeiçoamento do catálogo poderia ser feito sem um estudo das regras e sem o exame físico do material catalogado.

CONCLUSÃO

A biblioteca, então, tem a responsabilidade de avaliar e interpretar a informação científica em seu campo especializado

havendo necessidade não só de compreender o processo de avaliação em si, como também de verificar e analisar a finalidade para a qual se usa o catálogo, concordando com o citado por FIUZA(7).

As questões envolvendo a catalogação não se limitam ao âmbito das grandes bibliotecas. Elas estão subjacentes também às pequenas; alcançam as universitárias e as de pequenas escolas primárias, as públicas e as particulares, as generalistas e as especializadas.

SUMMARY

FERRAZ, I.M.C. Library catalog use: a historical view.

Trans-in-formação, 3(1,2,3): -, 1991.

The catalog introduction in the humanity history stamped the library not as a simple book room. The catalog, then, showed and will show the instrument to localize an specific bibliographic item in the library, with the function of group informations to its users. The first catalog emerged with the first libraries, as simple reports or inventories of the works existent in their collections. With the advance of the XX Century, the modern cataloging structure was shaped, that it is the major interest to the present time.

Key words: catalog use, history of catalogation

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBOSA, A.P. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro, BNG/Brasilart, 1978. 245p. (Coleção Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação).
2. CUNHA, M.L.M. da. ISBD: origem e evolução e aceitação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 12(1/2): 7-14, jan./jun. 1979.
3. FALDINI, G. (org.). **Manual de catalogação: exemplos ilustrativos do AACR-2**. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1987. 479p.

4. FIGUEIREDO, N. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelo e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, 7(1):9-25, jan./jun. 1979.
5. FIUZA, M.M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, 16(1):43-53, mar. 1987.
6. _____. Estudo do catálogo da biblioteca central do SESC/BH. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, 10(1):67-80, mar. 1981.
7. FIUZA, M.M. **Estudo das funções do catálogo da biblioteca central do SESC**. Belo Horizonte, 1980. 91p. (Dissertação de Mestrado), UFMG).
8. GORMAN, M. & WINKLER, P.W., ed. **Anglo-american cataloguing rules**. 2ª ed. Ottawa, Canadian Library Association, 1988. p.xiii.
9. HUNTER, E.J. & BACKWELL, K.G.B. **Cataloging**. 2ª ed. London, Clive Bingley, 1983. 222p. il.
10. IMMROTH, J.P. & DAILY, J.E. **Library cataloging: a guide for a basic course**. Metuchen, The Scarecrow Press, 1971. 202p.
11. KRIKELAS, J. Catalog use studies and their implications. In: VOIGT, M.J., ed. **Advances in librarianship**. New York, Seminar Press, 1972. v.3. p.195-220.
12. LANCASTER, F.W. **The measurement and evaluations of library services**. Arlington, Information Resources Press, 1977. p.19-72.
13. MEY, E.S.A. **Estudo analítico e conceitual da descrição bibliográfica**. Brasília, 1986. 194p. (Dissertação - Mestrado - UnB).
14. MILCETICH, M. The history and impact of ISBD. **Library Resources and Technical Services**, 26(2):117-82, Apr/Jun. 1982.

15. RIBEIRO, J.D. **Regras bibliográficas: ensaios de consolidação.** Rio de Janeiro, Indústria do Livro, 1934. 29p.
16. SHERA, J.H. Jewett and spofford: national librarians: a review of article. **Library Quarterly**, 47(1):58-61, Jan. 1977.
17. SHINEBOURNE, J.A. A critique of AACR. **Libri**, 29(3):231-259, Oct. 1979.
18. THOMPSON, J. The principles revealed. In: _____ . **A history of the principles of librarianship.** London, Clive Bingley; Hamden, Linnet Book, 1977. cap.9. p.204-55.
19. VERONA, E. Literary unit versus bibliographic unit. In: CARPENTER, M. & SVENONIUS, E. ed. **Foundations of cataloging: a sourcebook.** Littleton, Livraries Unlimited, 1985. p.152-75.
20. WYNAR, B. S. **Introduction to cataloging and classifications.** 6ª ed. Littleton, Libraries Unlimited, 1980. 657p.
21. ZAMBEL, M.M. **Glossário de termos técnicos em biblioteconomia e documentação.** São Carlos, Fundação Theodoreto Souto, 1978. 102p.

FORMATO DAS REFERÊNCIAS E APRENDIZAGEM ACIDENTAL DURANTE A LEITURA: um estudo com docentes universitários

Geraldina Porto Witter
PUCCAMP

RESUMO

WITTER, G.P. Formato das referências e aprendizagem acidental durante a leitura: um estudo com docentes universitários. *Transinformação*, 3(1,2,3): -, 1991.

O objetivo da pesquisa foi estudar o formato usado para incluir referências no texto no comportamento de ler de professores universitários. Foram sujeitos professores de uma universidade particular randomicamente indicados para compor dois grupos: GRUPO I (N=14) leu um texto com as referências apresentadas pelo nome do autor/data; GRUPO II (N=17) leu o mesmo texto com as referências indicadas por números. Os resultados mostraram que: o uso do formato nome do autor/data resultou em mais aprendizagem e leitura substancial do que o uso de número como um meio para apresentar referências no discurso científico.

Unitermos: Formato das referências, leitura, aprendizagem acidental.

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua formação espera-se que o professor universitário tenha adquirido todas as habilidades de um bom leitor indo desde as que envolvam discriminação, codificação/decodificação e retenção até as de criatividade e criticidade envolvidas no mencionado comportamento (OAKHILL & GARNHAM, 1988).

Além disso, espera-se que estas mesmas habilidades tenham sido aperfeiçoadas quanto à especificidade de seu uso no caso de textos técnico-científicos, de um modo geral, e que tenham desenvolvido as estratégias de leitura mais adequadas à área de conteúdo em que atua (MALLOW, 1991).

Em outras palavras, espera-se que o professor seja um leitor ideal, mais ainda que seja, nesta área, um modelo para seus alunos.

Entretanto, ao se considerar o comportamento do professor universitário enquanto leitor é relevante ter como referencial os vários papéis e funções que ele exerce o que referem dele a leitura como suporte para reflexão e ação. "Faz parte integrante das Funções do professor universitário participar de órgãos colegiados e de comissões, quer de caráter administrativo, quer técnicas, mas que são imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades das instituições" (WITTER, 1977: 8). Para tanto, precisa muitas vezes buscar e ter informações específicas, frequentemente envolvendo documentos legais e burocráticos.

"A atividade docente é rica de possibilidades quanto ao aperfeiçoamento do professor, em termos de atualização de conhecimentos, domínio de tecnologia de ensino e de contato humano... Considerando-se o papel da Universidade na formação de pesquisadores e de pessoal altamente qualificado, todos os cursos ministrados, em nível de Graduação, de Pós-Graduação e, quando possível também os de Extensão Universitária" (WITTER, 1977:12) devem incluir prática de pesquisa. Além do que o próprio docente universitário deve estar pesquisando para produzir novos conhecimentos. Mais ainda, considerando que em várias ciências muitos são os modelos existentes há necessidade do docente-pesquisador estar atento aos progressos e resultados de todos eles, bem como de todos os aspectos envolvendo a Ciência enquanto saber-poder-fazer. Todas estas circunstâncias estabelecem contingências para o comportamento de ler do professor. Requerem uma busca permanente de informação, de fontes específicas de acordo com suas múltiplas necessidades profissionais, para assimilá-las de formas diversas nos seus vários papéis com o máximo de aproveitamento (DIXON, 1987; GIACOMETTI, 1989).

Espera-se que o professor universitário consuma várias horas de seu dia atuando na relação autor-texto-leitor, quer em um, quer no outro extremo desta relação triádica. Nesta alternância de papéis ao ser autor estabelece no seu discurso, na formatação que der ao mesmo, variáveis que facilitam ou dificultam a leitura por parte de outro leitor. Ao assumir a outra posição terá sua leitura facilitada ou dificultada pelo autor do texto ou por seu editor dependendo de quanto a produção levou em conta o destinatário da informação e de quanto do conhecimento científico da relação texto-leitor foi assimilado durante a mesma.

Muitas são as características do texto que influem no comportamento do leitor, atentando desde a motivação até a criatividade passando por aspectos mais técnicos como a legibilidade ou mais funcionais como a compreensão e a aprendizagem acidental (FAGUNDES, 1990; GUTHRIE, BARKER & BRITTEN, 1991). Destas muitas características, no presente trabalho, foi destacada a forma pela qual o autor indica no texto que produz a referência bibliográfica que serve de sustentação, de apoio ou termo de comparação ou base para crítica inclusa no discurso. Ela é um dos aspectos do texto que podem viabilizar uma aprendizagem acidental de grande ajuda para o leitor (KATZ, 1985; NYSTRAND, HIMLEY & DOYLE, 1986).

Há formas distintas disponíveis para a indicação da referência bibliográfica no corpo do trabalho. Ela pode ser feita através do uso de um número arábico que corresponde à referência arrolada no final do trabalho ou em nota de pé de página. O número pode ser colocado entre parênteses após a palavra ou o ponto do discurso em que o autor quer indicar a autoria ou a atribuição de créditos pela origem do conteúdo que está veiculando. Também pode vir impresso em corpo menor logo acima da mesma palavra ou texto, podendo vir ou não entre parênteses. Outra possibilidade é a apresentação do nome do autor seguida do ano relativo ao texto mencionado. Quando há menção do nome do autor na estrutura da frase, após mencioná-lo abre-se parênteses, acrescenta-se a data, ou data e página (para transcrições) e fecha-se o parênteses. Quando o nome do autor não é elemento integrante da estrutura frasal e seu

nome é usado para garantir a fonte da informação ele também fica dentro do parênteses.

A situação do leitor em cada caso é diferenciada pelo controle de estímulos a que está sujeito e que requerem comportamentos distintos.

No uso de números espera-se que o leitor ao encontrá-los busque nas referências (rodapé ou final do trabalho) saber indicar quem é o autor mencionado. Isto pede interrupções na leitura do discurso para a busca desta informação complementar ou a ignorar, no momento da sua leitura, esta informação para posteriormente ficar ciente dela, ou ainda só ir buscá-la quando algum aspecto do texto criar uma situação peculiar de privação desta informação que leve o leitor a querer saber no momento da leitura quem é responsável pelo fato, pela opinião, ou outro conteúdo do texto que suscitou a opinião, ou outro conteúdo do texto que suscitou a curiosidade, ou ainda, do qual queira mais informações. Evidentemente, o primeiro procedimento torna a leitura mais leitura lenta e com frequentes interrupções o que prejudica a leitura especialmente em termos de compreensão e de retenção do material lido. No segundo caso, a questão da autoria fica sem possibilidade de um registro cognitivo adequado, exceto para os casos que gerem alguma privação específica no leitor. Quem se dispõe a ler textos com este formato deve optar por estratégias compatíveis, terá sempre que escolher entre elas levando em consideração a relação custo da resposta - assimilação do texto, ou seja, qual é melhor em termos das funções de leitura que pretende preencher com aquele discurso impresso, que aspectos pode ignorar ou que perdas está disposto a assumir.

Efeito similar ocorre com as datas ou o tempo decorrente entre a publicação do texto referido e sua incorporação no texto que está sendo lido. Quanto a referência é feita apenas por número, a maior parte das vezes o leitor não encontra nas próprias linhas e entre-linhas pistas indicativas a este respeito. Assim, só lhe resta interromper a leitura do discurso para consultando as referências ter idéia precisa de quão recente é a informação mencionada pelo autor do trabalho que está lendo. As possíveis consequências são as mesmas de quando busca saber a autoria da fonte.

Quando a referência é feita através da indicação autor/data/página o leitor tem estímulos discriminativos incorporados ao discurso que lhe permitem, sem esforços adicionais, manter-se informado quanto a aspectos relativos à temporalidade e à autoridade dos textos. Também pode pela contigüidade física assimilar a relação conteúdo específico -autor - momento da geração da informação. Consequentemente, têm condições, sem maior custo de resposta ou desvios de atenção no momento de leitura, de sedimentar quem é quem na área de conteúdo em que está lendo, bem como, manter um referencial histórico da marcha da informação. Entretanto, quando muitos autores são citados em um só parênteses ou em um só parágrafo é possível que os saltos dos olhos no processo de leitura tendam a passar pelos nomes sem a necessária pausa que garante a compreensão e retenção da matéria lida. São aspectos do comportamento do leitor que ainda estão por merecer maiores investigações.

Considerando que ao gerar um texto é imprescindível não esquecer a quem ele se destina espera-se que o autor leve estes aspectos em consideração. Todavia, é preciso lembrar aqui que há uma variável muito forte a exercer controle sobre o comportamento de escritos e que entra em jogo ao ter que tomar decisão ao formatar seu discurso. Trata-se das normas técnicas seguidas ou definidas pela revista ou editora para onde irá caminhar seu trabalho. Elas acabam por ser mais poderosas do que seu desejo de tornar a leitura mais acessível, mais abrangente e completa para o leitor. Assim, na realidade apenas lhe resta a opção de escolher entre suportes (revistas, editoras) que usam uma ou outra forma de referenciar textos, ou que dão liberdade ao autor para optar. Aí entram em jogo outras variáveis tais como o prestígio das várias revistas, a filosofia do autor quanto à publicação, o público a que preferencialmente destina seu texto. Na realidade, parece que muitas vezes escapará ao autor do texto a decisão final sobre a forma pela qual irá mencionar as referências no seu texto. Parece que a variável onde irá publicá-la é mais forte, mas esta é uma questão que está a merecer pesquisa.

No contexto das considerações apresentadas até aqui percebe-se a necessidade de pesquisar como variáveis da forma de

fazer referência no texto influem no comportamento do leitor. Assim sendo, para a presente pesquisa foi estabelecido o seguinte objetivo: verificar o desempenho em leitura entre docentes universitários, quando as referências são apresentadas em dois formatos distintos, destacando-se os aspectos subjacentes ou as aprendizagens acidentais viabilizadas pelas referências do texto.

MÉTODOS

Sujeitos:

Serviram como sujeitos docentes da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, todos matriculados em um curso sobre metodologia científica ministrado em nível de pós-graduação (lato sensu), tendo por pré-requisito de matrícula ser professor da referida Universidade.

Os sujeitos foram divididos em dois grupos por amostragem sistemática, de modo a se poder alcançar os objetivos propostos para a pesquisa.

GRUPO I - ficou constituído por 14 informantes, sendo três homens e os demais mulheres. A variação de idade dos primeiros foi de 30 a 40 anos, sendo que dois tinham apenas o nível de graduação e um era mestre; um deles atuava na área biológica e os outros dois em Ciências Exatas; um tinha cinco anos de experiência docente e dois deles tinham 10 anos de vivência de ensino superior. Os sujeitos femininos tinham idade variando de 28 a 54 anos, sendo que oito só tinham graduação, uma era especialista, uma cursava o mestrado e outra já era mestre; atuavam em Ciências Sociais duas delas, outras duas em Serviço Social, igual número em Psicologia, e com um sujeito em cada área apareceram Farmácia, Nutrição, Medicina, Artes e Comunicação, sendo que um dos informantes não declinou a área de atuação profissional; a experiência docente em nível superior variou de 2 a 36 anos.

GRUPO II - foi composto por 17 docentes, dos quais quatro eram do sexo masculino. Os homens tinham idade variando entre 26 a 49 anos, todos tendo apenas o curso de graduação; três trabalhavam na área de saúde e um em administração; a experiência em ensino variou de dois a 13 anos como docentes universitários. A idade dos sujeitos femininos variou de 26 a 48 anos; sua formação acadêmica era apenas em nível de graduação para seis sujeitos, especialização era o título de três elementos, duas eram mestres, uma estava em fase final de doutorado e outra era doutora; duas pessoas não informaram a área de atuação, duas eram da área da saúde, igual número da área de letras, duas do serviço social, e uma de cada uma das disciplinas Nutrição, Psicologia, Ciências Humanas e Enfermagem; quanto à experiência docente em nível superior foi registrada uma variação entre um e 17 anos.

Material

Foram usados dois tipos de material: textos e papel para responder as questões.

Textos - cada sujeito recebeu um material para leitura composto por dois textos. O primeiro texto, era uma cópia do resumo da dissertação de mestrado de GIACOMETTI (1989), sobre motivação e busca de informação. Este texto foi colocado em primeiro lugar para garantir que durante a distribuição do material os sujeitos não leriam o texto principal, enquanto aguardavam instruções. Era um texto de controle.

O segundo texto foi redigido especialmente para a pesquisa tendo por título: a leitura do texto científico (WITTER, 1989) tendo sido apresentado sob dois formatos, cada um destinado a um grupo. A única diferença entre eles era que, em uma versão as referências bibliográficas feitas no texto eram indicadas nome/data da publicação e, no outro, por um número correspondente à ordem de apresentação das referências no final do trabalho. O primeiro denominado Texto 1 (T1) e o outro Texto 2 (T2).

À guiza de ilustrações é reproduzido aqui um parágrafo do texto básico apresentado nos dois formatos.

T1: "O pré-print também pode ser usado pelo autor em cursos que ministre, especialmente em cursos de pós-graduação, podendo observar pontos falhos na redação, na organização, na exemplificação usada. Neste caso, o leitor é uma pessoa que lê porque precisa obter informação para cumprir uma atividade acadêmica e através dela o autor pode obter dados para melhorar seu texto. O leitor também poderá assumir o papel de um membro do colégio invisível, então, lerá o texto com objetivos mais críticos e tendo por alvo uma tarefa similar. Neste caso, poderá mesmo recorrer a uma escala de avaliação (PRAZERES, 1989; WERSING & NEVELING, 1976)".

T2: "O pré-print também pode ser usado pelo autor em curso que ministre, especialmente em cursos de pós-graduação, podendo observar pontos falhos na redação, na organização, na exemplificação usada. Neste caso, o leitor é uma pessoa que lê porque precisa obter informação para cumprir uma atividade acadêmica e através dela o autor pode obter dados para melhorar seu texto. O leitor também poderá assumir o papel de um membro do colégio invisível, então, lerá o texto com objetivos mais críticos e tendo por alvo uma tarefa similar. Neste caso, poderá mesmo recorrer a uma escala de avaliação. 8,9"

O texto compreende sete páginas datilografadas, em espaço dois, incluindo as referências bibliográficas, sendo que estas ocuparam metade da sexta e a sétima página.

Foi usado também papel ofício comum para os alunos responderem ao questionário e uma ficha com as questões.

Procedimento

A pesquisadora informou que iriam fazer uma atividade acadêmica a qual seria avaliada no final fornecendo dados para

pesquisa, obtendo o consentimento do grupo. Os alunos-docentes foram informados que a avaliação do exercício não influiria na nota dos mesmos.

A seguir, a Autora distribuiu o material de leitura, com a parte impressa voltada para baixo, pedindo que não virassem o material até receberem ordem para tanto. Os textos foram distribuídos de forma sistemática de modo que T1 ficasse ladeado por dois alunos com T2, o mesmo ocorrendo com este.

Assim: T1,T2,T1,T2,T1 etc.

A seguir foi dada ordem para virar o material, a professora-pesquisadora instruiu-os a lerem os textos individualmente, na própria sala de aula. Não foi fixado tempo para a leitura. Assim que terminaram a leitura, foram solicitados a guardar o texto.

A pesquisadora pediu, então, que copiassem na folha de papel recebida os itens e questões colocados na lousa e que respondessem sem se comunicarem entre si nem tentarem retomar o texto.

Foram solicitados a fornecer as seguintes características pessoais: sexo, idade, escolaridade, área de formação e anos de experiência docente. Estes dados foram usados para a caracterização dos sujeitos. Não foi pedido que se identificassem para evitar comprometimento com nota no curso.

As questões formuladas foram: (1) Citar três autores referidos no texto; (2) Da bibliografia referida no texto, a mais antiga é dos anos 50

(), 60 (), 70 (), 80 (); (3) Da bibliografia referida no texto a mais recente é de 1979 (), 1980 (), 1985 (), 1988 (), 1989 (); (4) Assinalar quem estudou o colégio invisível - Cristovão (), Drew (), Piaget (), Prazeres (), Silva (); (5) Quais os possíveis leitores em quem o autor de texto científico tem que pensar ao escrever?; (6) Quem afirma não existir uma só maneira de ler o texto científico? Población (), Prazeres (), Silva (), Dewey (), Witter ().

Completada a tarefa os sujeitos entregaram a folha de resposta e a pesquisadora forneceu as respostas corretas e discutiu

com estes o texto sendo estas atividades pedagógicas não vinculadas aos dados da pesquisa.

Os sujeitos do GRUPO I leram T1, isto é, o texto em que a menção aos autores era feita pelo sobrenome mais data, e os do GRUPO II leram o formato T2, ou seja, em que a indicação da referência foi feita por meio de um algarismo que correspondia ao texto arrolado nas referências.

RESULTADOS

Para a avaliação das respostas foi definido o seguinte critério de correção: Questão 1 - valor 1,5 pontos, sendo 0,5 por autor corretamente indicado; Questões 2 - valor 1,5 se a indicação foi correta; Questões 3 - valor 1,0 se o ano indicado era certo; Questão 4 - valor 2,0 pontos se o autor indicado estivesse correto; Questão 5 - valor 2,0 pontos, sendo 0,5 por público-leitor especificando e Questão 6 - valor 1,5 ponto se o autor indicado fosse correto.

A análise dos resultados em termos globais aparece na Fig. 01, sendo que em GI o desempenho variou de 0,5 até 10 e em GII de zero a seis. No primeiro grupo a concentração mais frequente foi entre três e seis e no outro foi ao redor de 3,5. Para verificar se a diferença entre os grupos era significativa recorreu-se ao teste U de MANN - WHITNEY (SIEGEL, 1956) para amostras independentes, o qual não requer o mesmo número de unidades amostrais nos grupos, aplica-se a casos em que o nível de mensuração tem precisão ordinal. Recorreu-se à fórmula para amostras médias, estabeleceu-se como margem de uso o nível de 0,05. Estabeleceu-se por H_0 : GI e GII e por H_0 : GI \neq GII, posto que não havia condições factuais para pressupor uma direção na diferença.

Com este teste estatístico foi possível verificar se as diferenças observadas entre os dois grupos na Fig. 1 tinham valor quantitativo e generalizável dentro da margem aceita para a pesquisa.

Os cálculos resultaram em $U_0 + 63,5$, sendo $n_1=14$ e $n_2=17$, o termo de comparação é $U_0=67$. Conseqüentemente foi possível concluir pela rejeição de H_0 em favor de H_1 , ou seja, os grupos diferiram significativamente (G1 teve $R_1=168,5$ e G2 teve $R_2=327,5$) sendo que ter lido o texto com o nome dos autores (T1) resultou em melhor desempenho geral por parte de G1.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O primeiro aspecto a considerar é o desempenho geral dos sujeitos de ambos os grupos. Seria de se esperar que tivessem um aproveitamento maior do texto lido posto que eram professores universitários. O resultado indica que não alcançaram, em sua maioria, um bom nível de leitura para os aspectos subjacentes (nota teria que ser superior a oito). Este fato pode ter decorrido da influência de diversas variáveis atuando isoladamente ou em conjunto, as quais mereceriam investigações posteriores.

É possível que não sendo uma tarefa para nota os sujeitos não tenham se empenhado o suficiente para detectar aspectos subjacentes e contidos nas entrelinhas do texto lido, que, foi o avaliado na pesquisa. É provável que tenham se concentrado mais no conteúdo básico do texto - o comportamento do leitor de texto científico, sem maior preocupação com informações subjacentes ou mesmo de aplicação imediata do que estavam lendo. Neste último caso, teriam atentado mais para a bibliografia usada. Apenas dois sujeitos relataram terem lido também a bibliografia (um de cada grupo) os demais não se manifestaram ou disseram que não o fizeram embora tivessem tempo para isto. Isto sugere a necessidade de pesquisar e orientar os docentes quanto a estratégias de leitura mais eficientes para o aproveitamento e a assimilação do texto científico, de um modo geral, e em cada área, em particular.

A dificuldade pode ter decorrido também do conteúdo do texto ser considerado como trazendo muitas informações novas para os docentes, de seu interesse pessoal, não tendo sua atenção voltada para aspectos colaterais presentes no discurso. Fica a sugestão de

réplica usando textos da área específica de atuação de cada sujeito e com níveis motivacionais implícitos distintos para a leitura dos mesmos. Esta consideração é feita face ao observado assistematicamente, logo após a coleta de dados, quando o texto foi discutido em classe e por manifestação de todos quanto a relevância de assuntos específicos tratados no texto, atendendo a necessidades do grupo.

Também pode ter ocorrido de, embora sendo leitores adultos e maduros, não tenham tido ao longo de suas vidas oportunidades para aprender estratégias específicas (FLIPPO & CAVERLY, 1991; KLETZIEN, 1991) que viabilizem o aproveitamento integral do texto em uma leitura feita em sala de aula. Neste caso, parece oportuno uma melhor difusão das técnicas disponíveis e a realização de outras pesquisas na área. Aqui, um serviço de psicologia escolar voltado para atender aos leitores da universidade (docentes e discentes) poderia ser de grande utilidade. Além disso, as bibliotecas poderiam desenvolver programas de leitura para sua clientela tendo em vista o desenvolvimento deste repertório.

Considerando que o aqui requerido como parte da leitura do texto faz parte integrante do repertório básico do leitor ideal, crítico e criativo (OAKHILL & GARNHAM, 1988; LEWIS, 1991) seria conveniente que orientações específicas fossem dadas aos universitários para que desenvolvessem este nível de desempenho, o que, mais tarde, poderia reverter em profissionais mais competentes em termos de leitura. Também é relevante que os docentes aprendam sobre o assunto para poderem usar e transferir à seus alunos estas estratégias e para que ao assumirem o papel de escritor incorporem em seus textos elementos que facilitem a comunicação com o leitor (NYSTRAND, HIMLEY & DOYLE, 1986; SLAWSON, 1991).

Estas variáveis incidiram sobre ambos os grupos determinando influências controláveis pela aleatorização na composição dos mesmos. Apenas a forma de referências (variável do formato do texto) foi diferente e suficiente para determinar diferenças significantes entre os grupos.

A aprendizagem acidental decorrente da leitura com a presença de nome de autor seguido de data viabiliza um melhor

aproveitamento do texto lido especialmente quanto a autoria das informações nele contidas, da sua atualidade, de sua localização na marcha histórica da construção do saber científico. Estes dados parecem suficientes para se repensar o formato de editoração especialmente das revistas que usam o sistema de indicação por número. O esforço do leitor é maior, o aproveitamento do texto é menor.

Considerando o volume atual da produção científica, a necessidade premente do cientista de estar informado do que está sendo editado, de quem está produzindo e da atualidade da informação é evidente que a opção pela forma de indicação usada em T1 deve ser a privilegiada na editoração.

A este fato, acresce-se que no processo de redação científica é mais fácil ir indicando a fonte à medida que se escreve. Evita-se desta forma erros e omissões. Quando a editoração exige indicação por número, muitas vezes o autor escreve o texto indicando as fontes e depois retorna para substituí-las por números. Desta forma, pode reduzir as falhas de omissão. Mas consome mais tempo de que se o formato ficasse circunscrito à indicação do autor/data ou fonte/data. Certamente esta opção facilita o trabalho de quem escreve e garante melhor leitura por parte do seu destinatário.

Os dados colhidos permitem concluir que a apresentação das referências no corpo do trabalho através do nome do autor/data/página, pode facilitar ao leitor um mais amplo aproveitamento do texto lido assimilando informações subjacentes de grande utilidade. Os dados recomendam o uso preferencial deste formato.

SUMMARY:

WITTER, G.P. The format of references and incidental learning during: a study with university faculty members.

Trans-in-formação: 3(1,2,3): - , 1991.

The aim of the research was to study the format used to enclose references in text in reading behavior of teachers at University. Subjects were teachers from a privated university randomically designed to compose two

groups. GROUP I(N=14) read a text with the references presented as name of author/date; GROUP II(N=17) read same text but the references indicated by a number. The results showed that: the use of the format name of author/date resulted in more learning and substancial reading than the use number as a way to present references in the scientific discourse.

Key words: format of references, reading, incidental learning

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIXON, J. (1987) - **Becoming a mature reader. The reading teacher**, 40(8):761-765.
- FAGUNDES, V.A. (1990) - **Imagem social do "deficiente" nos livros didáticos de 1º grau. Dissertação de Mestrado. PUCSP, São Paulo.**
- FLIPPO, R. & CAVERLY, D.C. (org.) (1991) - **Teaching reading & strategies: at the college level. Newark, Del: IRA.**
- GIACOMETTI, M.M. (1989) - **Motivação e busca da informação: comportamento de docentes/pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso. Dissertação de Mestrado defendida na PUCCAMP, Campinas, 1989.**
- GUTHRIE, J.; BARKER, K.G. & BRITTEN, T. (1991) - **Role of document structure and metacognitive awareness in the cognitive process of researching for information. Reading Research Quarterly**, 26(3): 300-324.
- KATZ, M.J. (1985) - **Elements of the scientific paper. London: Yale University Press.**
- KLETZIEN, S.B. (1991) - **Strategy use by good and poor comprehenders reading expository text of different levels. Reading Research Quarterly**, 26(1):67-86.
- LEWIS, J. (1991) - **Redefining critical reading for college critical thinking courses. Journal of Reading**, 34(6):420-23.
- MALLOW, J.V. (1991) - **Reading science. Journal of Reading**, 34(5): 324-39.

- NYSTRAND, M.; HIMLEY, M. & DOYLE, A. (1986) - **The structure of written communications: studies in reciprocity between writers and readers.** New York: Academic Press.
- OAKHILL, J. & GARNHAM, A. (org.) (1988) - **Becoming a skilled reader.** London: Basil Blackwell.
- PRAZERES, Y.M.P. da C. (1989) - **Busca da informação: comportamento do docente pesquisador da Universidade Estadual de Londrina.** Dissertação de Mestrado. PUCCAMP, Campinas.
- SLAWSON, C.D. (1991) - Improving materials for teaching context skills. **Journal of Reading**, 34(6):456-61.
- WERSING, G. & NEVELING, V. (org.) (1976) - **Terminology of documentation: a selection of 1.200 basic terms published in english, french, german, russian and spanish.** Paris: UNESCO.
- WITTER, G.P. (1977) - **Memorial.** IPUSP - São Paulo (mimeo).
- _____. (1989) - A leitura do texto científico. **Estudos de Psicologia** (no prelo).

Key words: format of references, reading, incidental learning

RESENHAS

INICIAÇÃO À REDAÇÃO DE TESE

VIEIRA, Sonia. **Como escrever uma tese**. São Paulo: Pioneira, 1991. 82p.

Poucas informações sobre a autora, Sonia Vieira, são apresentadas na contra-capa do livro: é professora-titular de Bioestatística na UNICAMP, com trabalhos publicados no Brasil e exterior. Estes dados não fornecem uma idéia precisa de quem é a autora e qual o tipo de trabalho que vem desenvolvendo como cientista.

O livro integra a série *Manuais de Estudo* da Editora Pioneira que objetiva facilitar o acesso aos alunos, de forma eminentemente prática, a diversos temas de estudo. Neste sentido, a autora realizou um trabalho condizente com a proposta da editora e do próprio título do livro. Vieira ensina, numa linguagem de fácil acesso aos estudantes, a importância e os aspectos relevantes na elaboração e execução de uma tese. Explicita didaticamente as partes formais que compõe a redação de uma tese, bem como apresenta os aspectos informais que influenciam na realização da mesma, enfatizando a relação entre orientando e orientador.

O livro compreende seis capítulos e um adendo, intitulado de *Sugestões para Leitura*, no qual são apresentados oito títulos de livros em português e três em inglês sobre o assunto em questão. As indicações de bibliografia complementar são poucas para um tema tão amplo e muito discutido por cientistas de várias áreas, em metodologia científica, em análise da produção científica, para citar algumas. Além disso, não apresenta referências bibliográficas como um tópico especial, o que facilitaria a consulta. As citações de autores e obras sobre o assunto aparecem como nota de rodapé, confundindo-se com outros esclarecimentos feitos pela autora em que recorre a esta mesma

estratégia. Assim há um excesso de notas de rodapé, um total de 47 para um livro de apenas 82 páginas.

O primeiro capítulo enfoca os pontos básicos inerentes à tese, como a definição do que ela é, sua importância e contribuição social, profissional e pessoal; o tempo gasto para a realização da mesma; a escolha de um tema e sua relevância; e sua composição. Vieira analisa estas questões de forma concisa, porém fornece uma idéia clara sobre as mesmas.

O segundo capítulo tem por título: "Os Capítulos Usuais". Nele é descrita a composição propriamente dita de uma tese, explicando a necessidade de cada capítulo e qual deve ser o conteúdo de cada um deles. A autora deixa claro que existem variações na apresentação e nomeação destes capítulos, como por exemplo, Revisão da Literatura e Introdução; Método ao invés de Materiais e Métodos. Esta variação decorre do estilo de escrita do próprio orientador ou orientando, da área de conhecimento em que está sendo realizada a pesquisa, conforme esclarece Vieira. Há exemplos simples na área de física, como uma pesquisa sobre corpos sólidos com pesos diferentes, que ilustram adequadamente o que deve compor cada capítulo da tese.

O terceiro capítulo ("As Questões Pertinentes") versa sobre aspectos importantes que permeiam o trabalho de escrever uma tese, são abordados os seguintes aspectos: linguagem, tradução, citações, notas de rodapé e título. Neste capítulo são apresentados diversos exemplos de formas de redação, do que deve ser evitado para tornar o texto mais claro, bem como recomendações para auxiliar na redação de um bom título e texto.

O quarto capítulo foi batizado como: "As Questões Técnicas". Nele é explicado como utilizar tabelas, gráficos, outras figuras (como a fotografia) e as notações convencionais (como fórmulas matemáticas). Há exemplos para cada item analisado.

O quinto capítulo refere-se ao que vem antes e depois do texto propriamente dito, isto é: a capa; página de rosto e de guarda; dedicatória; agradecimentos; sumário, resumo e summary; apêndice; índice e referências bibliográficas. A Autora apresenta exemplos reais de dissertações e teses, bem como assinala as formas mais adequadas e inadequadas de escrever cada item.

No sexto e último capítulo são assinalados aspectos do pesquisador como sua aptidão para pesquisa, dificuldades de redação, dúvidas sobre o tema estudado e relacionamento com o orientador. Todos os capítulos são ilustrados com desenhos humorísticos sobre o assunto abordado, o que pode tornar a leitura do livro mais fácil e agradável para o leitor que se introduz aos temas ligados à metodologia científica, mas possivelmente dispensáveis para um mestrando, doutorando ou pesquisador que deve ser um leitor maturo, como criatividade, criticidade, competência e nível ideal.

O livro é extremamente didático podendo ser utilizado por estudante de graduação e pode ser útil para os iniciantes de pós-graduação que apresentam lacunas na sua formação acadêmica, mas nenhum item é abordado em profundidade. No entanto, a leitura é agradável, clara e precisa correspondendo aos objetivos da publicação, ou seja, ser um manual prático para alunos de uma forma geral.

Carla Witter
USJT

SEMIÓTICA E TEXTO

BARROS, Diana L. P. de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo. Ática, 1990. 96p.

A semiótica vem ganhando um espaço significativo em várias áreas e como ocorre com ciências novas ela traz uma taxonomia específica ou a reformulação no uso e no significado de vocábulos e expressões já de domínio público. Além disso, formulações teóricas vicejam sem um respaldo em dados de pesquisa, embora frequentemente bem ilustradas com exemplos diversos.

As propostas da teoria semiótica apresentam-se com uma ampla gama de possibilidades de análise de realidades e de objetivos distintos. Todavia a complexidade das mesmas, especialmente pela questão conceitual e terminológica, pode forjar no não iniciado percepções distorcidas e atitudes incompatíveis com o esperado para tomar a semiótica útil.

O livro de Barros apresenta uma contribuição significativa no contexto aqui referido. Doutora em Linguística (USP) e professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH da USP, a Autora usa bem suas habilidades produzindo um texto didático, claro e simples sem perda de precisão. O seu livro emergiu de suas experiências docentes junto a professores da rede pública de 1º e 2º grau do Estado de São Paulo, aos quais procurava levar estes conhecimentos.

A obra compreende efetivamente seis capítulos, os quais são complementados com informações indevidamente numeradas como capítulos. Estas informações são Vocabulário Crítico em que a Autora arrola os principais termos e expressões da semiótica compondo um glossário útil; textos analisados onde apresenta a bibliografia dos textos usados como exemplo, como base para essas análises; Bibliografia Comentada onde arrola vários textos sobre semiótica e sobre discurso, fornecendo algumas pistas ao leitor sobre os mesmos, não chegando todavia a ser uma bibliografia comentada em toda sua acepção conforme se entende por esta expressão em cientometria e bibliometria.

O primeiro capítulo tem por título "Teorias Linguísticas do Texto e Teoria Semiótica. Entretanto é apenas esta última que tem espaço assegurado no texto. O primeiro tópico conceitua o texto e destaca que a semiótica "**procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz**" (p.7). Passa rapidamente ao percurso gerativo de sentido que se apresenta em vários níveis.

O capítulo seguinte trata da Sintaxe Narrativa: enunciado elementar, programa narrativo, percurso narrativo e esquema narrativo. Elabora quadros que facilitam a síntese do exposto.

O terceiro capítulo enfoca a Semântica narrativa começando pela modalização do fazer e passando à modalização a do ser.

A estrutura discursiva dentro do enfoque semiótico adotado pela Autora aparece nos dois capítulos seguintes. O 4º Capítulo trata da sintaxe: projeção da enunciação, proximidade vs distanciamento da enunciação, realidade vs referente, fechando-se com a questão das relações argumentativas entre enunciados e enunciatários. O último apresenta a semântica discursiva: tematização, figurativização e coerência textual.

Após a apresentação dos passos para construir (ou reconstruir) os sentidos do texto, enfocando a organização interna do plano de conteúdo do texto a Autora passa ao exame das relações entre o plano da expressão e o do conteúdo e como a semiótica encara a instância da enunciação. Esta é a temática do sexto capítulo: o semi-simbolismo, o discurso, a enunciação e o contexto sócio-his-tórico. Mantém-se o nível didático do texto. Lembra que as "estruturas textuais estão fora do percurso gerativo do sentido e o exame do plano da expressão não faz parte das preocupações da semiótica. Tal ponto de vista pode ser mantido sempre que a expressão 'transparente' assume apenas o encargo de suportar o significado ou, como o nome diz, de expressar o conteúdo. Em grande número de textos, no entanto, a posição da semiótica não se sustenta, pois há, nesses textos, interesses em se explicarem as organizações da expressão para a tarefa de construção dos sentidos. Parece paradoxal, mas, neles, a expressão produz sentido" (p.81). Esta é uma limitação tangenciada pela Autora. Em seguida, lembra que a semiótica "examina a enunciação enquanto instância pressuposta pelo discurso" (p.81) e esboça algumas reflexões sobre a enunciação e o contexto histórico.

São aspectos ainda não resolvidos satisfatoriamente em termos científicos na semiótica. Possivelmente alimentando pretensões para as quais ainda não viabiliza um exame acurado, chegando a inferências e a generalizações talvez prematuras. Talvez por preocupação

didática a Autora não ofereça ao seu enunciatário (leitor de seu livro) uma perspectiva mais crítica da teoria e de seu uso prático.

Concluindo escreve: "A semiótica, como se afirmou desde o início, procura hoje determinar o que o texto diz, como o diz e para o que faz. Em outras palavras, analisa os textos da história, da literatura, os discursos políticos e religiosos, os filmes e as operetas, os quadrinhos e as conversas de todos os dias, para construir-lhes os sentidos pelo exame acurado e seus procedimentos e recuperar, no godo da intertextualidade, a trama ou o enredo da sociedade e da história. Se os estudos do texto buscam, em geral, os objetivos comuns de conhecimento do texto e do homem, a semiótica pode, quem sabe, somar a outros os passos que têm dado nessa direção" (p.83).

Cabe destacar a última oração do parágrafo aqui transcrito: a soma de esforços, a complementação, a busca de objetivos comuns.

Resta demonstrar o que isto representa em termos de ampliação de conhecimento; se há realmente necessidade de novas leituras, novas teorias; que benefícios isto efetivamente traz para responder às indagações da pesquisa e da prática do texto; entre outras questões. Passarão o autor e o leitor a produzirem e a lerem com maior compreensão, criatividade e criticidade os discursos por usarem a teoria semiótica? Serão mais hábeis no ensino da leitura e da escrita os professores que passarem a recorrer a tecnologias (precisam ser desenvolvidas e testadas) de ensino baseadas na semiótica? São indagações de quem caminha pelos bancos escolares, com alunos e professores de periferia, procurando parcimoniosamente na ciência saberes que gerem fazeres viáveis, úteis, práticos para a solução de problemas que se avolumam, deterioram as pessoas e o ambiente, tomam confusa e negra a história educacional que se faz hoje nas escolas brasileiras.

A exemplificação usada em cada capítulo foi cuidadosamente escolhida e preenche de forma adequada as necessidades de esclarecimento. Mais ainda, são textos agradáveis e muito bem apresentados, tomando mais amena a leitura. Justifica-se a recorrência aos mesmos exemplos, muitas vezes, para efeito de clareza.

O texto é uma boa iniciação à semiótica do texto para professores, pedagogos, psicólogos, bibliotecários, jornalistas, ou seja, a todos que de uma forma ou de outra estejam trabalhando com textos, quer produzindo-os quer consumindo-os enquanto leitores, e que queiram ou precisem de informação sobre essa nova forma de estudar o texto.

Geraldina Porto Witter
PUCCAMP

COMUNICAÇÕES DE PESQUISA

PESQUISAS EM ANDAMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA PUCCAMP

MOBRICE, Inês Aparecida Silva. Necessidade, busca e uso da informação pelos docentes da UNIVALE. (16/5/91)

Orientadora: Dra. Geraldina Porto Witter

CARELLI, Ana Esmeralda. Programa de leitura crítica: treino com alunos de 4ª série. (18/4/91)

Orientadora: Geraldina Porto Witter

SOUZA, Rosa Maria Villares de Souza. Planejamento e desenvolvimento de carreira em biblioteconomia: percepção de bibliotecários paulistas. (22/4/91)

Orientadora: Dra. Geraldina Porto Witter

PAULINO, Ruth Simão. Informação tecnológica: atuação dos núcleos setoriais de informação do PADCT. (02/5/91)

Orientadora: Dra. Geraldina Porto Witter

MARTINS, Ledenice Simão. Atuação do profissional da informação na biblioteca universitária. (05/6/91)

Orientadora: Dra. Cecília Carmen Cunha Pontes

MORAES, Lourdes de Souza. Análise da produção científica da UFSCar: o modelo e a prática. (20/06/91)

Orientadora: Dra. Cecília Carmen Cunha Pontes

SOUZA, Maria Isabel Fugisawa. Modelo de centro referencial em informação agropecuária: proposta. (26/6/91)

Orientadora: Dra. Cecília Carmen Cunha Pontes

SILVA, Claudete Marlene Schaaf. Estudo de uso da coleção de livros em biblioteca universitária agrícola. (05/9/91)

Orientadora: Dra. Else Benetti Marques Válio

- CAMPOS, Vera Regina Zavaglia Malta. Acervo documental das unidades rurais de São Carlos: levantamento de informações históricas e culturais. (12/9/91)**
Orientadora: Geraldina Porto Witter
- PEREIRA, Maria Aparecida da Costa. Avaliação do significado do programa de educação de usuários na Universidade Federal do Espírito Santo. (17/9/91)**
Orientador: Dr. Ezequiel Theodoro da Silva
- BALDOVINOTTI, Janis Aparecida. Sistema de informação para a área instrumentação agropecuária: diagnóstico das necessidades de informação e análise ambiental. (04/10/91)**
Orientadora: Dra. Cecília Carmen Cunha Pontes
- COELHO, Valdete Aurea. Literatura cinza: gerador e usuário no processo de divulgação da produção técnico-científica de um instituto de pesquisa. (13/11/91).**
Orientadora: Dra. Cecília Carmen Cunha Pontes
- ALVES, Miriam Cristina. Pesquisas e reflexões sobre a interação entre professor e bibliotecário no Brasil - O estado da arte. (6/12/91)**
Orientador: Dra. Ezequiel Theodoro da Silva

RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS E APROVADAS NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA PUCCAMP

- PURQUÉRIO, Maria Cecília Villani. **Estudos de usuários de bibliotecas universitárias brasileiras e análise do comportamento dos docentes da Fundação Educacional São Carlos.** Campinas, 1991. 185p.
- FERRAZ, Iraneuda Maria Cardinalli. **Uso do catálogo de biblioteca em entidade de pesquisa na área sucro-alcooleira.** Campinas, 1991. 128p.
- LIMA, Ademir Benedito Alves de. **Aproximação crítica à teoria dos estudos de usuários de bibliotecas.** Campinas, 1991. 124p.
- PEGORARO, Silvelene. **Extensão universitária: análise de uma vivência do prisma de alunos e profissionais de 1º e 2º graus.** Campinas, 1991. 104p.
- MARTINS, Adriana Rinaldi. **Ensino e ciências: apostilas como material didático.** Campinas, 1991. 106p.
- OCTAVIANO, Vera Lúcia de Campos. **Instrumentação agropecuária brasileira: sistematização da informação produzida pelos pesquisadores da EMBRAPA/NPDIA (1977/1989).** Campinas, 1991. 131p.
- FARIA, Sueli de Fátima. **Interação universidade - empresa e o fator comunicacional: estudo da oferta/demanda de atividades da CT/UNICAMP.** Campinas, 1991. 140p.

PUBLICAÇÕES

- GOULART, S. (1990). **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo.** São Paulo: Marco Zero/CNPq. Analisa a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda traçando um perfil do Estado Novo; analisa o conteúdo e a ideologia subjacente na revista *Cultura e Política* bem como a propaganda subvencionada na imprensa paulista da época.
- SILVA, L.P. de C.; GONÇALVES, R.; PENNA, L. de A. & MIRA, M.H.N. (1991) **Proposta para uma universidade no terceiro milênio.** Rio de Janeiro: UFRJ/FUJB. Analisa a universidade e os desafios que deverão ser enfrentados no terceiro milênio em busca de novos paradigmas; a universidade brasileira na transição dos dois séculos é enfocada; são analisadas as vias de ação para a universidade contribuir para construção da dignidade humana e seus papéis renovadores no século seguinte.

NORMAS EDITORIAIS DE “TRANS-IN-FORMAÇÃO”

1. Serão aceitos originais considerados inéditos para a publicação, embora tenham sido submetidos a processos considerados de domínio informal (congresso, seminários e similares), caso em que a referência ao evento deve constar em nota de rodapé.

2. Serão aceitos textos em português, espanhol, inglês ou francês, que se enquadrem em uma das sessões da revista o(s) autor(es) deve(m) indicar a sessão, desde que aprovados por membros do corpo editorial.

3. Para publicação o artigo deverá ter a aprovação de, pelo menos, dois avaliadores, os quais emitirão parecer às cegas, isto é, sem conhecimento do nome(s) do(s) autor(es) ou da instituição a que está vinculado. Somente o presidente saberá o nome dos avaliadores.

4. Os artigos poderão ser aceitos sem restrições, com pequenas mudanças, com grandes alterações, ou rejeitados. Quando as alterações forem poucas e tratarem de aspectos formais, ou ainda com vistas apenas à manutenção da homogeneidade e da qualidade da publicação, a redação fará as mudanças necessárias, respeitando, todavia, o estilo e as opiniões dos autores. Nos demais casos o autor se encarregará da reformulação.

5. Os avaliadores terão prazo máximo de 30 dias para emissão de seus pareceres, cujas cópias anônimas serão enviadas aos autores.

6. A própria comissão editorial se encarregará da revisão das provas tipográficas.

7. O conteúdo dos trabalhos são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHO

FORMATO:

Todas as colaborações devem ser datilografadas em papel branco, tamanho A4 (21 x 29,7cm), com entrelhamento duplo, com 30 linhas, observadas a ortografia oficial. A primeira página do original deverá conter: título do artigo, nome completo do autor e endereço da instituição a que está vinculado. As páginas serão numeradas consecutivamente no canto superior direito. Cada trabalho terá no máximo 25 laudas datilografadas.

RESUMO:

Deve ser incluído um resumo informativo, de aproximadamente 100 palavras, em português, acompanhado de sua tradução para o inglês, inclusive o título, datilografado com entrelinhamento duplo, na segunda página do original, incluir palavras-chave (key-word).

NOTA DE RODAPÉ:

Só é permitida na 1ª lauda e para indicar vínculo profissional, auxílios recebidos, apresentação em eventos de créditos.

ILUSTRAÇÕES:

1. Fotografias, devem ser nítidas, em papel brilhante, preto e branco, tamanho máximo 9 x 14cm.

2. Figuras, devem ser apresentadas em papel, em preto e branco, de preferência à Nankin, tamanho máximo 20 x 30cm.

3. Quadros e tabelas: devem ser acompanhados de título que permita compreender o significado dos dados reunidos. Assinalar, no texto pelo número de ordem, o local de inclusão. Para reimpressão

de Fotografias, Figuras, Quadros e Tabelas extraídos de outros textos deve ser indicada a fonte de referência e anexada as autorizações da fonte e do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

As referências bibliográficas, redigidas segundo a norma NB-66/1978 (futura NBR-6025) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), deverão ser numeradas no texto, segundo a ordem alfabética com que se apresenta no final do trabalho. A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são da responsabilidade do autor. No artigo de Dinah Aguiar Población, publicado no número 1 da revista, o autor encontra normas explicativas quanto ao aspecto aqui focalizado. Separatas do referido artigo podem ser solicitadas à Secretaria da Revista mediante pagamento.

ENCAMINHAMENTO:

Enviar à Secretaria da Revista com carta em que conste a anuência para publicação; caso de mais de um autor, todos devem assinar o documento.

